

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TELE ENSINO NO MARANHÃO: discursos jornalísticos (1998-2003)

CLEYDIANE CRISTINA DOS SANTOS RODRIGUES FEITOSA

São Luís
2019

CLEYDIANE CRISTINA DOS SANTOS RODRIGUES FEITOSA

TELE ENSINO NO MARANHÃO: discursos jornalísticos (1998-2003)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr.º Ítalo Domingos Santirocchi.

São Luís
2019

Feitosa, Cleydiane Cristina dos Santos Rodrigues.

Tele ensino no Maranhão: discursos jornalísticos (1998-2003). / Cleydiane Cristina dos Santos Rodrigues Feitosa. – São Luís, 2019.

137f.

Orientador: Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi.

1. Ensino de História. 2. Jornais. 3. Tele ensino. 4. Viva Educação.
5. História da educação. I. Título

CDU: 93/94:070(812.1)"1998-2003"

CLEYDIANE CRISTINA DOS SANTOS RODRIGUES FEITOSA

TELE ENSINO NO MARANHÃO: discursos jornalísticos (1998-2003)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi (orientador)
(PPGHIST/UEMA)

Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (arguidor)
(PPGHIST/UEMA)

Prof. Dr. Pablo Luiz de Oliveira Lima (arguidor)
(PROMESTRE/UFGM)

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

Dedico este trabalho à minha família e a Thiago Sousa (*In memoriam*), que lutou um bom combate, encerrou a carreira e guardou a fé. Obrigada “pequeno”, por todas as conversas que tivemos ao longo desses anos.

AGRADECIMENTOS

A vida é como uma escada que, a cada sonho conquistado, subimos mais um degrau. Foram dois anos dedicados a essa etapa, regada por ausências constantes, lágrimas, risos e abdições. Somente com todo esse esforço essa etapa se concretizaria, portanto, este é o momento de agradecer a cada um que contribuiu para mais essa conquista na minha vida.

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo dom da vida e por cada momento que derramaste do seu amor sobre a minha vida, por me manter forte nos momentos que mais precisei ao longo dessa jornada. Obrigada Senhor.

À minha mãe, Maria das Graças, por ser a minha inspiração para lutar e alcançar os meus objetivos, por ser esse exemplo de mulher, mãe, pai e avó. Obrigada por me ensinar a olhar sempre para frente, independente das situações e, principalmente, pela dedicação do seu tempo para criar a mim e a meus irmãos. Amo-te.

Ao meu esposo, Danilo Feitosa, grande responsável pela concretização dessa etapa na minha vida. Obrigada por ter me incentivado a adentrar em mais uma fase do mundo acadêmico. Por todas as vezes que eu disse que não daria certo e com toda a paciência sempre me respondeu que daria sim; por cada choro ouvido, palavras de consolo, e por entender as minhas ausências e passeios perdidos. Te amo vida.

Aos meus irmãos Carlos, Ricardo, Cleyciane e minhas cunhadas Liliane e Mayra, pelas conversas trocadas e respeito a minha ausência.

Às pessoinhas mais importantes da minha vida, as responsáveis por eu mudar de nome e virar tia. Meus sobrinhos Ryan, Nicolas e Yanna Luiza, em muitos momentos dessa caminhada vocês me desligaram, me proporcionando sorrisos, me trazendo para o meu contexto familiar novamente. Este trabalho é de vocês também.

Não posso deixar de agradecer às minhas amigas que a UEMA me proporcionou: Leiliane e Thalita. Em especial a Leiliane, pela amizade, cumplicidade e carinho que tem comigo, por entender o motivo da minha ausência e das nossas poucas conversas.

À minha amiga de fé, Eilane, por muitas vezes precisar me acalmar, por disponibilizar o seu tempo e me dar assistência nesse trabalho. Obrigada amiga.

Aos meus amigos da turma 2017, pelos conselhos, trocas de aprendizagem e experiências de vida. Aprendi muito ao lado de cada um de vocês.

Às novas amizades que a UEMA me proporcionou nesses dois anos, pelos risos, conversas e distrações: Edilene, Jessica, Amanda e Adriana. Obrigada pela paciência e pelas palavras no momento que mais precisei, por saberem me entender e, principalmente, por não deixar eu desisti.

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador, professor Italo Santirocchi, pelos puxões de orelha e conselhos, sei que foram pensando no meu bem. Obrigada por ter dedicado seu tempo e pela paciência no decorrer deste trabalho.

“Pra quê se preocupar se Deus está no controle de tudo”

(Sarah)

RESUMO

A educação no Brasil passou por um longo processo de mudanças entre o final do século XX e o início do XXI, novas políticas e reformas foram implementadas pelos estados brasileiros, almejando uma educação de qualidade e, ao mesmo tempo, democratizar o ensino. Nesse contexto, o Estado do Maranhão promoveu uma política educacional que uniu os setores público e privado, com intuito de buscar uma maior eficiência na educação estadual. Este estudo tem como objetivo analisar os discursos, presentes nos jornais, sobre o Projeto Viva Educação, pautado no Tele Ensino, implantado durante o segundo mandato da governadora Roseana Sarney (1998-2002). O projeto foi adotado como política educacional para corrigir a distorção idade/série de jovens e adultos. O estudo teve como base documental dois jornais de grande circulação naquele período: *O Estado do Maranhão* e o *Jornal Pequeno*. O primeiro governista e o segundo alinhado com a oposição. A pesquisa se apoiou em leituras bibliográficas e em fontes documentais para a melhor compreensão do contexto estudado. O recorte cronológico vai de 1998 a 2003, compreendendo os anos de implementação do Tele Ensino no Maranhão.

Palavras-chave: Ensino de história; História da educação; Jornais; Tele ensino; Viva Educação.

ABSTRACT

Education in Brazil went through a long process of change between the end of the twentieth century and the beginning of the twenty-first century, new policies and reforms were implemented by the Brazilian states, aiming for a quality education and, at the same time, democratizing education. In this context, the State of Maranhão promoted an educational policy that united the public and private sectors in order to seek greater efficiency in state education. This study aims to analyze the speeches present in the newspapers about the Project Viva Education, based on Tele teaching, implemented during the second term of governor Roseana Sarney (1998-2002). The project was adopted as an educational policy to correct the age / series distortion of youths and adults. The study had as documentary base two newspapers of great circulation in that period: *O Estado do Maranhão* and *Jornal Pequeno*. The first governor and the second aligned with the opposition. The research was based on bibliographical readings and documentary sources to better understand the context studied. The chronological cut goes from 1998 to 2003, I understand the years of implementation of tele teaching in Maranhão.

Keywords: History teaching; History of education; Newspapers; Tele teaching; Viva Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1: Edição do jornal do Dia	77
Figura 2: Primeira edição do jornal sob a direção de Alberto Aboud	78
Figura 3: Primeira edição do O Estado do Maranhão	80
Figura 4: Primeira edição do Jornal Pequeno	84
Figura 5: Viva Educação em 15 meses	93
Figura 6: Viva Educação é um sucesso	96
Figura 7: Telecurso 2000 é sucesso	99
Figura 8: Tira dúvidas do Telensino	103
Figura 9: Extrato do contrato	106
Figura 10: Estudantes concluem primeira etapa	107
Figura 11: Alunos do Telensino concluem primeira etapa	108
Figura 12: Alunos do Viva Educação expõem obras em galeria	108
Figura 13: Professores aguardam na Deodoro liminar da justiça sobre o tele- ensino	117
Figura 14: Tele-ensino gera polêmica e estudantes fazem manifestações	118
Figura 15: Promotoria suspeita de desvio de recursos no Estado do Maranhão	122
Figura 16: Caso telensino é arquivado com parecer incompleto do MPE	123

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
EAD - Educação a Distância EFA - Education For All
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI - Fundo Monetário Internacional
FRM - Fundação Roberto Marinho
FUNDEB - Fundo para o Desenvolvimento e Valorização do Magistério
FUNDESCOLA - Programa Renda Mínima; Fundo de Fortalecimento da Escola
IBGE - Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico
IES - Instituição de Ensino Superior
JP - Jornal Pequeno
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC - Ministério da Educação e Cultura
ONU - Organização das Nações Unidas
PAPED - Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional
PSD - Partido Social Democrático
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC - Serviço Social do Comércio
TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação
TVEs - Tvs Educativas
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID - United States Agency International for Development

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Taxa de analfabetismo de pessoas entre 15 anos ou mais	47
Tabela 2: Taxa de analfabetismo funcional de pessoas entre 15 anos ou mais	47
Tabela 3: Taxa de defasagem idade/série 7 a 14 anos	47
Quadro 1: As cinco gerações da EaD	53
Quadro 2: Divisão do material didático do Tele Ensino no Maranhão	73
Quadro 3: Demonstrativo	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CAMINHOS QUE LEVARAM A IMPLANTAÇÃO DO TELE ENSINO NO MARANHÃO.....	19
1.1 A educação no Brasil na década de 1990.....	21
1.2 A influência da política neoliberal no contexto maranhense	26
1.3 Reforma educacional.....	33
1.4 O projeto educacional de Roseana Sarney	39
2. O PERCURSO DO TELE ENSINO NO MARANHÃO.....	49
2.1 A Educação a distância (EAD)	49
2.1.1 EAD no Brasil.....	53
2.1.2 O Telecurso da Fundação Roberto Marinho	59
2.2 A TV e o ensino no Maranhão	66
2.2.1 Percurso do Tele Ensino no Maranhão	69
3. OS DISCURSOS SOBRE O TELE ENSINO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS <i>O ESTADO DO MARANHÃO E JORNAL PEQUENO</i>.....	75
3.1 Os jornais <i>O Estado do Maranhão e Jornal Pequeno</i>	75
3.1.1 O Estado do Maranhão: um breve contexto	76
3.1.2 O Jornal Pequeno - órgão das multidões.....	82
3.2 Jornal <i>O Estado do Maranhão</i> : “aparelho privado de hegemonia”	89
3.2.1 O Estado do Maranhão: o discurso de qualidade	92
3.3 Jornal <i>Pequeno</i> : críticas ao projeto Tele Ensino	109
3.3.1 Críticas ao projeto Tele Ensino	110
3.3.2 Reação dos professores contra o Tele Ensino da Rede Globo	114
3.3.3 Estudantes se colocam contra o Tele Ensino	118
3.4 Alto custo por pouco resultado	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

Nos anos de 1990 a educação no Brasil passou por uma reforma, na qual estavam envolvidos intelectuais e organizações internacionais (UNESCO e UNICEF), que resultou na elaboração dos Parâmetros Curriculares e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/1996. Tudo isso objetivando melhorias para a educação brasileira, buscando a democratização do ensino público e a garantia do seu acesso a todos.

Partindo dessa perspectiva, a escola precisa ser o lugar apto a oferecer as condições necessárias para um bom desenvolvimento do ensino a todos aqueles que a integram. Ela deveria ser entendida como instituição capaz de promover a ligação cultural entre o povo e suas raízes, vista como a base para formar cidadãos para viverem em sociedade, pois a escola não pode ser pensada apenas como uma ferramenta usada para reproduzir conceitos e atender a interesses de um determinado grupo social.

De acordo com Silva (2001), a educação tem como uma de suas finalidades formar o ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade. Dessa forma, ela visa promover mudanças relativamente permanentes nos indivíduos, de modo a favorecer o desenvolvimento integral do homem. Portanto, a educação deve ser pensada visando atingir as pessoas em todos os níveis sociais, garantido o desenvolvimento da criticidade destes grupos, independente do âmbito que se insere. Assim, entendemos a educação como uma das dimensões de vida concreta dos homens, em que a sociedade reproduz as classes dentro do contexto social e, ao mesmo tempo, pode vir a contribuir para as transformações destas.

De acordo com Kuenzer (2003, p. 13), “[...] a educação também é estabelecida a partir das regras e relações da produção capitalista, herdando, portanto, as formas, os fins, as capacidades e os domínios do capitalismo monopolista do Estado”.

Na década de 1990 podemos dizer que essas concepções se faziam bem mais presentes quando se tratava da oferta da educação. É nesse período que vemos a intervenção do Estado de maneira mais acentuada no setor educacional. A sociedade passava por mudanças significativas, tanto no meio social quanto econômico. Para atender a demanda que o mercado exigia era preciso buscar um novo tipo de trabalhador e indivíduo. Para formar esse novo cidadão, o Estado utilizava a aparelhagem escolar e seus meios educacionais.

Então, passa-se a exigir da escola a formação de alunos para atender uma camada empresarial que necessitava de mão de obra. Dessa forma, nas instituições de ensino passaram a vigorar uma educação mais tecnicista, em que os discentes buscavam cada vez mais uma qualificação para o mercado de trabalho.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) é nítida a consolidação da globalização neoliberal no país. Entretanto, o modelo neoliberal começa bem antes, no governo de Fernando Collor de Mello.

Sob a égide dessa política, as transformações no setor educacional contaram com o comprometimento da iniciativa privada e do poder público nos projetos aplicados para a chamada educação de massa, que utilizavam instrumentos comunicativos para atender a toda a demanda. Era a porta de entrada para a Educação a Distância (EAD) no país.

De acordo com Moreira (2006), “os reflexos do desenvolvimento e emprego dessas mídias na educação ocorrem consoantes às transformações em âmbito político e no mundo do trabalho com extensas implicações sociais”, ou seja, a EAD, como método de ensino, pode ser vista como sequência da reestruturação do mercado mundial.

A educação a distância surgiu no Brasil a partir de 1904, por meio dos cursos de correspondência, mas somente na década de 1990 as atenções se voltam para essa modalidade de ensino. Para o setor público, a educação a distância serviria como uma ferramenta para democratizar o ensino público a baixos custos, pois através dela o Estado conseguiria atender a demanda de ensino simultaneamente e com pouco investimento em infraestrutura e professores.

Ainda na década de 90, no Brasil houve uma grande discussão a respeito da EAD como opção para o ensino básico, impulsionada pelo Estado para servir como modalidade de ensino regular e não somente supletivo. Isso se justificava pela pressa em mudar os indicadores educacionais que estavam em *déficits*. As melhorias nos indicadores possibilitariam ampliar a liberação de recursos do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), auxiliando o desenvolvimento econômico e social (MOREIRA, 2006, p.22).

Diversas foram as justificativas para defender a educação a distância no país, seja a democratização e universalização do ensino ou ampliação ao acesso a ele nos lugares onde não havia.

O presente trabalho tem como objetivo analisar aspectos da implementação do Projeto Viva Educação, pautado no Tele Ensino, no segundo mandato do governo de

Roseana Sarney (1998-2002) no Maranhão. Ele foi desenvolvido em parceria com a Fundação Roberto Marinho. O objetivo declarado era melhorar os indicadores educacionais do Estado do Maranhão referentes à distorção idade/série, que teve um crescimento significativo nesse período.

O Governo do Estado do Maranhão utilizou novos métodos e tecnologias para tentar mudar o cenário, no qual a educação maranhense se encontrava. Cenário este de descaso, nível elevado de evasão e abandono escolar, repetência, má distribuição de vagas e falta de escolas para atender a demanda da rede pública (COSTA, 2009).

A implantação do Tele Ensino no Maranhão foi justificada por meio de um discurso político que prometia um “Novo Tempo” e uma “Revolução na Educação”, com inúmeras promessas de mudança, avanço e qualidade no setor escolar educacional. Sem nenhuma consulta prévia aos educadores, pais, alunos e pesquisadores da área de educação, a nova metodologia de ensino a distância supletiva foi implantada no ensino regular público.

Por meio do Tele Ensino, os alunos que se encontravam em idades avançadas poderiam acelerar os estudos e concluir o ensino médio, o projeto seria uma modalidade supletiva para jovens e adultos. Essa foi a justificativa apresentada pelo Governo do Estado. Porém, conforme os resultados da pesquisa que apresentaremos aqui, o Tele Ensino, para além de ser uma modalidade supletiva, acabou substituindo a oferta regular do ensino médio, o que contribuiu para o retrocesso nesse setor no Estado do Maranhão.

Apesar de já existirem pesquisas sobre esta temática, das quais destacamos: Passinho (2007), Luz (2009), Bastos (2012), Oliveira (2014), nossa proposta se diferencia delas por ter como foco o debate sobre o Tele Ensino na imprensa maranhense, trazendo uma discussão com olhar crítico sobre a educação a distância. Portanto, nos questionamos sobre qual foram os discursos criados sobre o Tele Ensino em dois jornais de grande circulação no período: *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno*. O primeiro situacionista e o segundo de oposição ao governo de Roseana Sarney.

Este tema ainda é atual e está novamente sendo discutido pelo Governo Federal. Portanto, o que o torna relevante, não somente para a academia como também para a sociedade maranhense, é que a educação a distância, como ensino substitutivo do ensino regular, tem sido cada vez mais discutida dentro do contexto nacional brasileiro. (MOREIRA, 2006, p. 34).

Visando obter respostas para as questões apresentadas, buscamos desenvolver os seguintes objetivos: analisar os discursos sobre programa educacional denominado Viva Educação, pautado no Tele Ensino, implantado pela então governadora Roseana Sarney (1998-2002); identificar os caminhos que levaram o Estado do Maranhão a implantar o projeto Tele Ensino no sistema educacional maranhense; verificar a estrutura, natureza e funções dos jornais na construção e difusão de discursos a respeito do Tele Ensino.

Para alcançar tais objetivos, no primeiro momento nos apoiamos em leituras bibliográficas de livros, artigos, teses, dissertações, monografias e material disponível na internet. Essa etapa nos possibilitou compreender o contexto temático, temporal, político, social e educacional, para poder melhor analisar criticamente a documentação selecionada para essa pesquisa.

No segundo momento fizemos o levantamento dos jornais a serem escolhidos como objeto de estudo, a fim de analisar o posicionamento de cada um sobre o tema proposto. Para ampliar nossa percepção sobre as visões apresentadas pelos jornais, buscamos também por fontes documentais oficiais, que contribuíssem para o entendimento do contexto educacional maranhense.

O trabalho foi dividido em três capítulos: no primeiro, a discussão está direcionada para compreensão dos caminhos que levaram a implantação do projeto Tele Ensino no Maranhão, nos permitindo entender como e por que foi implantado. Discorreremos, ainda, sobre a política neoliberal que gerou mudanças no cenário educacional brasileiro.

No segundo capítulo buscamos compreender o que é a educação a distância, sua história, suas modalidades, metodologias, qualidades e defeitos. Analisamos, também, de forma breve o desenvolvimento do Tele Ensino no Estado do Maranhão.

Estes dois capítulos nos permitem compreender criticamente os discursos dos jornais *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno*, que são o foco do capítulo seguinte.

Abordamos no terceiro capítulo o discurso dos referidos jornais sobre o Tele Ensino no Estado do Maranhão, a fim de analisar o posicionamento de cada um deles em relação ao projeto. Para compreender seus discursos foi preciso traçar um perfil de cada um deles, além de conhecer um pouco de sua história.

1 CAMINHOS QUE LEVARAM A IMPLANTAÇÃO DO TELE ENSINO NO MARANHÃO

Sabe-se que a educação é algo fundamental dentro da sociedade e por meio dela podemos alcançar o desenvolvimento intelectual, econômico e social. Falar sobre educação tornou-se algo significativo, uma vez que a população entende que, por meio dela, podem-se adquirir benefícios para o seu bem estar físico, mental e social. Considerando o contexto político, percebemos que a educação está em pauta nos mais diversos partidos, que na tentativa de encontrar soluções que resolvam ou que minimizem os problemas nessa área, sempre retomam a discussão voltada para a qualidade na educação.

Ao longo dos anos a educação passou por consideráveis mudanças. Na mesma medida em que a sociedade foi se modificando, a educação foi se transformando, ganhando novos caminhos a serem percorridos. A história da educação no Brasil, quando pensada a partir da universalização do ensino, é marcada por lutas e conquistas que almejam democratizar o ensino público, visando tirar da educação brasileira esse caráter de educação elitizada ou dualista.

É preciso considerar que a sociedade não se forma como um todo harmônico, pois sempre está dividida em classes e essa questão interfere diretamente na realidade da escola. Segundo Acácia Zeneida Kuenzer (2003, p. 13), “[...] a educação também é estabelecida a partir das regras e relações da produção capitalista, herdando, portanto, as formas, os fins, as capacidades e os domínios do capitalismo monopolista do Estado”.

A década de 1990 é marco para a educação brasileira, pois trouxe significativas contribuições para o âmbito da educação. Foi neste período que o ensino primário praticamente se universalizou, ganhando novos rumos. O governo buscou se empenhar em fazer projetos direcionados a educação, dedicou-se também ao ensino básico. Isso não foi algo que foi discutido somente no Brasil, na verdade, essas transformações foram consequências decorrentes da Declaração Mundial de Educação para Todos (*Education for All – EFA*).

Esta declaração foi resultado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Essas conferências buscavam soluções para problemas relacionados à educação em nível mundial. A que aconteceu em Jomtien, Tailândia, em março de 1990, elaborou a referida declaração, que tinha como metas:

- universalizar o acesso à educação e promover a equidade;
- concentrar a atenção na aprendizagem;
- ampliar os meios e o raio de ação da educação básica;
- propiciar um ambiente adequado à aprendizagem;
- fortalecer alianças (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, ARTIGO 2).

Essas metas visavam atender as necessidades da educação básica, de forma que promovesse também a qualidade com que essas necessidades de aprendizado seriam atendidas. Essas medidas implicariam diretamente na forma como os países iriam reestruturar a sua educação, considerando que todas as decisões deveriam focar na universalização e acesso à educação.

O fato é que era imprescindível discutir a situação da educação mundial, pois os níveis, principalmente relacionados ao analfabetismo, eram preocupantes e a taxa era alta.

No Brasil, conforme os dados abaixo:

[...] Nos anos de 90, o cenário educacional vigente no país, com 22% da população analfabeta e 38% somente com o primeiro segmento do ensino fundamental (antiga 4^o série), ou seja, 60% da população era muito desqualificada. A evasão escolar também era bastante expressiva: das 22 milhões de matrículas feitas em 1982, pouco mais de 3 milhões chegaram ao ensino médio em 1991(SANTOS, 2010, p. 12).

Portanto, conforme a citação, os índices de analfabetismo no Brasil eram preocupantes e isso interferia no cenário social e econômico nacional. Tal fato levaria os governantes brasileiros a buscarem soluções que poderiam transformar esse cenário.

Neste capítulo apresentaremos estes processos de transformação pelos quais passou a educação brasileira durante a década de 90, pontuando de maneira breve o caminho trilhado pela educação em nível nacional (Brasil) e local (Maranhão), para podermos compreender o contexto que possibilitou a implantação do projeto Tele Ensino no Estado do Maranhão.

Para entender como este projeto surge no Maranhão, a princípio faremos uma breve análise do contexto educacional e, em um segundo momento, trataremos da educação a distância, modalidade na qual está inserida o projeto Tele Ensino.

1.1 A educação no Brasil na década de 1990

Conforme abordado, os anos de 1990 foram um marco para a educação brasileira, visto que essa década trouxe significativas mudanças no âmbito da educação. Neste período o governo buscou desenvolver projetos direcionados a educação e dedicou-se a ampliação do ensino fundamental. Isso foi uma consequência da Conferência Mundial de Educação para Todos, que levou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003)¹. Projeto este que refletia “a própria política de governo, envolvendo intelectuais, empresários, organismos nacionais e internacionais” (DAMBROS; MUSSIO, 2010, p. 1).

A conferência mundial foi organizada por quatro grandes instituições, sendo elas: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial (BM), contando com a participação de 155 países. Nesta ocasião foram traçadas as metas a serem atingidas pelos países que se encontravam com índices preocupantes relacionados à educação, dentre os quais: China, Brasil, México, Indonésia, Índia, Egito e Paquistão (SILVA; ABREU, 2008).

Os indicadores brasileiros eram alarmantes:

Dentre os principais indicadores da educação no Brasil no início da década de 1990 destacam-se o elevado índice de analfabetos adultos, próximo a 18 milhões de brasileiros; as altas taxas de evasão e repetência, aproximadamente 60% dos ingressantes no Ensino Fundamental (Ensino de Primeiro Grau, à época) deixavam de estudar por volta do quinto ano de escolarização e 91% dos que concluíam os oito anos da escolaridade obrigatória reprovavam pelo menos uma vez ao longo de sua trajetória escolar. O Ensino Médio (então Ensino de Segundo Grau) atendia a menos de 25% dos alunos da faixa etária própria desse nível de ensino (15 a 17 anos) (SILVA; ABREU, 2008, p. 2).

De acordo com a citação, é perceptível que os índices educacionais brasileiros eram preocupantes, sendo necessária uma intervenção do Estado nesse cenário, buscando

¹ Documento elaborado em 1993 pelo Ministério da Educação (MEC) destinado a cumprir, no período de uma década (1993 a 2003), as resoluções da Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial. Esse documento é considerado “um conjunto de diretrizes políticas voltado para a recuperação da escola fundamental no país”. Em seu conjunto, o Plano Decenal marca a aceitação formal, pelo Governo Federal brasileiro, das teses e estratégias que estavam sendo formuladas nos foros internacionais mais significativos na área da melhoria da educação básica. (MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Plano Decenal de Educação para Todos. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/plano-decenal-de-educacao-para-todos/>>. Acesso em: 10 de jul. 2018).

respostas de forma clara e objetiva. Para isso, grandes investimentos foram aplicados no setor da educação, não visando somente à melhoria desta, mas, principalmente, permitir um crescimento econômico do país, por meio da qualificação da mão de obra.

A década de 90 foi marcada por continuidades entre os governos, em relação aos projetos educacionais. Segundo Carolina Dalegonare, “percebe-se que a cada novo governo, os programas e objetivos educacionais dos governos anteriores eram reforçados” (2010, p. 60). Um dos fatores que contribuiu bastante foi a ênfase dada pela Constituição de 1988, que traz, em seu artigo 6º, a educação como um direito social e o dever do Estado em garantir o acesso a ela.

As principais políticas públicas para a educação adotadas por cada governo da década de 90 foram as seguintes:

No governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), destacamos o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, Programa Setorial de Ação do Governo na Área de Educação, ambos os programas buscavam impulsionar o Brasil para o contexto de modernização², pois se acreditava que por meio da educação o país seria capaz de progredir (VAZ, 2010, p. 61).

No governo de Itamar Franco (1992-1994) ocorreram significativas mudanças como a “descentralização da gestão e o aprofundamento da política de acesso universal à educação, assim como maior investimento no setor” (VAZ, 2010, p. 61).

A eclosão do processo de globalização colocou a política educacional brasileira como tendo que apresentar uma nova e mais eficiente rota de articulação com o processo produtivo e a articulação com a economia de um modo geral. Isto por que a competição pelos principais mercados financeiros e de comércio exigem uma relação mais direta entre mão de obra qualificada e gestão de um novo programa científico/tecnológico (PEREIRA, 2004, p. 51).

No governo de Itamar Franco, a educação ganhou destaque, pois seus interesses estavam “intrinsecamente vinculados à estratégia de desenvolvimento econômico, social e político” (SOARES, 2008, p. 40). Assim, segundo Vaz, foi neste governo que a educação passou a ser vista como um pilar para a modernização da sociedade brasileira, pois ela seria a base para que se ampliasse o crescimento econômico (2010, p. 64).

² O progresso do país seria alcançado por meio do desenvolvimento pela educação, que assume a conotação de modernização do Brasil, visando que os *déficits* educacionais ficassem para trás e assim a sociedade se modernizasse (GUMIERO, 2017, p.66).

Dentre os principais programas para o desenvolvimento da educação criados neste governo pode-se destacar: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)³ e o Plano Decenal de Educação Para Todos. Ambos os programas buscavam discutir melhorias para a educação brasileira. A ênfase era dada para a modernização do país, que viria pela qualificação da mão de obra de jovens e adultos, que só seria conseguida por meio da educação. O objetivo era atender o mercado do trabalho, ou seja, mais do que formar o cidadão, buscava-se a elevação dos níveis econômicos e sociais no contexto brasileiro.

Fernando Henrique Cardoso⁴ (1995-1998 e 1999-2002) teve, como base para desenvolver seus projetos educacionais, as políticas implementadas pelos dois governos anteriores, aproveitando as experiências já adquiridas para buscar implementar modificações no setor da educação. Como pontos positivos dos seus mandatos para o contexto educacional, pode-se citar a “redução da taxa de repetência e da evasão escolar, redução dos índices de analfabetismo, a elevação dos anos de estudos da população como um todo e a universalização do ensino” (VAZ, 2010, p. 65).

Como principais programas desenvolvidos pelo governo de FHC, voltados para a educação básica destaca-se:

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que avalia livros didáticos e divulga uma lista dos títulos aprovados; o Programa Toda Criança na Escola, visando a universalização do ensino entre crianças de 7 a 14 anos; o Programa de Renda Mínima, cujo principal objetivo é apoiar financeiramente as famílias mais carentes para permitir a escolarização de seus filhos ou dependentes com idades entre 7 a 14 anos; o Programa de Aceleração da Aprendizagem que tem como objetivo fazer com que todos os alunos alcancem o sucesso no processo de escolarização, com o domínio de conteúdos e habilidades básicas das quatro séries iniciais do ensino fundamental (SETUBAL, 2001, p. 51).

Esses programas impulsionaram a educação do Brasil, no sentido de sair do Estado negativo em que se encontrava, melhorando os índices do país no setor educacional. Neste cenário, parcerias entre público e privado foram criadas, com o propósito de melhorar a qualidade e ampliar o acesso à educação.

³ O sistema foi elaborado em 1990, e inclusive realizou-se uma avaliação na época, mas somente no governo de Itamar Franco que passou a ser oficialmente um programa. O SAEB tinha por objetivo acompanhar o desempenho da educação básica, a fim de aprimorar a sua qualidade. Assim, coletava dados sobre a qualidade do ensino oferecido no Brasil, tanto da educação pública como privada (VAZ, 2010, p.65).

⁴ A partir de agora vamos nos referir a ele como FHC.

Esse tipo de ensino público e privado privilegia um sistema tecnicista de ensino, o qual vai representar uma subordinação da educação à produção. Dessa forma, o Governo Federal estabeleceu acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a *United States Agency International for Development* (USAID) e a UNESCO, em que o tecnicismo serviu para qualificar a mão de obra e estabelecer melhorias na educação brasileira, entretanto, essa educação serviria apenas para defender os interesses de uma parcela pequena da sociedade, na qual se concentra o poder econômico e político. A UNESCO, na década de 1990, publicou documentos para os países membros, com orientações e princípios para melhorias na educação, pois eles acreditavam que para os países subdesenvolvidos a “Educação” deveria ser colocada no centro, como a redentora da questão social, ou seja, índices como violências e exclusão social seriam minimizados e resolvidos a partir da educação (AOYAMA et. al, 2009, p. 3).

Segundo a Teoria do Estado burguês, proposta por Saes (1998), as sociedades são caracterizadas por divisões de classes, sejam elas escravista, feudal ou capitalista. Nelas, a função do Estado seria neutralizar as lutas entre classes antagônicas e garantir as relações capitalistas.

O Estado passa a ter a função de deter qualquer manifestação de classe social contra os meios de produção. Segundo Netto:

Nessa fase do capital, a preservação e o controle permanente da força de trabalho, tanto ocupada, quanto excedente, constituem-se em função estatal de primeira ordem. Entretanto, para que o Estado cumpra essa função, precisa legitimar-se politicamente, ou seja, precisa incorporar outros protagonistas sociopolíticos, atendendo as demandas das classes subalternas por meio de políticas sociais (NETTO, 2001, p. 12).

A crise econômica, que se instalou no final da década de 1980, levou as sociedades capitalistas, na década de 1990, a buscarem um novo modelo econômico baseado na teoria do neoliberalismo, com a utilização de novos meios tecnológicos e uma relação de trabalho e produção mais flexíveis, tudo pautado em uma racionalidade econômica. Um pequeno grupo de países passou a ter a hegemonia do capital financeiro e usaram esse monopólio para implantar medidas macroeconômicas, com intuito de aumentar suas riquezas e explorar as nações que compunham os grupos de países periféricos. (MOTA; MAUÈS, 2014).

Para legitimar seus discursos, essa nova ordem mundial vai fazer críticas severas a Teoria do Estado de bem-estar social⁵, ou seja, era preciso reconfigurar o papel estatal dentro da sociedade, pois o Estado seria incapaz de garantir, para toda sua população, uma vida de qualidade, pois era ineficiente e pouco produtivo.

As práticas de ajustes estruturais proposta pelo modelo neoliberal foram colocadas em prática quando os países, em momentos de crises econômicas, recorreram aos empréstimos no Banco Mundial (BM) e no Fundo Monetário Internacional (FMI). Estes só seriam concedidos se adotassem, em contrapartida, o modelo de reforma estrutural de cunho neoliberal.

De acordo com Toussaint (2002, p. 200), “[...] estes empréstimos de caráter político são concedidos pelas instituições com a condição de que o governo nacional adote um programa de estabilização econômica e de reformas de estruturas econômicas, de acordo com as exigências do prestador”.

A grande questão desses empréstimos e de suas exigências, as quais Toussaint chama de medidas condicionadas pelas agências, é que possibilitou que os países periféricos se subordinassem ainda mais aos países tidos como centrais, impossibilitando que os mesmos desenvolvessem a sua economia nacional, visto que “[...] a internacionalização da política econômica transforma os países em territórios economicamente abertos e as economias nacionais em ‘reserva’ de mão-de-obra barata e de recursos naturais” (TOUSSAINT, 2002, p. 224).

As reformas que foram colocadas acabaram por ampliar o desajuste social, devido ao fato de tanto o BM como o FMI terem redefinido as funções do Estado, havendo uma redução da ação deste no campo das políticas sociais. Isso pode ser visto como uma consequência das agendas internacionais, na medida em que essas instituições investiram seus recursos nesses países e, conseqüentemente, conseguiram significativo poder de influência tanto na economia como nas políticas públicas locais. É nesse contexto que o Brasil vai adotar o modelo neoliberal para educação.

⁵ O “*Estado de Bem-estar Social*” (do inglês, *WelfareState*), é uma perspectiva de Estado para o campo social e econômico, na qual a distribuição de renda para a população, bem como a prestação de serviços públicos básicos, é visto como uma forma de combate às desigualdades sociais. Portanto, neste ponto de vista, o Estado é o agente que promove e organiza a vida social e econômica, proporcionando aos indivíduos bens e serviços essenciais durante toda sua vida. (<https://www.todamateria.com.br/estado-de-bem-estar-social/>).

Essa reconfiguração brasileira no campo educacional aconteceu na década 1990 e teve como principal mediador a ONU (Organização das Nações Unidas), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Esta política precisou de uma rearticulação entre os poderes federais, estaduais e municipais, abrindo-os para ações conjuntas com as iniciativas privadas.

Esse grande investimento na educação nesse período, segundo Pasquine e Miranda (2011), se dá pelo fato dela ser um fenômeno social que não podia ficar fora do contexto das mudanças sociais necessárias ao bom funcionamento dos projetos neoliberais. Para as autoras:

[...] passando a ser considerada o ponto fulcral para a inserção dos países em desenvolvimento na atual conjuntura produtiva e competitiva. Assim, o papel e a função da educação assumem novos contornos exigidos pelo atual momento político e econômico ocasionando uma onda de reformas em todos os níveis de ensino com o objetivo de ajustá-las às novas exigências do mercado (PASQUINI; MIRANDA, 2012, p. 6).

Portanto, a educação era uma das bases para o desenvolvimento e implementação das reformas neoliberais, uma vez que esta ganha a centralidade no Brasil e no mundo, em outras palavras, a educação era a ferramenta chave para essa política. A ênfase dada para a educação redefine as ações do Estado, de maneira que “cada vez mais a política educacional passa a ser considerada, no marco das políticas sociais, como uma política de caráter instrumental e subordinada à lógica econômica” (KRAWCZYK, 2000, p. 2).

Entende-se que a educação passa a ser vista em duas perspectivas, por meio do âmbito de desenvolvimento igualitário-social e, a outra, por meio do desenvolvimento econômico, visando atender as demandas do mercado.

1.2 A influência da política neoliberal no contexto maranhense

Na década de 1990 e no início do século XXI, o Maranhão também experimentou as políticas neoliberais. O grande marco deste processo foi o período do mandato da então governadora Roseana Sarney, que governou o Estado por duas vezes consecutivas (1995 a 1998 e 1999 a 2002). Um ano significativo da implementação dessa política no Estado foi o de 1999, quando foi aplicada a Lei nº 7.356 de 29 de dezembro de 1998, que definiu a Reforma Administrativa do Estado do Maranhão. Essa reforma estabeleceu uma nova estrutura administrativa, afetando de forma direta e indiretamente as secretarias, empresas

públicas e fundações, o que significou novas atribuições, extinções e fusões de alguns órgãos e entidades públicas.

Esse procedimento, de acordo com Bastos, “visava ao enxugamento e à racionalização da máquina administrativa, que culminaria com a racionalidade econômica nos investimentos públicos bem ao modo do receituário neoliberal” (2012, p. 78). A reforma estadual foi pautada no discurso de colocar o Maranhão na modernização capitalista, tão presente nas falas do presidente FHC.

O governo de Roseana escolheu por *slogan* a seguinte frase: “Novo Tempo”, na qual trazia subentendida a ideia de modernização e mudança. Assim, a “modernidade”, aqui entendida como a aplicação dos princípios neoliberais, adentrou o território maranhense. O “velho” daria lugar ao “novo”. Os grupos políticos que governavam o Estado buscariam legitimar suas reformas por meio do lema: “um Estado em busca da eficiência”. A divulgação desses princípios se apoiaria na aproximação do Estado com os Municípios, através da extinção das 17 secretarias estaduais e a criação de 08 gerências regionais, com uma estrutura enxuta e que teriam tarefas de formulação, gestão e apoio. Seriam nomeados gerentes para executar os programas prioritários do governo nas 18 regiões geográficas em que foi dividido o Estado do Maranhão. Alocadas em diferentes polos de atração no território do Estado. Um dos objetivos principais dessa mudança era diminuir os gastos públicos.

Para Bastos,

[...] a perspectiva da modernização e de racionalização do Estado em busca da eficiência, na prestação de serviços públicos ou de mudança de nomenclatura, isto é, da passagem de Secretaria para a Gerência, da extinção e incorporação de órgãos públicos, essencialmente, tornou-se muito mais um pacote de medidas ideológicas, visando à manutenção do poder local do que a geração de desenvolvimento que tirasse o Maranhão da condição de miséria e sua educação do estado caótico (2012, p. 81).

O governo do Estado buscava alinhar-se ao contexto político nacional e internacional, uma vez que todas as medidas iam nessa direção. Vale ressaltar que, segundo os autores Bastos (2012) e Gonçalves (2009), o fato da política do Maranhão ter se alinhado aos ditames das políticas federais se devia ao fato da família Sarney se inspirar

em uma situação semelhante vivida no passado, quando José Sarney subiu ao governo do Estado, em 1965⁶.

O modelo aplicado pela política de Roseana Sarney é muito semelhante ao que foi aplicado pelo seu pai José Sarney no ano de 1965, quando foi eleito governador do Estado do Maranhão. Usando o *slogan* “Maranhão Novo”, José Sarney buscou a reconstrução do Estado em duas direções: a econômica e social. Segundo Guilhon,

O empreendimento desse esforço de reconstrução do Estado implicava em duas condições inter-relacionadas no campo da gerência das ações estatais: a adoção do planejamento enquanto base racionalizadora e de longo prazo à intervenção do Estado; e a constituição de um corpo técnico-administrativo com condições e competência para a realização do objetivo requerido pela proposta governamental (1996, p. 11).

Sarney buscou romper com o ciclo de administração governamental que se tinha, objetivando implantar moldes de planejamento, ou seja, tudo deveria ser projetado e articulado por meio de modelo de plano de governo nacional e alinhado com a política nacional, somente dessa maneira se conseguiria alcançar o desenvolvimento do Maranhão. Essa mesma ligação da política estadual com a nacional se viu repetir durante o governo de Roseana Sarney. O discurso do desenvolvimento e da modernização do Estado era o *Novo surgindo* mais uma vez.

As diretrizes e o planejamento estadual foram reordenados e influenciados pelo contexto político nacional e as regras impostas pela economia internacional. Os governos do Maranhão, em suas trajetórias administrativas, sempre utilizaram da “política da maquiagem”, em que se buscava adequar o velho modelo estrutural às novas exigências feitas pelo governo federal e órgãos internacionais, tudo em prol de recursos e justificados pelo discurso da melhoria da qualidade de vida de todos os maranhenses (BASTOS, 2012, p. 80).

Segundo autor Bastos:

Protagonizando o Novo Tempo, o governo de Roseana Sarney seguiu estritamente o receituário da política desenvolvida no âmbito federal e internacional, tornando o modelo de gestão empresarial uma tentativa viável para a gestão pública maranhense, seguindo também rigorosamente a agenda dos organismos internacionais, em destaque o Banco Mundial (2012, p. 82).

⁶ O ano de 1965 teve o cenário perfeito para o discurso modernizante de José Sarney, este soube usar o momento em que a sociedade desejava romper com os velhos laços do coronelismo, assim Sarney captou bem o corte que a sociedade maranhense ansiava por fazer entre o velho e o novo, entre o moderno e o arcaico e expressou isso em sua proposta de governo, sintetizada pela expressão “Maranhão Novo” (GUILHON, 1996, p. 10).

A reforma administrativa no Estado do Maranhão foi pautada em um discurso de “novo tempo” e de descentralização política, que visaria aproximar o governo das massas sociais. Costa afirma que “a reforma administrativa pretendeu criar uma ilusão de participação e cidadania, através da construção de canais de ‘diálogo’ e ‘colaboração’ entre o governo, lideranças políticas e religiosas, movimentos sociais e a população em geral” (1997, p. 7).

A modernizadora reforma que era defendida pelo governo não tocou em pontos fundamentais da administração pública que precisavam ser revistos, como sistema de saúde, saneamento básico, entre outros, que continuaram sem a devida atenção dos gestores, na verdade os índices foram maquiados em prol do discurso de um “Maranhão moderno”. É perceptível que a modernização trazida pela administração das gerências não veio, na verdade, modernizar nenhum contexto já estabelecido, pelo contrário, buscou recentralizar o poder de uma oligarquia local. Para Bastos, essa recentralização foi uma tentativa de aproximar o governo dos espaços municipais, objetivando “resolver os problemas sociais” (2012, p. 79).

Por meio da reforma administrativa do Estado, o governo estadual buscou uma aproximação com as camadas sociais, as gerências que substituíram as secretarias estaduais funcionaram como uma espécie de subprefeituras que foram alocadas em pontos estratégicos. A reforma administrativa resultou para o contexto dos trabalhadores em desempregos ocasionados pelas demissões e arrocho salarial (BASTOS, 2012, p. 80).

A necessidade de diminuir gastos públicos se fez pautada no discurso que era preciso haver redução das despesas com pessoal e administrativa, pois somente assim se poderia investir. O certo é que este discurso levantou a credibilidade do governo de Roseana Sarney frente ao empresariado local, nacional e internacional, atraindo investimentos privados para o Estado. A construção da fábrica de tecidos KAO I no município de Rosário, que fica a 67 km de São Luís, é um bom exemplo disso.

A construção KAO I veio atender três objetivos que o Estado se empenhou em alcançar:

Em primeiro lugar, aos interesses da oligarquia Sarney de interiorizar o desenvolvimento no Maranhão como condição econômica para a consolidação do seu poder político. Em segundo lugar, cumpriu a política do governo federal de inserir o país nas novas tendências da economia mundial. Em terceiro lugar, satisfaz os interesses da empresa KAO I de implantar seus serviços com

vantagens econômicas, utilizando-se do que há de mais "moderno" nas novas relações de produção e de trabalho (SILVA, 2005, p. 6).

Assim, podemos dizer que a fábrica KAO I representou o desenvolvimento que tanto se pregava, atendendo aos interesses de três esferas: estadual, federal e internacional, deixando para trás apenas os interesses do município de Rosário, pois para o setor trabalhista o empreendimento veio com a promessa de geração de 4.304 empregos diretos, o que não aconteceu. Os poucos empregos que surgiram não garantiram melhores condições de vida para os trabalhadores, uma vez que a empresa não cumpria as leis trabalhistas, as condições de trabalho eram precárias e muitos trabalhadores eram contratados por meio da terceirização (CARDOZO, 1998).

É notório que a implantação da fábrica KAO I no Maranhão demonstrou o jogo de articulação das representações políticas com o capital local, nacional e internacional, pois, segundo Barros, “atendeu tanto aos interesses do grupo político dominante no Estado, que podia ampliar seu predomínio político, o governo Central, com sua determinação de inserir o Brasil na economia mundializada” (2009, p. 77).

Outras medidas foram a privatização da empresa de energia CEMAR e a terceirização do Hospital do Servidor (IPEM) e Maternidade Marly Sarney. Essas medidas caracterizam bem o modelo que o Estado se prontificou a seguir, buscando organizar o espaço econômico para valorizar a lógica do mercado (SILVA, 2005).

Assim, para Silva,

Na gestão do “Novo Tempo”, Roseana Sarney reconstrói as bases da dominação política se apresentando como pioneira das reformas “modernizantes” e projetando, novamente, para o Maranhão a inserção na economia transnacional e nacional. Através da propaganda ideológica do caráter “racional-legal” das reformas, encobre a manutenção das práticas clientelistas ou fisiológicas e legitima-se diante da população (2005, p. 7-8).

Percebe-se que a política aplicada por Roseana Sarney teve como principal objetivo reconstruir as bases políticas e de poder da família Sarney, como maneira de propagar a dominação política em todo o Estado. Isso só seria possível expandindo sua influência e centralizando o seu domínio em pontos estratégicos do Estado, por isso a criação e distribuição regional das gerências.

Nota-se que o Estado do Maranhão passou por mudanças justificadas sempre pelo discurso do desenvolvimento e modernização. Essas ações foram aplicadas principalmente no âmbito administrativo, sendo sustentadas pelo discurso da democratização,

flexibilização e desestatização, visando sempre aplicar no meio estadual as reformas que também estavam sendo aplicadas no meio federal, como maneira de se alinhar as exigências feitas pela política neoliberal.

Barros ressalta que “apesar do discurso modernizante embutido nas reformas dos aparelhos do Estado do Maranhão, este continua sob o atraso econômico e social” (2009, p. 79). Ou seja, o desenvolvimento não estava sendo percebido de maneira positiva por todos. No que tange as políticas públicas, muito era preciso ser feito para se chegar ao patamar de desenvolvimento pregado nos discursos governamentais, isso é perceptível pelo fato do governo do Maranhão não conseguir garantir minimamente os direitos sociais, pelo contrário, agia como regulador das demandas sociais, não conseguindo solucionar os principais problemas do Estado.

Se por um lado há moderna dominação, por outro lado, agravaram-se as questões sociais, como resultados da implementação do ajuste fiscal, anulando os possíveis impactos que teriam as leis orçamentárias, seu planejamento e seus objetivos para reverter os baixos indicadores de desenvolvimento social do Estado (BARROS, p. 81).

Diante da afirmativa entendemos que as ações governamentais beneficiaram apenas a classe que estava no poder, uma vez que os indicadores do Estado continuaram baixos, a economia e o contexto social eram sinônimos de atraso, o desenvolvimento pregado nos discursos políticos ainda não havia alcançado o Maranhão (BARROS, 2009, p. 80).

A assertiva de Barros nos leva a perceber que toda a modernização se direcionou para domínio político e econômico, uma vez que esse discurso afetava diretamente as questões sociais. As políticas públicas não conseguiam acompanhar essa modernização tão disseminada pelos discursos dos meios políticos, da imprensa estadual e nacional. Estes buscavam transmitir para o restante do país uma imagem de um Maranhão como exemplo a ser seguido pelos outros estados brasileiros.

Como exposto, percebe-se que os dois mandatos de Roseana Sarney se alicerçaram no discurso neoliberal, em que todas as medidas eram em prol do desenvolvimento econômico e social, porém o que se viu foram novos mecanismos de perpetuação do poder sendo mascarados pela “modernização” e pela justificativa que era preciso deixar o “velho e atrasado” Maranhão para trás. Dessa maneira, e tendo como base

todas as justificativas já apontadas, o governo conseguia o apoio de diferentes camadas sociais.

Assim, o Governo do Estado pautou sua reforma administrativa no discurso do crescimento econômico do Maranhão, aplicando ajustes fiscais que funcionariam como ferramentas de equilíbrio na economia e alavancariam todo o Estado, levando a tão esperada “melhoria de qualidade de vida da população com a melhoria da eficiência dos serviços públicos básicos (saúde, educação e saneamento básico)” (BASTOS, 2012, p. 85).

O governo, visando mascarar os indicadores sociais que se encontravam cada vez mais baixos, criou leis orçamentárias, ajustes, reformas administrativas e planejamentos estratégicos, sendo justificados pelo discurso de *eficiência e eficácia* do aparelho estatal.

Todavia, os indicadores sociais cada vez mais se mostravam desalinhados com esse discurso político, levando o próprio governo a admitir que os índices sociais eram preocupantes. No que tange a educação, por exemplo, de acordo com Bastos, o governo precisou se reorganizar no seu discurso, pois o Maranhão apresentava baixa eficiência no ensino ao longo dos anos do governo da Roseana Sarney e os indicadores mostravam o fracasso da política pública nesse setor, que eram perceptíveis por meio das taxas de abandono, de reprovação e distorção idade/série, isso sem considerar a taxa de analfabetismo (2012, p. 90).

Com intuito de contornar essa situação foram aplicados diversos mecanismos,

[...] pois as questões estruturais impuseram às questões setoriais um conjunto de mudanças a serem empreendidas na máquina do Estado que não se restringiu a mudanças meramente administrativas, mas representou uma contrarreforma estatal, objetivando atender às demandas mais urgentes do capital e às necessidades de reordenamento político (BASTOS, 2012, p. 90)

Desse modo, as Diretrizes e Estratégias foram apresentadas pela Gerência de Desenvolvimento Humano (GDH) para a Política Educacional de maneira a se alinhar a conjuntura nacional. Essas diretrizes seriam aplicadas por meio da gerência que promoveria assistência técnica as escolas.

Era preciso apresentar e aplicar medidas que possibilitassem respostas ao cenário educacional maranhense, com a intenção de sanar os *déficits*, que iam desde o alarmante número de 100.000 crianças, na faixa etária de 7 a 14 anos, fora da rede de ensino fundamental, ao baixo atendimento de jovens entre 15 a 17 anos pelo ensino médio, tendo em vista que, no ano de 1999, esse número era de 417.324. O número de oferta de matrículas para o ensino médio nesse período era baixo uma vez que era de

responsabilidade do Estado garantir o acesso a essa modalidade de ensino de acordo com a legislação (SOUSA, 2002, p.84).

No discurso de Roseana Sarney:

A realidade maranhense exigia a definição de uma política educacional explícita para o Estado, que tenha como foco central a escola, e nessa, o processo ensino-aprendizagem, para onde deverão convergir, inequivocamente, todos os esforços e recursos (MARANHÃO. 1999 p. 1).

Foi pautado nesse discurso que a política educacional foi pensada e implantada nos moldes dos parâmetros neoliberais. Ações, planejamentos, uso de tecnologia, parcerias público-privado seriam o caminho para a “modernização” da educação no Estado.

1.3 Reforma educacional

Como exposto, a reforma educacional brasileira foi algo decorrente das conferências realizadas em âmbito internacional, visto que o Brasil, assim como os outros países, se comprometeu em assegurar “educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 98).

O Brasil, como signatário, possuindo umas das maiores taxas de analfabetismo do mundo, precisava investir em ações que possibilitassem o avanço diante da problemática apresentada, ou seja, as ações deveriam ser aplicadas para impulsionar as políticas educacionais brasileiras. Os índices na educação precisavam de uma drástica mudança e para se alcançar esses objetivos, os governantes voltaram o seu olhar para os movimentos internacionais relacionados à educação.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, houve uma forte presença dos movimentos internacionais que buscavam influenciar as reformas por intermédio de agências e documentos sobre educação. Uma dessas agências foi a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), que publicou o documento “Transformação Produtiva com Equidade” (*Transformación productiva con equidade*), o qual “enfatizava a urgência da implementação de mudanças educacionais, em termos de conhecimento e habilidades específicas, demandadas pela reestruturação produtiva” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 98-99).

Em 1992, novamente a CEPAL publicou outro documento sobre educação intitulado “Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade”

(Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidade). Em linhas gerais, este documento propunha a reforma do sistema produtivo e a difusão de conhecimentos, para ser mais exato, era a “cidadania e competitividade”. É o que Shiroma chama de “critérios inspiradores de políticas de ‘equidade e eficiência’ e diretrizes de reforma educacional de ‘integração nacional e descentralização’” (SHIROMA et al., 2002, p. 62).

Nesse cenário de reformas se encontra a UNESCO e o Banco Mundial, sendo eles impulsionadores desse grande projeto educacional. Entre os anos de 1993 e 1996 um relatório é organizado por Jacques Delors, a pedido da UNESCO, intitulado “Educação, um tesouro a descobrir”. Segundo Silva e Abreu (2008, p. 527), o relatório “traz um diagnóstico da situação da educação mundial, começando pelas mudanças no cenário econômico, sendo que essas são resultado da globalização que se iniciou dentro do campo econômico”, e culminou em “um movimento em que todas as economias do mundo se tornaram dependentes dos movimentos de um conjunto mais ou menos importante de capitais, transitando rapidamente de um lugar para outro” (DELORS, 2000, p. 37).

O grande problema apresentado pela globalização é que ela vai beneficiar ainda mais os países ricos em detrimento dos países pobres, isso é um fator diagnosticado pelo Relatório de Delors. É nesse ponto que entra a educação, visto que, segundo Vandiana Borba Wilhelm:

[...] a educação é tida como uma instância capaz de promover o desenvolvimento humano mais harmonioso e instrumento para fazer recuar a pobreza, disseminando valores como a tolerância, os direitos humanos e a compreensão mútua (2010, p. 5).

De acordo com a citação, podemos entender a educação como a ferramenta capaz de melhorar as condições sociais, e, somente por meio dela, criaria um consenso de que o conhecimento é capaz de desenvolver capacidades nos indivíduos, para saberem se colocar frente às mudanças, que são constantes dentro da sociedade, estando, assim, aptos a ultrapassarem os desafios cotidianos.

Dentre as principais indicações do Relatório está a ampliação da educação básica, que deveria se voltar para o pluralismo. Esta é

[...] não só, uma barreira contra a violência, mas um princípio ativo de enriquecimento cultural e cívico das sociedades contemporâneas. [...] uma educação adaptada aos diferentes grupos minoritários surge como uma

prioridade. Tem como finalidade levar as diferentes minorias a tomar nas mãos o seu próprio destino (DELORS, 2003, p. 58).

Compreende-se, portanto, que a educação não funciona apenas como uma barreira contra a violência, ela abrange um espaço bem maior, a educação norteia toda relação social. Sendo assim, ela deverá sustentar-se no que Delors chamou de quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos (viver com os outros) e aprender a ser.

Visando corroborar para a reforma educacional em um contexto mais geral, o Banco Mundial elaborou as diretrizes políticas para a década de 90, por meio da adoção das conclusões da Conferência de Jomtien e publicando um documento em 1995, intitulado “Prioridade e estratégias para a educação” (*Prioridades y estrategias para la educación*). Este reiterava os seguintes objetivos:

Eliminar o analfabetismo, aumentar a eficácia do ensino, melhorar o atendimento escolar e recomendar “a reforma do financiamento e da administração da educação, começando pela redefinição da função do governo e pela busca de novas fontes de recursos”, o estreitamento de laços da educação profissional com o setor produtivo e entre os setores público e privado na oferta de educação, a atenção aos resultados, a avaliação da aprendizagem, a descentralização da administração das políticas sociais. Retoma, também, a teoria do capital humano por meio da inversão em capital humano e atenção à relação custo/benefício. A educação básica deveria ajudar a “reduzir a pobreza aumentando a produtividade do trabalho dos pobres, reduzindo a fertilidade, melhorando a saúde” e gerando atitudes de participação na economia e na sociedade (SHIROMA et al. 2002, p. 100).

Por meio das diretrizes estabelecidas pelo Banco Mundial, a concepção de oferta de educação pública de qualidade (eficácia do ensino) possibilitou a abertura de investimentos privados aos setores educacionais públicos, apoiando-se no conceito de melhorar o atendimento escolar ofertado pelos governos. Para o “Banco Mundial a educação era motor para o desenvolvimento econômico e contenção da pobreza” (WILHELM, 2010, p. 5), por isso o Banco Mundial financiava os projetos destinados a esse setor.

O relatório apresentado pelo BM traz as devidas recomendações para o setor de educação:

[...] a partir de um tipo de planejamento de currículo que especifique os objetivos da aprendizagem em termos observáveis. O relatório dá ênfase ao estabelecimento de padrões de rendimento e à necessidade de se dar atenção aos resultados da educação. Deve haver mais privatização, mais gerenciamento por

objetivos e uso de indicadores de desempenho e mais controle pelos usuários. As análises das taxas de retorno têm sido o principal critério para decidir quais opções de investimento são de maior benefício para a sociedade (LAUGLO, 1997, p. 14).

Todo um planejamento deveria levar em consideração do currículo aos métodos de aplicação de aprendizado, e, para pensar nesses dois fatores, é preciso voltar-se para os resultados da educação. Somente mediante eles seria possível saber onde e como se deveria investir, ou seja, quais opções de investimentos seriam aplicadas no âmbito educacional.

Entretanto, vale salientar, que a reforma educacional brasileira não foi algo motivado, ou melhor, impulsionado apenas por questões internacionais, as ações nacionais também colaboram para que a mesma viesse a ocorrer, produzindo uma espécie de consenso para colocar a educação básica como ponto central no país.

Assim, segundo Nogueira:

O consenso em torno da Centralidade da Educação Básica não foi um projeto interventor, “maquiavélico” e unívoco do Banco Mundial para a sociedade e para a educação brasileira. Nos anos 80, ao mesmo tempo em que se definia, se propunha e se financiava políticas econômicas, culturais e educacionais de forma insistente pelo Banco Mundial e outros Organismos Internacionais Multilaterais, se elaborava em nível nacional através de Governos Estaduais e Municipais, políticas educacionais que combatiam a evasão e a repetência. Num outro plano, emergiam também reivindicações com essa mesma temática de associações acadêmicas, de movimentos sindicais de todos os níveis de ensino, de estudantes e de movimentos populares que entendiam que a luta pela escola pública era a luta por melhores condições de vida para seus filhos (NOGUEIRA, 2001, p. 21).

Dessa forma, Nogueira traz um panorama geral que antecede as conferências internacionais, visto que a luta por melhores condições na educação era algo que já norteava os governos, o principal foco era combater a repetência e a evasão de crianças, jovens e adultos. Segundo eles, melhorar esses índices era elevar o nível da qualidade da educação.

As conferências internacionais possibilitaram um impulso a mais para essa proposta de educação, visto que, por meio delas, a universalização do ensino básico foi vista como um grande ponto a se investir, a modernização e o mercado econômico promissor só seriam alcançados com êxito mediante o investimento no setor educacional.

Percebemos que a educação como estratégia fundamental para o desenvolvimento social e econômico é um ideário de orientação neoliberal, que busca formar trabalhadores e inseri-los no mercado de trabalho, mirando as parcelas mais pobres da sociedade (NOMA, 2011, p. 110).

No discurso sobre as reformas educacionais falou-se muito em “educação de qualidade”, porém, para essa proposta, a “qualidade” muitas vezes se confundia com quantidade. De acordo os autores Marco Antônio de Oliveira Gomes e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, a:

[...] retórica neoliberal sintetizou suas propostas sobre a educação na palavra qualidade. Proferida como se fosse uma expressão mágica que concebesse uma ideia definitiva, do tipo panaceia para todos os problemas sociais: a excelência do ensino, professores competentes e ‘reflexivos’ implicando necessariamente na inserção dos alunos no mundo do trabalho e alavancando o desenvolvimento econômico. Ora, essa associação entre cultura escolar e *ethos* empresarial transformou-se em uma espécie de salvo conduto para o crescimento da educação como um grande negócio (2012, p. 286).

Na medida em que a quantidade de oferta educacional era propagada, um maior percentual da mão de obra para o mercado seria ofertado, pode-se dizer que o ensino básico estava funcionando de acordo com as exigências do mercado.

Para que a educação ofertada fosse considerada de qualidade, outros pontos precisariam ser levados em consideração, assim, segundo Libâneo (1999), apesar dos órgãos oficiais proclamarem a democratização da escola e mesmo oferecendo o acesso as camadas mais pobres da população, a escola precisaria ofertar o básico para ter um ensino de qualidade, como uma boa remuneração para os professores, uma infraestrutura adequada nas salas de aulas, material didático atualizado, entre outros. Era pensar na qualidade no todo e não somente em partes, ou seja, a educação de qualidade não poderia ser vista apenas por uma ótica, tinha que ser pensada de acordo com todos os envolvidos nesse processo (família, gestores, professores e alunos).

Os programas do Estado Brasileiro na década de 90 objetivavam assegurar o acesso e a permanência dos jovens nas escolas, podemos exemplificar a partir dos programas: “Acorda Brasil Tá na hora da Escola”, “Aceleração da Aprendizagem” e “Guia do Livro Didático – 1ª a 4ª séries”. Esses programas não buscavam uma qualidade para educação brasileira, mas sim diminuir as taxas de evasão escolar e repetências. No plano do financiamento, o MEC (Ministério da Educação) implementou vários programas, entre eles o “Dinheiro Direto na Escola”, que tinha como objetivo a distribuição de recursos diretamente aos estabelecimentos escolares; Programa Renda Mínima; Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA); Fundo para o Desenvolvimento e Valorização do Magistério (FUNDEF, hoje FUNDEB); e o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Parte significativa de alguns programas destina-se a adoção de

tecnologia de informações e comunicação: TV Escola, Programa Nacional de Informática na Educação, Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância (PAPED) e Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior (SHIROMA et al., 2011, p. 9).

Moacir Gadotti (1980 *apud* SILVA 1987, p. 57) afirma que a educação brasileira é essencialmente um aparelho de reprodução de classes, essa reprodução de classe social atinge a camada mais baixa da sociedade. Isso pode ser observado a partir do momento em que o Estado brasileiro passou a intervir na natureza avaliativa da educação, criando o Censo Escolar, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) -1990, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - 1998 - e do Exame Nacional de Cursos (Provão) - 1996.

Por meio dos resultados das avaliações aplicadas pelo ENEM e SAEB seria possível:

Avaliar seus processos, verificar suas debilidades e qualidades e planejar a melhoria do processo educativo. Da mesma forma, deveriam permitir aos organismos responsáveis pela política educacional desenvolver mecanismos de compensação que superem gradativamente as desigualdades educacionais. (BRASIL, 1998, p. 11).

Percebemos que os sistemas foram criados com a finalidade de contribuir para melhorar os índices da educação ofertada pelo país, em outras palavras era preciso avaliar os processos para entender qual eram os pontos negativos e positivos presentes na educação. Somente assim se usaria as ferramentas adequadas para diminuir as desigualdades existentes no âmbito educacional.

Apesar de todos os esforços para melhorar a qualidade da educação pública, mantem-se as disparidades entre a educação pública e privada. Em todo o Brasil buscou-se uma transformação na educação na década de 1990, com o fortalecimento da política neoliberal. No Maranhão a teoria do neoliberalismo foi posta em prática pela então Governadora Roseana Sarney, nos seus dois primeiros mandatos.

1.4 O projeto educacional de Roseana Sarney

O Maranhão implementou a sua reforma educacional no período de 1998 a 2002, juntamente com a reforma administrativa, configurando o setor educacional ao mercado econômico, tendo como base a política neoliberal. A configuração do cenário educacional nos moldes neoliberais é bem expressiva no segundo mandato de Roseana Sarney (1999-2002).

Para Carreiro (2012, p. 20), esse período foi marcado pela gestão gerencial da administração, “tida como modernizadora potencialmente capaz de resolver as mazelas do Estado refletidas nos vergonhosos indicadores sociais e de qualidade do ensino.” De acordo com os dados do IBGE, a taxa de alfabetização no ano de 1996 era de 66,88%, sendo uma das mais elevadas juntamente com o Estado do Piauí. No mesmo período a taxa de mortalidade infantil era preocupante, pois alcançava os 65,9% dos nascidos em todo o Estado, o que colocava o Maranhão em terceiro lugar no ranque dos estados do nordeste. (IBGE, 2003).

Assim, de acordo com Rosar, no campo educacional, a união do Banco Mundial com a equipe técnica do MEC fez com que assumissem o papel de intermediários de uma proposta de política educacional, produzida a partir dos parâmetros econômicos internacionais, para ser aplicada em toda a América Latina, tendo como objetivo a transferência de recursos para o setor econômico nacional e internacional, pautados no discurso que a educação passaria por uma grande revolução (1997, p. 121).

O BM foi quem desenvolveu as estratégias para a política educacional, assim essas estratégias foram transferidas para os países que estavam em “processo de desenvolvimento” e atendiam aos interesses do capital internacional. Dessa maneira, de acordo com Cruz, o papel da educação “restringe-se em reproduzir a força de trabalho para o capital formar ideologicamente, conforme os interesses dele, servir como segmento do mercado a ser explorado comercialmente pelo setor privado” (2002, p. 9). São nesses padrões, podemos assim afirmar, que o Maranhão vai estabelecer as suas políticas educacionais, uma vez que os governos federal e estadual estavam interessados em conseguir os recursos ofertados pelo BM.

Porém, para garantir esses recursos, o Brasil precisava melhorar os indicadores de alguns estados da federação. É interessante ressaltar que os indicadores mais baixos se concentravam principalmente na região nordeste. Assim, não muito distante da realidade

dos outros estados nordestinos, o Maranhão, no ano 1997, apresentava os seguintes indicadores sociais: a taxa de pobreza no Maranhão tinha o percentual de 64% da sua população sobrevivendo com renda inferior a meio salário mínimo, enquanto a taxa de concentração de renda na mão dos mais ricos aumentava para os 20% (IBGE, 2003)⁷.

A taxa de escolarização líquida que o Maranhão apresentava para o ensino fundamental é na ordem de 78,6% e o ensino médio apenas 16,6%. Quanto ao desempenho escolar, os dados indicavam uma taxa de reprovação de 67,9%, abandono 14,2% e 18% de aprovação no ensino fundamental. Já para ensino médio, por sua vez, apresentava uma taxa de 72,4% de aprovação, 12,9% de reprovação e 14,7% de abandono (COSTA, 2013, p. 54).

Em relação à taxa de analfabetismo entre os adultos, a região Nordeste apresentava a média de 26,6% no ano de 1999, já no Maranhão essa taxa estava na média de 52,8%, o que fazia o Estado ficar na 26ª posição, sendo o segundo pior dentre entre os estados brasileiros. Quando pensamos nessas taxas de analfabetismo na idade entre 15 a 18 anos, o Maranhão apresenta o percentual de 33,5%, o que colaborava para que ficássemos abaixo dos índices brasileiros (IBGE, 2003).

Visando ajustar esse cenário, a governadora Roseana, ao assumir o seu segundo mandato, procurou implementar os seguintes projetos do governo federal: Projeto Nordeste, Projeto Aceleração, Promed e Projeto Alvorada⁸. Mas seu governo ganhou

⁷ A escolha dos anos 1997, 1999 e 2001 é justificada pelo fato dos dados demonstrarem o crescimento dos indicadores negativos da educação, não que os anos anteriores possuíssem indicadores melhores, mas pelo fato destes serem de imprescindível importância para compreender as justificativas apresentadas pelo governo para a implantação do projeto Tele Ensino (grifo da autora).

⁸ O programa de melhoria e expansão do Ensino Médio (PROMED) foi um acordo entre o governo brasileiro e o Banco Mundial. O valor do empréstimo foi de quinhentos milhões de dólares. Para o Maranhão foi destinado R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos reais), que estavam distribuídos para financiamento do Ensino Médio nos anos de 2002 a 2008. (ALVES, 2011, p.110).

O Projeto Alvorada foi uma parceria entre a União, os Estados e os Municípios, cujo objetivo era reduzir as desigualdades sociais e expandir o Ensino Médio. Teve no decreto número 3.769/2001 um recurso de R\$ 960.000,00 (novecentos mil), liberados pelo governo federal e que deveriam ser investido até o ano de 2002. (ALVES, 2011, p.111).

Em 1997, o Programa Aceleração da Aprendizagem, de âmbito nacional veio fazer parte das ações do Ministério da Educação (MEC), com o intuito de combater a elevada taxa de distorção entre a idade e a série e correção do fluxo escolar dos alunos, problema já agravado a essa época, considerando que, em 1995, um percentual de 44,53% dos alunos do ensino fundamental no Brasil estavam, pelo menos, com dois anos de atraso em relação à série em que deveriam estar de fato (FORTES, 2006,p.34). O "Projeto Nordeste para Educação Básica", implantado entre 1994 a 1999, apresenta como objetivo melhorar a qualidade do ensino nas primeiras séries do ensino fundamental das redes estadual e municipais de educação, propondo a integração entre Estado e Municípios e a mudança no padrão de gestão da educação pública. Para viabilizar seus objetivos, o Projeto Nordeste organiza-se em diferentes Componentes Estratégicos: Gestão Educacional; Capacitação de Recursos Humanos; Materiais de Ensino Aprendizagem e Rede Física (ampliações, reformas e equipamentos de escolas) e num Componente Especial voltado ao Financiamento de experiências que visem a melhoria da qualidade de ensino nas séries iniciais do Ensino Fundamental, conforme proposições dos diferentes Estados participantes (CRUZ, 2002, p. 5)

também grande destaque por desenvolver um projeto com a parceria privada, o Tele Ensino, contrato assinado entre o Governo do Maranhão e a Rede Globo (BASTOS, 2012).

Estes projetos previam investimentos em construção, reformas e ampliação de escolas e formação de professores, aquisição de equipamentos, mobiliários, material didático e ampliação do contingente populacional assistidos por esses programas, cujas metas compreendiam o atendimento a um significativo número de alunos de escolas públicas dos estados participantes. Esses projetos elaborados no contexto das instituições multilaterais e das políticas nacionais e dos governos locais são resultados das orientações e condicionalidades do Banco Mundial, pois caso não fossem implementados, inclusive as reformas administrativas, os recursos poderiam ser suspensos e os novos não liberados (BASTOS, 2012, p. 92).

O governo do Estado do Maranhão buscou melhorar seus indicadores, pois as metas que foram estabelecidas pelo BM funcionavam como espécie de pré-requisitos para a liberação de recursos. De acordo com Cruz (2002), os estados que cumprissem todas as condições apresentadas pelo BM seriam premiados com recursos adicionais.

Conforme relatou Marília Miranda (1997), em seus estudos sobre a história das sociedades latino-americanas, podemos observar que a prática sociopolítica e econômica do Estado do Maranhão se assemelha muito com os projetos dos países latino americanos, os quais buscaram mecanismos para desenvolver, modernizar e democratizar a região a partir de uma sucessão de acordos com várias agências internacionais, ou seja, as medidas adotadas pelos governos eram apenas para esconder os números negativos que existiam.

Nesse contexto, a Governadora decidiu implementar o “Programa de Estabilização e reformas liberalizantes, baseado na descentralização administrativa financeira nos moldes das políticas fundamentais do processo de reforma global do governo federal” (Instituto Maranhense estudos socioeconômicos e cartográficos, 2008, p. 14).

Para tentar melhorar a eficiência das políticas públicas e melhorar esses índices, a então governadora Roseana Sarney reformou e reorganizou a estrutura administrativa do Estado, por meio da Lei nº 7.356 de 28 de dezembro de 1998, como já citado. O *slogan* dessa reforma era “Um Estado em busca de eficiência”. Para Silva:

No projeto, a flexibilização seria alcançada através de autonomia de gestão da máquina, via a criação das Agências Executivas e das Organizações Sociais que, por sua vez, substituiriam as autarquias e as fundações públicas. Como se observa os eixos estruturantes da reforma do aparelho de Estado no Maranhão foram os mesmos que orientaram o plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado encaminhado pelo governo federal, posto que consistissem em adotar os

critérios da eficiência e da racionalidade administrativa na gestão pública e a transferir para o setor público não estatal a prestação dos serviços públicos (SILVA, 2006, p. 53).

Os órgãos públicos tiveram a prestação de serviços transferida para o setor não estatal, ou seja, não eram exclusivos do Estado, visando a melhoria da racionalidade interna da administração pública, dessa maneira se teria a eficácia e eficiência das ações estaduais. Assim:

A influência dos organismos internacionais na administração dos recursos públicos é garantida pela autonomia que essas equipes adquirem frente à gestão pública. Exemplos esclarecedores dessa situação podem ser verificados na força de suas regras em relação à legislação nacional, na continuidade de sua presença no país por meio de novos projetos, independentemente dos cenários políticos, e na total ausência de controle sobre essas agências por parte da sociedade civil e do próprio Estado (CRUZ, 2002, p. 13).

De acordo com a citação, os organismos internacionais mantem sua autonomia perante a própria gestão pública, uma vez que seus recursos são administrados por eles. Como exemplo temos os programas já citados, que foram direcionados para a educação, sendo eles financiados por capital estrangeiro, que investiram buscando garantia de retorno.

Como referido, a Lei nº7.356, de 28 de dezembro de 1998, extinguiu todas as Secretárias Estaduais, em um total de 18 (dezoito), sendo as mesmas substituídas por oito Gerências Regionais, conforme o Artigo 5º da lei 7.356/98, sendo criadas as seguintes Gerências: (MARANHÃO, 1998, p. 2).

- I- de planejamento e Desenvolvimento Econômico
- II- de Administração e Modernização
- III- da Receita Estadual
- IV- de Justiça, Segurança Pública e Cidadania
- V- de Qualidade de Vida
- VI- de Desenvolvimento Humano
- VII- de Infraestrutura
- VIII- de Desenvolvimento Social

Essas mudanças fizeram com que a área da educação ficasse sob a responsabilidade da Gerência de Desenvolvimento Humano, na figura organizacional da Gerência Adjunta para Educação (GAE). A primeira medida adotada pela gerência foi a organização do primeiro simpósio sobre Educação Maranhense, para finalmente serem colocadas em prática as ações do Governo do Estado, em concordância com as diretrizes

do MEC. As estratégias apresentadas foram formuladas sobre quatro princípios: 1. O Fortalecimento da Ação Pedagógica; 2. Promoção da Equidade; 3. Assistência técnica-pedagógica e capacitação do docente e 4. O uso da educação à distância e suas tecnologias (SILVA, 2006, p. 52).

Dentre esses quatro princípios, o governo maranhense considerou o primeiro como essencial, essa política educacional “expressa na adoção de propostas curriculares para todos os níveis e modalidades de ensino que contemplam as competências básicas a serem desenvolvidas na escola” (MARANHÃO, 1999, p.8). A pretensão desse objetivo era assegurar a unidade no ensino, usando como base o “saber universal” e a “função da escola democrática”. O mesmo documento prevê que esta estratégia deve:

[...] direcionar-se num sentido catalisador de criatividade e de iniciativas capazes de propiciar à escola pública o exercício de sua função social [...] embora admitindo-se as dificuldades e limites e utilização do planejamento como instrumento prioritário para a elaboração e implementação de políticas setoriais em contextos adversos, diante da agudez dos problemas educacionais maranhenses e da enorme diversidade de suas demandas, ele se apresenta como o único fator capaz de viabilizar o estabelecimento de diretrizes de uma política educacional e de congregar todas as possíveis ações necessárias ao alcance de seus objetivos. (MARANHÃO, 1999, p.45-48).

Observamos que o estado maranhense reconhecia não haver planejamento para a educação e que era preciso “começar do zero”, inclusive quanto à aplicação da estratégia proposta pelo governo maranhense, sobre o fazer pedagógico praticado nas escolas a partir da implementação de currículos definidos em propostas curriculares e das respectivas avaliações.

A segunda estratégia tinha o objetivo da Promoção da Equidade e foi produzida devido ao Estado ter um alto índice de desigualdade nos seus serviços públicos oferecidos aos diferentes grupos da sociedade e pela necessidade de aplicar o princípio de justiça. Nessa diretriz o mecanismo usado pelo governo maranhense era de assumir uma posição de condutor e coordenador do sistema da educação estadual.

Todavia, esse programa de reforma de inspiração descentralizadora, sustentado pelo discurso da modernização, que propunha a superação da desigualdade, continuou “dando suporte a políticas econômicas de caráter recessivo e políticas sociais, que no fundo não mudou em nada a vida da classe social mais baixa” (FOGAÇA, 1999, p. 7).

A terceira estratégia é voltada para a assistência técnica-pedagógica/capacitação, docente/formação continuada, na sua compreensão, sendo exposto que a assistência técnica

seria a porta de entrada para o exercício da função social da escola. Essa assistência técnica teria por finalidade assessorar as Gerências Regionais e as escolas nas realizações de suas propostas de Projeto Político Pedagógico (MARANHÃO, 1999).

Em entendimento dessa terceira estratégia, o governo procurou, a partir da assistência técnica presencial, aliada a uma assistência técnica a distância, dar uma formação continuada aos professores, tendo como objeto de análise o próprio cotidiano escolar. A estratégia afirmava que:

Associando-se a assistência técnica presencial a formas de assistências técnica à distância com o uso da tecnologia, desenvolver-se-á a formação continuada dos professores e técnicos. Essa modalidade de formação terá o mérito de se envolver no processo de análises do cotidiano da própria escola, na busca da solução de problemas, enfim, na construção de um comprometimento maior com a aprendizagem de cada criança. (MARANHÃO, 1999, p. 48).

Pode-se dizer que o objetivo era o de agrupar os diretores e os professores de cada escola para um processo de reflexão sobre os problemas enfrentados, procurando uma efetivação curricular como eixo central das preocupações. Segundo o documento, a assistência técnica deveria obedecer aos seguintes princípios:

A democratização da escola deve ter como função a socialização do “saber universal que contribui para a democratização da sociedade; a função social clássica da escola é garantir o acesso ao saber sistematizado, a cultura letrada que é um, dos instrumentos básicos para o exercício da cidadania; a função social da escola deve garantir a aprendizagem e, em consequência, promoção educacional; o sucesso escolar expressa o cumprimento da função social da escola, na perspectiva da construção das sociedades democráticas” (MARANHÃO, 1999, p. 49).

A quarta estratégia apresentada pelo governo maranhense foi o uso da educação à distância, buscando diminuir as desigualdades educacionais regionais dentro do Estado (MARANHÃO, 1999).

Cabe ressaltar que essas estratégias apresentadas pelo governo maranhense, pela então governadora Roseana Sarney, valiam apenas para o ensino fundamental. Mas no final do século XX, no ano 2000, o Governo do Maranhão, apresentou novas propostas para educação estadual, que dessa vez seria para abranger o Ensino Médio maranhense. A reforma foi apresentada no documento de política interna denominado: Plano de Reforma e Expansão do Ensino Médio do Maranhão (PEM) 2000, tendo como base legal os seguintes instrumentos institucionais:

- 1- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - define o Ensino Médio como etapa final da educação básica, destinando a preparação do jovem para o trabalho, para a cidadania e para continuar aprendendo.
- 2- Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio - reorientação do perfil e identidade do ensino médio, tendo em vista o desenvolvimento de habilidades e competências, de acordo com as características regionais da clientela, incluindo a preparação geral para o trabalho.
- 3- Programa Escola Jovem - criado pelo MEC, para incentivar a expansão de atendimento e a implementação da reforma pelos estados (FALCÃO; SOUSA, 2000, p. 12).

Nesse mesmo período, o governo divulgou que o estado maranhense, até o ano de 2020, teria um “Ensino Médio de Excelência” e ainda promoveria um sistema de qualidade em busca da universalização do nível de ensino. Todavia, o governo de Roseana Sarney chegou a admitir que as competências e habilidades dependiam da captação de recursos, foi nesse momento que surgiram programas de parceria entre Público e Privado aplicados no ensino maranhense.

As propostas apresentadas no final do século XX, feita pelo governo de Roseana Sarney, identificado como estratégias e diretrizes para a educação, de certa forma, em geral, têm em suas ideias uma parceria com as propostas da política de Educação Nacional. A Política Educacional do Maranhão apresentava como principal objetivo:

Assegurar o cumprimento da função social da escola, promovendo a aprendizagem do saber “universal” de forma sistematizada, esclarecendo-se que este saber se inscreve no contexto de políticas curriculares que indicam os conteúdos a serem ensinados/aprendidos, construídos e reconstruídos, tendo em vista o alcance de competências básicas e padrões comportamentais definidos (MARANHÃO, 1999, p. 38).

Apesar de apresentar aspectos comuns com a Política Nacional de Educação, é observado que existem contradições nas diretrizes e estratégias feitas pelo estado maranhense, pois suas ideias apenas caminhavam em direção à formação de competências e habilidades na formação dos alunos, para chegar a um ajustamento social. Porém, para a política educacional adotada pelo estado brasileiro, o momento era planejar a construção de um projeto curricular que fosse voltado para o desenvolvimento e construção do conhecimento, tanto de alunos e quanto de professores.

Segundo o Plano Estadual da Educação, o governo maranhense, em suas concepções, não expressava de fato a conformidade que tanto buscava, pois apresentava a formação como responsabilidade das escolas, demonstrando que não havia a preocupação

com as condições estruturais das instituições. Caberiam somente às universidades ficarem responsáveis pela formação dos docentes e o papel do Estado seria justamente dar continuidade a essa formação, uma vez que este não assegurou as condições necessárias para a efetivação dessa tarefa, ou seja, não disponibilizava os recursos financeiros.

Nesse contexto, o trabalho escolar em seus segmentos administrativo e pedagógico, pautou o currículo nas ideias dos pilares do conhecimento proposto pela UNESCO (1998). Assim, ficou definido, no documento, que a escola, a partir das ações de gestores, docentes e técnicos, deveria ensinar os conteúdos e ser “[...] também um espaço de construção da subjetividade dos alunos de maneira que tenham estratégias e recursos para interpretar e venham a ser sujeitos de sua própria história” (MARANHÃO, 2002, p. 22).

Segundo Lopes, essa definição, que coloca a escola como única responsável pela educação formal, daria a escola um encargo muito maior do que as suas reais possibilidades de realização. Segundo o autor:

A reflexão básica sobre esses alicerces situa-se no fato de que, desta maneira, constitui-se um conjunto de competências que coloca a educação, e especialmente a educação formal, como determinante de uma amplitude de aprendizados muito além de seus domínios. É bastante questionável a ideia de que se aprenda a viver a ser na escola. Dessa forma, como serão compreendidos os que não frequentam a escola: não conhecem, não fazem, não são, não vivem? A escola, sem dúvida, é uma instituição primordial na produção e reprodução de saberes, porém não é o único local da sociedade onde aprendemos e produzimos conhecimento (1998, p. 12).

Nesse período, o governo do Maranhão tinha *a priori* uma organização curricular fundamentada nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e competências, pois os define como essenciais aos jovens em formação nesta “nova sociedade globalizada”. Segundo Zibas:

[...] o discurso da modernidade tem proposto um novo perfil para o jovem trabalhador: criatividade, capacidade de processar informações e de resolver problemas e até de participar de decisões. Segundo esse discurso, há agora uma coincidência entre as necessidades da produção baseada nas novas tecnologias e os objetivos históricos de educadores preocupados com o desenvolvimento integral de crianças e jovens (1993, p. 29).

Não podemos deixar de lado o papel importantíssimo que a educação desenvolve, mas também não há como não estabelecer relações entre o processo produtivo (aquele que está inserido não somente dentro das instituições de ensino, mas também fora delas) e a

educação escolar, havendo discordâncias nos propósitos e objetivos, bem como as mais diversas adoções de estratégias.

O discurso desenvolvimentista, aplicado a educação, juntamente com as políticas e estratégias para a melhoria do sistema educacional, apesar de buscar combater os baixos indicadores já apresentados, não se preocupa com o fator qualidade do ensino ofertado, tão pouco com a valorização dos docentes. Pelo contrário, o governo se pautou em meios que terminaram por acabar com a estabilidade dos servidores, e ainda fez da “excepcionalidade a regra geral” (BASTOS, 2012), como foi o caso dos contratos temporários de trabalho, principalmente para o cargo de professor da educação básica.

Os dados a seguir refletem a política educacional do segundo mandato de Roseana Sarney:

Tabela 1: Taxa de analfabetismo de pessoas entre 15 anos ou mais

Ano	População total	Área Urbana	Área Rural
2001	23,4%	18,1%	34,7%

Fonte: PNAD 2001/ IBGE, 2003.

Tabela 2: Taxa de analfabetismo funcional de pessoas entre 15 anos ou mais

Ano	População	Área urbana	Área Rural
2001	44,8%	35,5%	64,5%

Fonte: PNAD 2001/ IBGE, 2003.

Tabela 3: Taxa de defasagem idade/série 7 a 14 anos

Ano	Idade por anos de estudos	
	7 anos	14 anos
2001	35,2%	86,8%

Fonte: PNAD 2001/ IBGE, 2003.

Com base na análise das tabelas percebemos que os dados revelam um cenário preocupante. Podemos afirmar que Roseana Sarney buscou combater os efeitos negativos dos indicadores e não as suas causas, por mais que o governo afirmasse que os esforços das políticas estivessem destinados a reverter o quadro alarmante da educação.

Entre o período de 1999-2002, o discurso do governo de Roseana Sarney para a educação foi pautado na nova estrutura administrativa e modernização dos meios de ensino. Para se alcançar tal objetivo um novo plano educacional foi pensado e também novas diretrizes precisaram ser adequadas de acordo com a nova conjuntura política. Desse modo, surge o documento *Diretrizes e Estratégias para a Política Educacional do Estado do Maranhão 1999-2002*, que tem como principais eixos de ação: Assistência técnica aos municípios, Avanço escolar, Tecnologia Educacional, Gestão de Qualidade Total e Viva Educação (Tele Ensino). Estes tinham como foco melhorar a progressão educacional de correção, o fluxo de demanda e promover a aceleração do ensino médio (BASTOS, 2012, p. 96).

O governo buscou nas políticas estabelecidas melhorar os índices negativos apresentados pelo setor educacional, como a taxa de analfabetismo, taxa de reprovação e evasão, uma vez que, reparando esses indicadores, o fluxo escolar estaria garantido. As políticas para a educação do governo de Roseana Sarney foi que elas se preocuparam apenas com os números (índices, quantidade) e não consideraram a qualidade de cada programa adotado.

Todo o plano educacional buscou combater os indicadores negativos já abordados, mas, apesar dos esforços, não se via a melhora desses dados apresentados. Por mais que as causas fossem determinadas, é notório que esses mesmos indicadores apontam para o prejuízo sofrido pela educação, pois na medida em que os programas eram adotados e os investimentos eram aplicados nem sempre o retorno era garantido.

Apesar de todo o discurso de modernização e desenvolvimento no âmbito do Estado, a educação maranhense não se colocou nesses moldes, cada vez mais os indicadores, que iam de taxas de analfabetismos a defasagem escolar, falavam por si a real situação do Maranhão. Assim, como já exposto, a educação maranhense trilhou no caminho do contexto neoliberal. A preocupação estava nos índices, visando garantir os investimentos federais e internacionais, e a qualidade não foi um fator importante aplicado nesse contexto como foi visto.

2. O PERCURSO DO TELE ENSINO NO MARANHÃO

No presente capítulo analisaremos o Tele Ensino, modalidade de Educação a Distância. Essa discussão é de fundamental importância para a compreensão da temática dessa dissertação. O capítulo está organizado da seguinte maneira: A Educação a distância, Educação a distância no Brasil, O emprego da televisão na educação e o Tele Ensino.

2.1 A Educação a distância (EAD)

Como bem sabemos, as sociedades passam por transformações diversas, seja de modo gradual ou imediato. Essas mudanças ocorrem em diferentes setores sociais, em âmbito econômico, cultural, educacional, etc.. No âmbito educacional essas transformações acompanharam os avanços tecnológicos, as mudanças políticas, econômicas e a globalização, que impactaram no modo de ensinar e aprender, fazendo surgir novas modalidades de ensino, como é o caso da educação a distância.

Mas o que entendemos sobre educação a distância? Qual a sua importância para o presente estudo? De acordo com Luiza Belloni (2002, p. 123), a educação a distância é parte de um processo de inovação educacional mais amplo, havendo interação das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs)⁹ nos processos educacionais. Entende-se que vários são os conceitos de educação à distância, cada autor traz suas particularidades e pontos em comuns. Assim, destacamos a conceituação dos seguintes autores:

Para Peters (1973), o conceito de educação a distância se define:

Educação/ensino a distância é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender.

Já para Moore (1973), o ensino a distância pode ser entendido como:

Ensino a distância pode ser definido como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas que podem ser feitas na presença dos

⁹ Recursos tecnológicos que permitem o trânsito de informações, que podem ser os diferentes meios de comunicação (jornalismo, rádio e televisão), os livros, os computadores etc. apenas uma parte diz respeito a meios eletrônicos, que surgiram no final do século XIX e que se tornaram publicamente reconhecidos no início do século XX, com as primeiras transmissões radiofônicas e de televisão, na década de 20. Os meios eletrônicos incluem as tecnologias mais tradicionais, como rádio, televisão, gravação de áudio e vídeo, além de sistemas multimídias, redes telemáticas, robóticas e outros (BRASIL, 1998, p. 135)

estudantes. Porém, a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outro.

Para Holmberg (1977), a educação a distância define-se da seguinte forma:

O termo Educação a Distância esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A Educação a Distância beneficia-se do planejamento, direção e instrução da organização do ensino (BERNADO, 2009, p. 85).

Cada autor traz uma abordagem diferente e significativa para definir a educação a distância. Dentre esses conceitos destacamos o de Peters (1973), que dá ênfase a questão da metodologia aplicada pela EAD, relacionando-o a indústria do ensino e do aprendizado. Apresentando um conceito atualizado, o autor ressalta que a educação a distância se transformou em um grande mercado de oferta e procura, onde o maior bem de consumo é a educação e sua diversidade de formas de estudos.

A EAD passou por um longo processo histórico para se consolidar. Vejamos alguns desses marcos:

- 1728 – marco inicial da Educação a Distância: é anunciado um curso pela Gazeta de Boston, na edição de 20 de março, onde o Prof. Caleb Philipps, de Short Hand, oferecia material para ensino e tutoria por correspondência. Após iniciativas particulares, tomadas por um longo período e por vários professores, no século XIX a Educação a Distância começa a existir institucionalmente.
- 1829 – na Suécia é inaugurado o Instituto Líber Hermondes, que possibilitou a mais de 150.000 pessoas realizarem cursos através da Educação a Distância;
- 1840 – na Faculdade Sir Isaac Pitman, no Reino Unido, é inaugurada a primeira escola por correspondência na Europa;
- 1856 – em Berlim, a Sociedade de Línguas Modernas patrocina os professores Charles Toussaine e Gustav Laugenschied para ensinarem Francês por correspondência;
- 1892 – no Departamento de Extensão da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos da América, é criada a Divisão de Ensino por Correspondência para preparação de docentes;
- 1922 – inicia-se cursos por correspondência na União Soviética;
- 1935 – o Japanese National Public Broadcasting Service inicia seus programas escolares pelo rádio, como complemento e enriquecimento da escola oficial;
- 1947 – inicia-se a transmissão das aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris, França, por meio da Rádio Sorbonne;
- 1948 – na Noruega, é criada a primeira legislação para escolas por correspondência;
- 1951 – nasce a Universidade de Sudáfrica, atualmente a única universidade a distância da África, que se dedica exclusivamente a desenvolver cursos nesta modalidade;
- 1956 – a Chicago TV College, Estados Unidos, inicia a transmissão de programas educativos pela televisão, cuja influência pode notar-se rapidamente em outras universidades do país que não tardaram em criar unidades de ensino a distância, baseadas fundamentalmente na televisão;

- 1960 – na Argentina, nasce a Tele Escola Primária do Ministério da Cultura e Educação, que integrava os materiais impressos à televisão e à tutoria;
- 1968 – é criada a Universidade do Pacífico Sul, uma universidade regional que pertence a 12 países-ilhas da Oceania;
- 1969 – no Reino Unido, é criada a Fundação da Universidade Aberta;
- 1971 – a Universidade Aberta Britânica é fundada;
- 1972 – na Espanha, é fundada a Universidade Nacional de Educação a Distância;
- 1977 – na Venezuela, é criada a Fundação da Universidade Nacional Aberta;
- 1978 – na Costa Rica, é fundada a Universidade Estadual a Distância;
- 1984 – na Holanda, é implantada a Universidade Aberta;
- 1985 – é criada a Fundação da Associação Europeia das Escolas por Correspondência;
- 1985 – na Índia, é realizada a implantação da Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi;
- 1987 – é divulgada a resolução do Parlamento Europeu sobre Universidades Abertas na Comunidade Europeia;
- 1987 – é criada a Fundação da Associação Europeia de Universidades de Ensino a Distância;
- 1988 – em Portugal, é criada a Fundação da Universidade Aberta;
- 1990 – é implantada a rede Europeia de Educação a Distância, baseada na declaração de Budapeste e o relatório da Comissão sobre educação aberta e a distância na Comunidade Europeia (ALVES, 2011, p. 86-87).

Todas essas instituições supracitadas colaboraram para construir a história da educação a distância no mundo, consolidando essa modalidade de ensino que se encontra presente em mais de 80 países (ALVES, 2011, p. 87). Dessa forma, de acordo com Barreto (2002), entendemos que a EAD pode ser dividida em quatro momentos ou quatro gerações: a primeira é a educação a distância feita por correspondência; a segunda feita via rádio; a terceira por via TV, e a quarta via informática. Nesse contexto, a EAD tem mudado de acordo com o curso da sociedade e da tecnologia, na medida em que esta tem se inovado, a educação a distância também se inova, buscando novas metodologias de ensino.

Em outras palavras, a EAD, de acordo com o histórico apresentado, não é uma modalidade de ensino que surgiu recentemente, portanto, não deve ser vista como nova. Outro ponto que podemos considerar é o crescimento dessa área de ensino, sendo o reflexo da sociedade que surge da necessidade de informações de forma rápida e concisa, tendo como base as tecnologias de informação, a busca pelo conhecimento imediato.

Assim, pode-se dizer que a trajetória da EAD foi marcada por sucessos e fracassos, avanços e retrocessos, em cada modelo apresentado, que vai desde a experiência com correspondência em meados do século XVIII, ao amplo cenário de desenvolvimento a partir do século XIX, se perpetuando até os dias atuais. Deste modo é correto afirmar que cada uma das etapas teve importância fundamental para a consolidação da EAD, uma vez que este modelo conseguiu romper com as barreiras geográficas impostas em cada época,

tendo agora que se aliar a novas tecnologias que surgem como auxiliadoras nesse processo de ensino e aprendizagem.

Diante da atual conjuntura, com o mercado exigindo cada vez mais mão de obra qualificada, a educação a distância pode ser vista como uma ferramenta para atender a grande demanda que busca se profissionalizar, seja a capacitação de docentes, bem como oferta de cursos e conclusão de níveis de ensino. E ela tem uma grande vantagem, o baixo custo.

De acordo com Karine (2016, p. 5), a “Educação a Distância torna-se uma ferramenta indispensável para dar continuidade eficiente no processo de aprimoramento educacional”, ou seja, a EAD tem se transformado ao longo dos anos, saindo de um *status* de educação complementar e se expandindo para o campo da educação fundamental.

Assim, quando se parte do pressuposto de obtenção de certificações de níveis educacionais, a EAD é vista por alguns como solução para determinados problemas destinados ao setor educacional. Quando levamos em consideração essa modalidade de ensino, as pessoas a olham como possibilidade de democratização e universalização do ensino.

Refletindo sobre isso é importante considerar quais as condições que estão sendo estabelecidas para a EAD ser vista como a universalização e democratização do ensino. Não basta apenas lançar uma ideia e aplicá-la sem ter conhecimento das consequências que podem surgir em decorrência da aplicabilidade em um sistema. Não se deve pensar somente nos benefícios econômicos que estão por trás dessa alternativa, e sim, deve ser pensado em todo um projeto pedagógico que possibilite aos indivíduos a buscarem autonomia, liberdade e conhecimento.

A EAD é um método que se concretiza de acordo com a prática social, a qual está estabelecida, ou seja, é importante sempre pensar qual o contexto que esta se insere. Pensar no para quê? para onde? e para quem? essa educação será destinada.

Para Preti,

A EAD possui características distintas da educação presencial, é uma prática educativa e como tal deve considerar esta realidade e comprometer-se com os processos de libertação do homem em direção a uma sociedade mais justa, solidária e igualitária (1996, p. 25).

De acordo com a citação, entendemos que, segundo o autor, a educação a distância deve possibilitar como um processo de libertação do indivíduo para uma

educação mais justa, ou seja, a ideia que se passa para a sociedade é que a EAD veio com o objetivo de inclusão social, daí temos o conceito de democratização e acesso ao ensino.

Assim, podemos classificar a educação a distância em cinco gerações. Conforme a sociedade foi evoluindo, os meios tecnológicos também foram se desenvolvendo e a EAD foi se adaptando em conjunto com a tecnologia.

Quadro 1: As cinco gerações da EAD

1º geração	2º geração	3º geração	4º geração	5º geração
Correspondência 1840-1950	Universidades abertas 1950-1960	Multimídia 1960-1995	Teleconferências 1995	Internet e web 2000

Fonte: Adaptado de Alves, João Roberto Moreira. A história da educação a distância no Brasil, 2007.

Cada uma dessas gerações trouxe consigo as suas particularidades. A primeira geração, que é marcada pela educação via correspondência, é um marco importante, pois define o momento inicial da EAD no seu contexto social, tendo em vista que atingiu a população desfavorecida de acesso a educação.

Sendo assim, cada geração contribuiu para a ampliação e desenvolvimento da educação a distância que, com o passar dos anos, foi ganhando cada vez mais terreno e se adaptando de acordo com as necessidades da sociedade, o que impulsionou a expansão da educação por meio de centros de ensino e cursos, se tornando a certo ponto uma educação flexível em que o aluno administra o seu tempo e espaço para dedicar-se ao estudo.

2.1.1 EAD no Brasil

Sobre a educação a distância no Brasil, os primeiros dados são referentes ao século XX. Isso se dá pelo fato, segundo Moura (2009), da possível perda ou ausência de registros que possibilitem detalhar o início da EAD.

Assim, as primeiras experiências com EAD no Brasil são registradas, de acordo com Alves (2011, p. 87), a partir do ano de 1904, quando o *Jornal do Brasil* registrou, na sua primeira edição, um anúncio que oferecia curso de datilografia por meio de correspondência. Vale ressaltar que apesar da maioria das literaturas sobre o assunto concordar que o ano de 1904 é o marco para a EAD no Brasil, ainda é discutível classificar

essa experiência como sendo brasileira, uma vez que esses cursos foram ofertados por empresas estrangeiras, ficando conhecida como “Escolas Internacionais”.

De 1923 a 1925 um importante trabalho educativo feito via rádio foi iniciado, sendo realizado pelo fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, Edgard Roquette Pinto, que oferecia, por meio da Rádio Educativa, cursos de português, francês, silvicultura, literatura francesa, esperanto, radiotelegrafia e telefonia (MOURA, 2009, p. 57).

Não caberia neste tópico descrever todo o percurso da EAD no Brasil, tendo em vista que buscamos apenas pontuar os principais momentos que nos possibilitem comparar com o objeto de estudo que norteia o presente trabalho em desenvolvimento, com o objetivo de situá-lo na educação a distância. Assim, em linhas gerais, apresento o percurso da trajetória da Educação a Distância no Brasil, tomando como base a leitura feita em Lucineia Alves (2011):

- 1939 – surgimento, em São Paulo, do Instituto Monitor, o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência, na época ainda com o nome Instituto Rádio Técnico Monitor;
- 1941 – surge o Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a oferecer também cursos profissionalizantes sistematicamente.
- 1947 – surge a nova Universidade do Ar, patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas. O objetivo desta era oferecer cursos comerciais radiofônicos;
- 1962 – é fundada, em São Paulo, a Ocidental School, de origem americana, focada no campo da eletrônica;
- 1967 – o Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas atividades na área de educação pública, utilizando-se de metodologia de ensino por correspondência;
- 1970 – surge o Projeto Minerva, um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, cuja meta era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos;
- 1974 – surge o Instituto Padre Reus e na TV Ceará começam os cursos das antigas 5ª à 8ª séries (atuais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), com material televisivo, impresso e monitores;
- 1976 – é criado o Sistema Nacional de Teleducação, com cursos através de material instrucional;
- 1979 – a Universidade de Brasília, pioneira no uso da Educação a Distância, no Ensino Superior no Brasil, cria cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 é transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e lançado o Brasil EAD;
- 1981 – é fundado o Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio AngloAmericano, que oferecia Ensino Fundamental e Médio a distância.
- 1992 – é criada a Universidade Aberta de Brasília, acontecimento bastante importante na Educação a Distância do nosso país;
- 1995 – é criado o Centro Nacional de Educação a Distância e nesse mesmo ano também a Secretaria Municipal de Educação cria a MultiRio (RJ) que ministra cursos do 6º ao 9º ano, através de programas televisivos e material impresso.

Ainda em 1995, foi criado o Programa TV Escola da Secretaria de Educação a Distância do MEC;

• 1996 – é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira (p. 88-89).

Com base no que foi apresentado, percebemos que a educação a distância no Brasil, se comparada ao nível mundial, é tardia. Seu início está ligado, primeiramente, aos sistemas privados, somente na década de 90, do século XX, que o poder público passou a intervir na educação a distância. Para o setor público, a EAD serviria como uma forma de democratizar o ensino público, visão já exposta aqui. Foi usado como *slogan* do governo brasileiro nesse período. Sua proposta era chegar aos locais distantes e conseguir atender a uma alta demanda simultaneamente. Outro ponto a destacar, com base na trajetória da EAD no Brasil, é a presença de descontinuidades nos programas criados, sendo um traço marcante nessa modalidade.

João Moreira (2006) afirma que:

[...] essa modalidade há muito tinha sido usada alcançando alguns setores da sociedade, suas experiências são marcadas sob prisma emergencial, experimental e de efeitos conjunturais. A finalidade de todos esses programas aparece nitidamente no sentido de amenizar problemas de qualificação técnica para os ramos produtivos da sociedade e para remediar a educação tradicional (p. 21).

Conforme a ideia do autor, as interrupções de alguns programas foram pensadas para resolver questões emergenciais de ensino, ou seja, cada programa surge de acordo com alguma necessidade imediata do país. Assim, ao longo do tempo, os investimentos em EAD vão se modificando.

O ano de 1996 é considerado um grande passo para EAD no Brasil, pois, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro), a Educação a Distância foi assumida oficialmente pelo governo no Brasil. A LDB trouxe, no artigo 80, a autorização para a implementação da educação a distância. Vejamos:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

§1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registros para a realização de diploma relativo a cursos de educação a distância.

§3ºAs normas para produção, controle e avaliação de programas de Educação a Distância e a autorização para a sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§4ºA Educação a Distância gozará de tratamento diferenciado que incluirá: I. Custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II. Concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III. Reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 1996, p. 50)

O artigo estabelece que a educação a distância fosse ofertada pelas instituições credenciadas pela União. Essa modalidade de ensino deveria ter um tratamento diferenciado, quando se diz respeito a incentivos e aos meios de comunicação. Percebemos, por meio do artigo, que a LDB se preocupou mais com a questão de definir quais os órgãos institucionais poderiam oferecer a educação a distância, bem como os mecanismos a serem implementados como forma de controle.

O decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o artigo 80 da LDB, é constituído de cinco capítulos: o capítulo I trata das disposições gerais e caracteriza a EAD; o capítulo II discorre sobre o credenciamento das IES e instruções para oferta de cursos; o capítulo III aborda a oferta da EAD na educação básica; o capítulo IV trata da oferta de cursos superiores na modalidade a distância; e o capítulo V traz as disposições gerais.

O capítulo que mais interessa a essa pesquisa é o terceiro, que é composto pelos artigos 18 e 19, que dizem o seguinte:

Art. 18. Os cursos e programas de educação a distância criados somente poderão ser implementados para oferta após autorização dos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino;

Art. 19. A matrícula em cursos a distância para educação básica de jovens e adultos poderá ser feita independentemente de escolarização anterior, obedecida a idade mínima e mediante avaliação do educando, que permita sua inscrição na etapa adequada, conforme normas do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 2005, p. 6)

De acordo com o artigo 18 do capítulo III, os cursos e programas de educação a distância só poderiam ser implementados mediante as condições dos sistemas de ensino, ou seja, estes deveriam ser justificados em relação ao seu uso e aplicabilidade dentro do sistema de educação básica. Para Gonzáles (2005), a educação a distância, no nível básico de ensino, deve ser compreendida como uma estratégia nos sistemas educacionais, visando

oferecer educação a setores da população, que por motivos diversos possuem dificuldade de acesso às escolas.

O artigo 30 traz os casos em que deve ser aplicada a EAD na educação básica, da seguinte forma:

Parágrafo único. A oferta de educação básica nos termos do *caput* contemplará a situação de cidadãos que:

- I - estejam impedidos, por motivo de saúde, de acompanhar ensino presencial;
- II - sejam portadores de necessidades especiais e requeiram serviços especializados de atendimento;
- III - se encontram no exterior, por qualquer motivo;
- IV - vivam em localidades que não contem com rede regular de atendimento escolar presencial;
- V - compulsoriamente sejam transferidos para regiões de difícil acesso, incluindo missões localizadas em regiões de fronteira; ou
- VI - estejam em situação de cárcere (BRASIL, 2005, p. 9).

Entendemos que para integrar a educação a distância no sistema de educação básica, devia-se ter todo um projeto visando atender a determinado objetivo. De maneira alguma a EAD deve ser implantada nas redes de ensino públicas, objetivando substituir o ensino presencial, pelo contrário ela deve dialogar com este.

A grande discussão a respeito da EAD, como opção para o ensino básico, podemos dizer, permeou a década de 90, quando ganhou um impulso dos governos para ser aplicada como modalidade de ensino regular e não somente supletivo. Isso se justifica pela pressão em mudar os índices educacionais que estavam em *déficits*, além de ser uma política global alinhada ao neoliberalismo, como visto no primeiro capítulo. Conforme já abordamos, a educação era a alavanca do progresso científico e tecnológico. Portanto, a medida que a sociedade se modernizava, a educação precisava se ajustar ao desenvolvimento econômico.

Diversos foram os discursos para incentivar a EAD no país, seja a democratização e universalização do ensino ou a ampliação do acesso a ele. Apesar do discurso sobre a EAD buscar justificá-la por meio da universalização, seus pilares se pautam em um tripé: atender em primeiro lugar a lógica da política, do mercado e da formação de força de trabalho, para um mercado que exige cada vez mais mão de obra qualificada. Em outras palavras, a EAD deve ser pensada de acordo com o contexto socioeconômico, político e cultural que está inserida, ou seja, assim como as outras modalidades de educação, esta não deve ser pensada diferente do seu meio.

Costa e Aquino (2011, p. 47) percebem “a EAD como a expansão do mercado educativo, ampliando o alcance e acelerando substancialmente a reprodução do capital na esfera da educação”. Esse mercado, na maioria das vezes, é apropriado pelo setor privado, que vê no mercado educacional uma oportunidade de crescimento de seus negócios.

Com o capitalismo, cada vez mais, a EAD se fez presente no processo de formação de indivíduos, principalmente visando atender a demanda de mão de obra voltada a indústria e serviços. Percebemos que a EAD se torna um mecanismo usado pelos governos para propagar a ideologia dominante, transformando, assim, a educação em uma indústria de ensino-aprendizagem, tendo como principal objetivo atender as regras estabelecidas pelo mercado (empregador). Em vias de regras, a EAD pode ser entendida como a expressão do próprio capital:

Há uma clara instrumentalização do processo educacional pelas demandas capitalistas, e sinaliza-se, portanto, para uma integração submissa cada vez maior por parte dos meios de formação em relação às demandas empresariais, cabendo às empresas o poder de legitimar a qualificação ou excluí-las de acordo com suas conveniências (MOREIRA, 2006, p. 136).

De acordo com a citação, podemos dizer que essa instrumentalização do ensino ocorre sob a ótica da globalização, que, por meio da EAD, cria poderosas ferramentas que possam ser usadas para a formação profissional de uma grande massa populacional. Como já abordado, esse tipo de educação surge para atender a uma determinada demanda social, visando suprir suas necessidades, ou seja, quando pensamos em EAD, no contexto brasileiro, observamos que ela precisa passar por transformações significativas, capazes de atender a uma vasta demanda social que busca outras formas de acesso ao conhecimento.

Portanto,

A Educação a Distância, assim como toda a Educação, encontra-se necessariamente vinculada ao contexto histórico, político e social em que se realiza, sendo considerada, sempre, como uma prática social de natureza cultural. A Educação a Distância não deverá ser pensada como algo a parte da organização de ensino, mas como uma modalidade de educação que, em função de suas peculiaridades espaço-temporais, dos tipos de mídias e recursos tecnológicos utilizados e de suas características contextuais, requer a organização de um sistema que ofereça ao aluno as condições necessárias para que o mesmo efetue sua formação (BOLETIM – SALTO DO FUTURO/MEC, 2002, p. 101).

Assim, entendemos a educação inserida no modo de produção capitalista, ocupando assim, via de regra, o ponto central no mundo contemporâneo (MOREIRA,

2006, p. 138), ou seja, a educação vai ser vista por dois vieses, sendo a qualificação para o mercado de trabalho e a oferta de um ensino de qualidade com menor custo, tendo em vista que isso se aplica diretamente a legitimação da hegemonia do capitalismo.

A EAD pode ser entendida como o modelo de educação adequado para a sociedade capitalista, e compreendemos que, na medida em que a sociedade foi se globalizando, novas tendências de mercado profissional foram surgindo, exigindo cada vez mais mão de obra qualificada. Porém, essa qualificação deveria vir acompanhada de redução de custo, eficiência e excelência.

O MEC justifica o uso da EAD por meio da ideia de modernização:

A modernização do país passa necessariamente pela educação e esta precisa utilizar os outros recursos disponíveis para se fazer presente, como partícipe do processo de modernização e, sobretudo, promotora e indutora da sociedade do futuro. As necessidades presentes e os prognósticos referentes à sociedade de um futuro próximo, como a internacionalização da economia, exigem a rápida universalização dos conhecimentos científicos, sob pena de os países que não acompanham o ritmo deste movimento ficarem esquecidos no tempo, ampliando a distância e aumentando o atraso social (MEC, 1992, p. 06).

De acordo com a citação acima, se entende que o principal objetivo da EAD, segundo o MEC, seria atender as necessidades do capitalismo. Assim, por meio da Política Nacional de Educação, o MEC visava incentivar e contribuir com a modernização e inovação do sistema de educação pública. Isso implicaria na preparação de mão de obra qualificada, de modo a alcançar o desenvolvimento econômico e social do país.

Assim, visando atender a esse campo de modernização, a EAD encontrou terreno para se destacar por todo o Brasil. Para poder compreender o caminho percorrido por este modelo de educação, abordaremos a história do programa Telecurso nas suas três fases: Telecurso de 2º grau e 1º grau, Telecurso 2000 e Novo Telecurso.

2.1.2 O Telecurso da Fundação Roberto Marinho

O significado da palavra tele, vem do grego e quer dizer “longe, de longe, ao longe”. Os termos Telensino, Teleducação e Telecurso, sob o ponto etimológico, significam educação e ensino recorrente da utilização de meios à distância (LUZ, 2007, p. 77). Assim, no contexto brasileiro, o Tele Ensino foi criado em 1978, em todo o estado de São Paulo, instituído pela Fundação Roberto Marinho (FRM) e pela Fundação Anchieta. A

parceria entre essas duas fundações foi a união do público com o privado, pois uma era de caráter privado e a outra era de caráter estatal.

O Telecurso da Fundação Roberto Marinho foi criado com o objetivo de atender as massas excluídas do ensino regular, bem como trabalhadores e empresas, abrangendo o ensino de 1º e 2º graus e, também, o ensino profissionalizante (MOREIRA, 2006, p. 24).

A Fundação Roberto Marinho entrou no ramo de supletivos a distância usando o argumento de realizar “obra social”, para atender a demanda educacional gerada pelo quadro de defasagem, abandono e distorção idade/série do ensino básico nos anos de 1970. Em outras palavras, a FRM viu no contexto educacional a oportunidade de investimento no setor de ensino. Segundo João Moreira, para efetivar esse projeto a FRM:

Lança, em 1978, o Telecurso II GRAU, ganhando de imediato a concessão governamental para sua operação. De iniciativa exclusivamente privada, no começo, o Telecurso II GRAU é alardeado pela sua motivação de cunho essencialmente social: ‘formando os cidadãos porque, por qualquer motivo, não tiveram oportunidade de frequentar a escola em idade regular de desenvolver o país’ (2006, p. 24).

A FRM ganhou a concessão do governo para lançar o seu projeto por meio da legislação da época. Apesar do discurso do “essencialmente social”, por trás desse caráter os interesses eram completamente diferentes, entrar no promissor mercado educacional.

O telecurso era um projeto totalmente inovador, pelo fato de possibilitar atender uma grande quantidade de pessoas. Assim, se mostrou como pioneiro para esse ramo de ensino no Brasil, “via rede de rádio e televisão, compõe pela primeira vez um sistema integrado de distribuição rodoviário de fascículos pelos mais diversos pontos do Brasil e de maneira eficiente jamais vista” (MOREIRA, 2006, p. 25).

Até então ninguém ofertava essa modalidade de ensino, com as características que apresentava o Telecurso. A grande questão do projeto da FRM é que o Telecurso não foi voltado para atender a educação básica, o projeto era reforçar aos alunos assuntos até então aprendidos na escola e supletivo para as pessoas em distorção idade/série ou evasão escolar. Entretanto, alguns Estados viram no Telecurso uma oportunidade de levar essa educação para o ensino regular, na tentativa de conseguir diminuir seus índices negativos na educação.

O mercado educacional a distância mostrava-se promissor e isso representava possibilidade de investimentos e ganhos. O país desejava a expansão do ensino e a FRM,

uma empresa privada, estava disposta a ampliar o seu mercado. Para alcançar isso, era preciso expandir a abrangência do Telecurso, o que a levou a fazer parcerias.

Em 1978 foi lançada a parceria firmada entre a Fundação Padre Anchieta (TV Cultura/ São Paulo) e a Fundação Roberto Marinho. Ela foi importante, pois, o programa Telecurso se inseria naquele momento no setor de TVs Educativas (TVEs)¹⁰, e conseguiu atingir um maior número de alunos por meio da rede televisiva de entretenimento. Dessa forma, o Telecurso torna-se uma modalidade de ensino em que ajudaria a levar a educação para as pessoas até então distante da mesma.

De acordo com Moreira, três características marcaram o Telecurso desde o seu início:

1. Articulação de uma grande rede de emissoras de televisão que exibiam as aulas de forma simultânea;
2. Edição de fascículos semanais, vendidos em quase três mil municípios em todas as partes do Brasil e a preço acessível;
3. Divulgação sistemática de: datas para a inscrição em exames supletivos, data da chegada dos fascículos às bancas e programação com os horários em que as emissoras passariam as teleaulas (2006, p. 57).

A FRM se preocupava em divulgar o programa, além das apresentações via emissoras de televisão. Foi pensado todo um material que possibilitasse ao aluno ter um acesso de forma rápida para melhor compreensão dos conteúdos apresentados. Vale ressaltar que não houve uma preocupação prévia com o currículo nacional, visto que os conteúdos eram apresentados como se a realidade de todos os estados fossem a mesma, era a “massificação e padronização do ensino”.

A metodologia usada pelo Telecurso partia da concepção do dia a dia do aluno para abordar os conteúdos do programa, o próprio aluno podia ser visto como mediador das discussões que norteava esse tipo de saber. Silveira et al. (2010) apontam que os objetivos do Telecurso se assemelham com os objetivos traçados em 1990 na Conferência

¹⁰ Emissora de televisão pública fundada no Rio de Janeiro, cuja primeira transmissão ocorreu no dia 5 de novembro de 1975, após quase uma década de planejamento e produção de programas transmitidos por emissoras privadas. Idealizada para se transformar em um centro de produção e difusão de programas direcionados para a educação a distância, permaneceu vinculada à Fundação Roquete Pinto, órgão responsável pela coordenação da produção nacional de programas educativos, parte do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred). Este sistema de transmissão via satélite visava a ação integrada das diversas emissoras de rádio e televisão voltadas para a educação e tinha na TVE a principal emissora integrada a então denominada Rede Brasil, que chegou a contar com a participação de cerca de outras quatrocentas estações (fonte: www.fgv.br/cpdoc).

Mundial de Educação Para Todos – Jontien (Tailândia) (UNESCO, UNICEF, BIRD, PNUD):

[...] que apontavam a educação como base para uma sociedade igualitária, solidária e integrada e também aos delineados no Plano Decenal de Educação para Todos (1993), que dá ênfase à educação a distância na ampliação dos meios de educação básica disseminados pelos meios de informação, comunicação e ação, em apoio às redes escolares locais, incluindo programas de educação aberta e a distância, centros de difusão cultural, bibliotecas, núcleos multimeios e espaços de ação comunitária (p. 58)

O Telecurso, de acordo com Silveira, preenchia os requisitos apontados pela Conferência Mundial da Educação, de forma que se alinhava às exigências feitas pelas organizações. A educação ofertada por esse meio de ensino era de caráter supletivo, sendo destinada a determinado perfil de aluno como: desempregados, em risco de desocupação e empreendedores.

Por mais que, a princípio, o projeto tenha se preocupado com um perfil de aluno, o Telecurso se estruturou de forma que pudesse atender a demanda de um grupo em especial, como já citado. Em linhas gerais, o Telecurso pode ser entendido como parceria feita com o empresariado, visando responder aos interesses deste.

A segunda fase do Telecurso ficou conhecida como Telecurso 2000, passando por uma reorganização, buscando atender as necessidades apresentadas pelo mercado de trabalho. Para isso buscou parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), no intuito de incorporar ao projeto novas tecnologias de produção para as videoaulas.

Para Moreira (2006), o Telecurso 2000 significou um progresso no que tange a EAD, pois esse modelo possibilitou que cada aluno se adequasse conforme o seu perfil e objetivos traçados. Por outro lado, o Telecurso 2000 apresentou algumas falhas, como impossibilidade de diálogo entre professor e aluno e flexibilidade do método. Essas falhas levaram o Telecurso 2000 a se reorganizar novamente, surgindo assim o Novo Telecurso.

Visando suprir essa necessidade de diálogo entre professores e aluno, surgiu, em 2006, o Novo Telecurso, que trouxe em sua nova metodologia a integração entre videoaulas, material impresso e uma rede de multimídia, capaz de integrar alunos e professores por todo o país, principalmente com o advento da internet, possibilitando ao aluno interagir com os professores e ter acesso ao conteúdo a qualquer hora do dia, espaço e tempo.

O Telecurso da Fundação Roberto Marinho representou uma via de mão dupla para a EAD no Brasil, pois significou um importante passo para o avanço dessa modalidade de ensino e abriu caminho para outros projetos de EAD como uma forma supletiva de educação.

De acordo com a Fundação Roberto Marinho, o Tele Ensino pode ser definido como:

Sistema de produção e distribuição de programas educativos com o caráter de suplência e suprimento. Como suplência, destina-se a adolescentes e adultos que estão fora do sistema regular de ensino. Na função de suprimento, destina-se ao público em geral no suprimento de educação permanente, e ao público de ensino regular, como apoio e recurso didático auxiliar. Como sistema de multimeios, vale-se da televisão, de material impresso [...] para atingir uma clientela de características sócio-econômicos-culturais peculiares (1981, p. 30).

O Tele Ensino foi destinado para um público específico, dividido em duas vertentes conforme a citação acima, e como proposta pedagógica possui as seguintes características:

- I- Processo de ensino e aprendizagem mediatizado;
- II- Sistema de comunicação bidirecional;
- III- Sistema de estudo que exige a utilização de materiais e recursos tecnológicos;
- IV- Sistema de aprendizagem que exige uma organização de apoio (LUZ, 2007, p. 47).

Partindo dessas concepções, o Tele Ensino teve como objetivo desenvolver conteúdos programáticos, envolvendo questões de cidadania e habilidades empreendedoras de cada aluno, tendo como base a teoria construtivista de Jean Piaget¹¹, que defende que o processo de aplicação de ensino e aprendizagem escolar ofereceria ao aluno situações em que seriam desafiados, colaborando para o seu desenvolvimento frente às situações novas.

O Tele Ensino buscava um mecanismo no qual o aluno teria participação efetiva no processo ensino-aprendizagem. Assim, essa relação seria fortalecida por meio do diálogo entre o professor e o aluno, enquanto a TV seria apenas um recurso para ajudar no aprendizado.

Para Campos,

¹¹ Inspirado nas ideias do suíço Jean Piaget (1896- 1980), o método procura instigar a curiosidade, já que o aluno é levado a encontrar as respostas a partir de seus próprios conhecimentos e de sua interação com a realidade e com os colegas. (www.pedagogia.com.br).

O orientador de aprendizagem coordena o trabalho da recepção com os alunos. Ele não é uma máquina de dar aulas, mas o elemento que cria condições adequadas para que o telealuno queira algo, compreenda, faça algo e obtenha resultados. É o profissional que orienta, dinamiza e acompanha a aprendizagem na recepção [...] jamais como um instrutor polivalente que sabe tudo [...] A classe se converte num lugar de trocas. [...] (1983, p. 57).

Pela afirmativa, compreende-se que tanto o aluno como o professor (orientador de aprendizagem) são sujeitos que participam do processo educativo, de maneira a dinamizar o ambiente e facilitar o aprendizado dos conteúdos apresentados.

Os alicerces de orientação filosófica do Tele Ensino eram:

Participação, reflexão, criticidade, criatividade, cooperação e autonomia. Com isso, o sistema assentia que tanto o educador como o educando eram sujeitos do seu próprio aprendizado; que toda aprendizagem era uma autoaprendizagem e que a educação só acontecia na prática da liberdade e no exercício da participação (OLIVEIRA, 2014, p. 68).

A citação acima confirma o que já expomos aqui. Na teoria, o Tele Ensino tem todas as características do pensamento construtivista, que direciona o aluno a despertar a sua curiosidade, desenvolver criticidade diante das situações que lhe aparecem, aplicando a educação libertária.

Segundo Farias:

As normas filosóficas do Telensino centralizavam sua atenção no estudante, a partir de dois propulsores educacionais: a televisão e o professor. Ao se gerar uma ação educacional, os princípios filosóficos desse sistema queriam denominar a concepção pedagógica centralizada no processo construtivo e libertador da prática educativa (2000, p. 43).

Percebe-se que o Tele Ensino se modificou com o passar do tempo, este se aperfeiçoou de acordo com as experiências que foi adquirindo com cada versão já apresentada. Desse modo, se caracterizou “como metodologia educacional que possibilita a complementação dos estudos no ensino fundamental e médio por jovens e adultos, que por diferentes motivos não puderam fazer no tempo adequado” (NETO, 2006, p. 24).

Como principais fundamentos, o Tele Ensino possui:

Compreendendo a educação como atividade de formação humana e de cidadania, o Projeto Telecurso 2000 se apoia nos seguintes eixos:

- ensino contextualizado;
- currículo relevante para o mundo do trabalho e das práticas sociais;

- desenvolvimento de habilidades básicas e de competências fundamentais para o aprender a aprender, o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver; e o aprender a ser, no exercício da cidadania e da conquista da identidade.

Tem ainda como crenças os seguintes pressupostos:

- o aluno é visto como sujeito construtor de seu conhecimento e a sua experiência de vida é o ponto de partida e referencial permanente para novas aprendizagens;
- o conhecimento científico, tecnológico e cultural é dinâmico e a sua socialização deve ser garantida através de uma prática pedagógica reflexiva, crítica e significativa;
- a investigação e a pesquisa se inserem de forma natural na dinâmica do conhecimento, sendo condição básica para a conquista da cidadania;
- as aprendizagens são frutos de experiências vivenciadas coletivamente na escola, na família e na sociedade. Todos são autores e atores dos processos de aprendizagens ao longo da vida;
- no processo de mediação, quanto maior a interação do professor com os alunos, mais significativa, competente e qualitativa será a construção do conhecimento (www.frm.org.br)¹².

O discurso do Tele Ensino prega o desenvolvimento de habilidades e competências, no qual, como já abordamos, o aluno seria o principal responsável pelo seu aprendizado e desenvolvimento, sendo ele o centro de todo o processo.

Em síntese, de acordo com os dados da Fundação Roberto Marinho¹³, entendemos o Tele Ensino como recurso utilizado para a correção idade-série, na educação de jovens e adultos e de estudantes do ensino regular de comunidades remotas, em que desenvolveu metodologias para apoiar a solução dos principais desafios da educação brasileira, sendo implementado por todo o Brasil por meio de parcerias entre prefeituras, governos e instituições, como foi o caso do Estado do Maranhão.

Com essa breve análise foi possível perceber a grande importância da EAD no Brasil e no mundo, por isso era relevante a discussão desta modalidade de ensino, bem como as considerações sobre o projeto Telecurso 2000 da Fundação Roberto Marinho, pois, o objeto desta pesquisa está intimamente ligado a esse tipo de ensino.

Após a apresentação da trajetória da educação a distância no Brasil, apresentaremos a análise sobre o projeto Tele Ensino no Estado do Maranhão, de forma a abordar os principais pontos desse projeto na sociedade maranhense, bem como sua trajetória ao longo do período em destaque.

¹² Informação coletada do site da Fundação, com acesso dia 6 de fevereiro de 2019.

¹³ Informações coletadas do site www.frm.org.br, com acesso em 6 de fevereiro de 2019.

2.2 A TV e o ensino no Maranhão

O uso da televisão como ferramenta pedagógica nunca esteve tão presente como nas últimas décadas, na mesma medida que a sociedade foi se globalizando, houve a necessidade de se buscar por novos meios de comunicação e informação. Assim, tendo em vista as transformações da sociedade, as tecnologias de informação foram (TIC) ¹⁴ se adequando conforme as necessidades que surgiram no contexto social.

A televisão, como aparelho de comunicação, apresenta-se como um importante veículo que tem um grande potencial em dissipar ideias e entretenimento. Quando pensamos na aplicabilidade deste no meio de comunicação na educação, percebe-se o seu potencial como ferramenta pedagógica quando usada corretamente, podendo acarretar em grandes benefícios para a educação.

No Brasil, em meados de 1950, a televisão começou a ser usada como complementação para a educação e ensino. As primeiras experiências do uso da televisão como ferramenta para mediar o aprendizado surge na Europa e nos Estados Unidos, aparecendo também na América Latina no ano de 1960, dando destaque para a Argentina, que começou a exibir videoaulas por meio da TV (MOURA, 2009, p. 63).

Vale ressaltar que, apesar da televisão começar a ser utilizada para a educação no ano de 1950, somente a partir das décadas de 60 e 70 é que o uso da TV vai ser relacionado com a educação a distância no Brasil, sendo que neste período esta modalidade de ensino ganhou impulso para se destacar na sociedade, por meio da televisão educativa.

Durante a década de 90 percebe-se que existe um grande empenho dos governos o discurso em universalizar e democratizar o ensino, de maneira que os indicadores sociais apresentassem dados satisfatórios. É nesta fase que os governos demonstram grande interesse pela educação a distância de maneira a focar esta nos seus planos de governo.

Podemos destacar como principais projetos de Tele Educação no Brasil: O sistema avançado de comunicações Interdisciplinar (projeto Saci), o sistema de Televisão Educativa do Maranhão (TVE), a Telescola da Fundação Padre Anchieta, O Sítio do Pica

¹⁴ Recursos tecnológicos que permitem o trânsito de informações, que podem ser diferentes meios de comunicação (jornalismo impresso, rádio e televisão), os livros, os computadores etc. apenas uma parte diz respeito a meios eletrônicos, que surgiram no final do século XIX e que se tornaram publicamente reconhecidos no início do século XX, com as primeiras transmissões radiofônicas e de televisão, na década de 20 (BRASIL, 1998, p.135).

Pau Amarelo, o Telecurso de 1º e 2º grau e o Telecurso 2000 (projetos exibidos pela Rede Globo) e TVE Ceará (BRANDÃO, 2003, p.40).

Todos esses exemplos são experiências de uso da *televisão escolar*, que tinham como objetivo, de modo geral, sanar as carências e viabilizar a rápida expansão da oferta de ensino básico. De acordo com Belloni (2002),

A estratégia desse tipo de experiências, ocorridas em vários países do Terceiro Mundo nos anos 70, baseia-se no uso intensivo de um meio tecnológico (no caso, a televisão), que possibilitaria substituir rápida e efetivamente, não a função pedagógica do professor (muitas vezes entendida como simplesmente disciplinar), mas sua formação especializada (p. 15).

Muitos países adotaram a televisão para mediar o ensino e no Brasil não foi diferente, o grande problema do uso dessa mídia dentro do contexto educacional foi a forma como esses projetos foram inseridos, pois, de maneira errada, podem acarretar em grandes problemas para a própria educação, afetando professores, alunos e pais.

Segundo Belloni,

A experiência mais desastrosa desse tipo foi o famoso Projeto Saci, que propunha difundir ao mesmo tempo para todas as escolas brasileiras, por televisão via satélite, as mesmas aulas, com qualidade “didática” garantida pela produção centralizada de programas e dispensando, assim, a formação especializada dos professores locais, transformados em “monitores polivalentes” (2002, p. 17).

O projeto Saci não considerava o contexto social em que estava inserido, uma vez que, ainda nos dizeres de Belloni (2002), a educação estava sendo usada apenas como desculpas para se testar a potencialidade do satélite. Por isso, a propagação do discurso do uso de meios de comunicação na educação, era o moderno adentrando nas escolas.

No Maranhão a primeira experiência com a televisão educativa foi por meio do sistema de Televisão Educativa do Maranhão (TVE) ¹⁵. Criada em dezembro de 1969, surgiu devido às necessidades socioeducativas que apontavam *déficit* na escolarização do ensino médio. A televisão educativa surgiu como uma resposta para o quadro que se encontrava a educação maranhense.

¹⁵ O sistema de Televisão Educativa do Maranhão destinava-se a uma produção exclusivamente instrucional, utilizando o ensino a distância e presencial concomitantemente, diversificação e abrangência das atividades curriculares, utilização de princípios inovadores de aprendizagem, onde o aluno tornava-se o sujeito e construtor do próprio conhecimento (PASSINHO, 2007, p.3).

A TVE se tornou uma referência nacional de TV educativa, uma vez que esta foi a pioneira em todo o Brasil a transmitir aulas por meio do Tele Ensino. Trazia um projeto pedagógico inovador e, na sua proposta de ensino, focava muito nas ações destinadas aos estudantes, como feira de ciências, festivais, exposições de artes, tudo em prol de motivar e complementar a aprendizagem das disciplinas que faziam parte do currículo (PASSINHO, 2007, p. 2).

O uso da televisão educativa no Maranhão justificava-se pelos baixos indicadores que a sociedade apresentava no ano de 1968, apenas 22,2% da população de 7 a 11 anos frequentava a escola primária; 34,3% da população na faixa de 11 a 21 anos, no mesmo ano, frequentava as chamadas escolas médias (PASSINHO, 2007).

Assim como muitos projetos que surgiram nesse período e também na década de 90, visavam suprir as necessidades de mudar os indicadores educacionais, ou seja, a TVE no Maranhão foi criada com vista a ampliar as “oportunidades de acesso e oportunizar a qualidade do ensino aos alunos”. Podemos dizer, portanto, que foi nesse período que a indústria televisiva adentrou no sistema de educação maranhense.

Vale ressaltar a intenção da implantação das TVs educativas no Brasil. De acordo com Cavalcanti, as emissoras educativas tinham a intenção de “superar, com rapidez, a problemática do analfabetismo e qualificar a mão de obra necessária para a indústria” (2001, p. 93). Esse tipo de ensino foi destinado para a camada mais pobre da sociedade, tendo em vista que precisavam concluir seus estudos e também pela falta de oportunidade de frequentar as escolas, principalmente as de nível médio, pois na época esse ensino era predominante na rede particular.

Não podemos deixar de considerar também o caráter tecnicista que a televisão educativa trouxe consigo, pois nesse período as ideias se afluíam para esse contexto que se voltava principalmente para a expansão do capitalismo, a educação precisava ter a eficiência para adentrar nos moldes do capital.

Para Saviani:

Buscou-se planejar a educação de modo a adotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Para tanto, era mister operacionalizar os objetivos e, pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo. Daí a proliferação de propostas pedagógicas tais como o enfoque sistêmico, o microensino, o telensino, a instrução programada, as máquinas de ensinar, etc. (2005, p. 5).

Essa mecanização é algo bem característico desse modelo de educação, uma vez que foi implantando e se expandiu de maneira a padronizar o sistema de ensino, por meio de equipamentos tecnológicos:

A inserção do capital estrangeiro, especialmente a instalação das empresas multinacionais em nosso país, influenciou, de maneira decisiva, as políticas governamentais brasileiras. No campo educacional, a modernização e a racionalização das práticas pedagógicas com a introdução de equipamentos e artefatos tecnológicos no interior das salas de aula (BRANDÃO, 2003, p. 41).

2.2.1 Percurso do Tele Ensino no Maranhão

O cenário em que se encontrava a educação maranhense, bem como o seu contexto social, contribuíram para que surgisse um novo modelo de educação dentro da rede de ensino pública do Estado do Maranhão. Pautada sobre a égide da política neoliberal, o Estado buscou por parcerias com o setor privado no intuito de suprir as necessidades que a sociedade educacional enfrentava.

Em 1998, os números referentes à educação no Estado do Maranhão não apresentavam crescimentos significativos. Com 217 municípios, o Maranhão não havia conseguido instalar escolas de segundo grau em 157 municípios, o número de matrículas no ensino fundamental chegava a 22.170. Por consequência da quantidade de alunos que concluíam esse nível de ensino, crescia cada vez mais a procura por vagas para o nível médio, no entanto, não havia escolas suficientes para atender a essa demanda. Outra problemática era a taxa de reprovação dos alunos e abandono escolar, que contribuía para o Estado maranhense se colocar nas piores posições nos ranques nacionais da educação do país.

Assim, visando acabar com os índices negativos, o Governo do Estado lançou o Projeto Viva Educação¹⁶, cuja principal ferramenta era o Tele Ensino, no modelo apresentado pelo programa Telecurso 2000.

No Maranhão, a adoção desse método de ensino surgiu no segundo mandato de Roseana Sarney (1998-2002), com a justificativa do avanço na educação, mesmo se os investimentos nessa área não viessem acontecendo no seu mandato anterior (1994-1998).

¹⁶ O projeto Viva Educação é o nome dado pelo Governo do Estado do Maranhão juntamente com a Fundação Roberto Marinho, ao tão conhecido Telecurso 2000 (Sistema Telensino), veiculado a Rede Globo, nacional e internacionalmente e que se constituiu em numa política educacional do referido Estado com vistas a resolver o problema da demanda ampliada de matrículas no ensino médio (LUZ, 2009, p. 80).

O ponto chave para justificar o projeto como algo *revolucionário* na nossa educação era o número de alunos que se encontrava em distorção idade-série, apresentando o percentual de 73% e tendo um aumento assustador para o percentual de 79% no ano de 2001.

A implantação desse projeto no sistema educacional maranhense foi marcada por particularidades e muitas divergências, uma vez que o novo modelo de ensino dividia as opiniões de professores, pais e alunos, pois muitos acreditavam que ele contribuiria ainda mais para a precarização do ensino no Estado, já outros defendiam que era a oportunidade para concluir o ensino e para os que a muito tempo estavam afastados da escola pudessem ter uma oportunidade para voltar a estudar.

Visando a melhoria da oferta do ensino e com intuito de atender a grande demanda para as matrículas do Ensino Médio, o Governo do Estado do Maranhão firmou convênio com a Fundação Roberto Marinho. Esse convênio entre o Estado e uma instituição particular, em prol de melhorias para a educação maranhense, demonstra como o governo de Roseana Sarney decidiu seguir a cartilha neoliberal que estava sendo aplicada em todo país. Como já citado, o presente Estado era uns dos mais fiéis seguidores dos moldes neoliberais.

É o que afirma James Dean Brito Bastos,

[...] o sistema educacional maranhense, a partir de 1995 a 2002, experimentou, de forma mais concreta, todo o perfil dos princípios neoliberais quando o Governo do Estado passou a implementar essa perspectiva nos mesmos moldes da política nacional. É no Maranhão que o processo de desregulamentação do Estado brasileiro e do trabalho veio a ser implementado em nível local de forma mais categórica, apresentando uma sintonia política que o colocava como um dos primeiros estados a seguirem a cartilha neoliberal de reforma do aparelho estatal (2012, p. 2).

Percebemos como todo o contexto social maranhense seria estruturado de acordo com a política que estava sendo adotada. Dessa maneira, a educação também seria pensada e voltada para o projeto neoliberal.

Para se entender o Tele Ensino como projeto educacional no governo de Roseana Sarney, é importante ressaltar as bases nas quais, este buscou se apoiar, uma vez que, como já ressaltado, seu segundo mandato foi apoiado na égide da *flexibilização* e *descentralização*, em que toda a reforma do Estado traria consigo a perspectiva da “gestão de qualidade” que deveria ser colocada em prática. A ideia que norteava essa prerrogativa era que a iniciativa privada colaborava com o aumento da produtividade do serviço público e, assim, a qualidade seria alcançada (BASTOS, 2012).

O discurso do novo e do moderno é uma característica muito presente nos mandatos de Roseana, sendo este alicerçado no caráter desenvolvimentista que se pregava para a sociedade maranhense. Todo o discurso era direcionado como parte de um grande projeto modernizante para o Estado do Maranhão. No setor educacional todas as medidas foram pensadas no intuito de acabar com as defasagens apresentadas pelos indicadores sociais.

No dia 28 de novembro de 2000, o Governo do Maranhão e a Fundação Roberto Marinho assinaram o contrato para iniciar o projeto Viva Educação, o valor do referido contrato foi de R\$ 102.575.354,00 (cento e dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais)¹⁷. Todavia, o projeto só entrou em vigor no dia 12 de fevereiro de 2001. O objetivo do projeto era contemplar os 217 municípios. Estes tendo no mínimo uma sala, cada uma equipada da seguinte forma:

[...] equipada com material didático, bibliotecas e recursos audiovisuais e tecnológicos de animação, capaz de oferecer aos alunos um segundo grau de qualidade. A previsão é de que 150 mil alunos maranhenses, que se atrasaram por repetição e estão em defasagem nas escolas, possam receber o diploma do ensino médio, em 1 ano e 4 meses, regularizando a situação e abrindo espaço para que outras pessoas tenham acesso ao segundo grau (JORNAL PEQUENO, São Luís, 10 de jan. 2001, Cidade, p. 10)

A adoção do Tele Ensino como projeto educacional justificava-se de duas maneiras, a primeira que seria uma estratégia para o enfrentamento da correção idade-série, por meio da tele educação supletiva, e a segunda justificativa era que o projeto permitiria ofertar a jovens e adultos a conclusão do ensino médio com qualidade por meio do ensino supletivo em um espaço de tempo menor do que o ensino regular.

Além dessas justificativas, o Governo do Maranhão buscou, a partir de vários discursos, fundamentar a implantação desse projeto principalmente a respeito do valor, deixando sob a responsabilidade da FRM:

Execução do projeto Viva Educação, visando a implantação de 3.750 (três mil, setecentas e cinquenta) telessalas, para a capacitação e escolaridade média de 150.000 (cento e cinquenta mil) alunos utilizando o “Telecurso 2000” como alternativa pedagógica de aceleração de estudos do ensino médio, e ainda o licenciamento do Telecurso 2000, como uma forma de atender alunos com defasagem idade-série (DIÁRIO OFICIAL DO MARANHÃO, 2000, p. 3).

¹⁷ Dados apresentados no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

Pela citação percebe-se a dimensão do projeto que o Governo do Estado estava aplicando ao setor educacional em parceria com a FRM. Esse projeto não só combateria a defasagem idade-série como também seria uma ferramenta para acelerar os estudos, o que faria crescer a demanda de matrículas em todo o Estado. Em relação a justificativa de preço, a Gerência de Desenvolvimento Humano (GDH) apresentou o seguinte parecer:

O custo/aluno/ano do telecurso está estimado em aproximadamente R\$ 709,44 contra R\$ 544,80 no sistema convencional. Visto somente sob a essa ótica, o telecurso seria 30,22% mais caro. Entretanto, o diferencial é que, no sistema de telecurso, o aluno leva 14 meses para concluir o Ensino Médio, enquanto que no convencional esse prazo é de 3 anos. Isto faz com que se visualize agora o custo total médio da permanência de aluno no Ensino Médio, que é de R\$ 827,68 no sistema do telecurso contra R\$ 1.634,40 no convencional. E agora a situação se inverte, ou seja, o sistema convencional se revela-se 97,47% mais caro que o telecurso (MARANHÃO, 2000).

De acordo com a citação, para o Governo do Maranhão foi muito mais vantajoso o investimento no Tele Ensino, não somente pelo custo benefício como também como estratégia política, uma vez que este representava um “grande benefício social, garantindo a cidadania para todos”.

No dia 12 de fevereiro de 2001, teve início em todo o Maranhão o projeto Tele Ensino, com a promessa de ofertar um ensino de qualidade e garantir que os alunos estariam preparados para o futuro.

O Tele Ensino não foi adotado apenas como um ensino de suplência para o Maranhão, mas, principalmente, como uma política educacional para o Estado. Este se apresentava como uma proposta inovadora, “o qual contemplava alternativa metodológica diferenciada, de modo a ofertar o ensino médio de qualidade e adequado a uma clientela heterogênea, viabilizando a institucionalização da escola jovem e o atendimento diferenciado aos alunos retardatários” (MARANHÃO, 2000c, p. 5).

Seu aspecto metodológico estava dividido em:

- Material didático por mais de 100 especialistas de diversas universidades brasileiras;
- Relação tempo/escolaridade do aluno;
- Metodologia específica;
- Relação interativa professor/aluno;
- Formação continuada de professores em metodologia multimeios;
- Professor como mediador, coordenador e dinamizador de aprendizagem com enfoque principal em “aprender a aprender”;
- O aluno como sujeito ativo processo ensino-aprendizagem (MARANHÃO, 2000, p. 5).

Por meio dessa metodologia, a FRM acreditava que o Tele Ensino seria capaz de atender as necessidades educacionais do Maranhão, uma vez que contribuiria para a formação desse aluno, visando uma preparação para o mercado de trabalho, pois estes priorizavam a formação e qualificação desses jovens.

Assim, o Tele Ensino apresentava-se como proposta de educação a distância por meio televisivo com a finalidade de discutir o mundo do trabalho e a cidadania. Percebe-se que as disciplinas não foram ignoradas no currículo apresentado pela Fundação Roberto Marinho, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: Divisão do material didático do Tele Ensino no Maranhão

DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE APOSTILAS	QUANTIDADES DE FITAS	QUANTIDADES DE AULA
Português	03	10	80
Matemática	03	09	70
Biologia	02	07	50
Geografia	02	05	40
Física	02	07	50
Química	02	07	50
História Brasil	02	05	40
Inglês	02	05	50
História geral	01	05	36

Fonte: Tabela criada com base nos dados apresentados no trabalho de Agripino Alves Luz Junior, 2007.

De acordo com o quadro, percebemos como o ensino do Viva Educação (Tele Ensino) estava distribuído. Vale ressaltar que todas as disciplinas eram acompanhadas por um Orientador de Aprendizado (OA), que deveria estar devidamente capacitado para ser o mediador entre os alunos e os meios utilizados, sempre buscando direcioná-los frente ao conteúdo.

O projeto apresentado pelo Governo do Estado do Maranhão, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, se apresentava como uma ferramenta revolucionária que iria sanar com os problemas educacionais. Também como uma ferramenta para ampliar o acesso ao Ensino Médio, sendo este sempre pautado no discurso da qualidade e desenvolvimento da educação maranhense.

Dentro desse contexto veremos no próximo capítulo, a partir dos discursos nos jornais *O Estado do Maranhão* e o *Jornal Pequeno* que o Tele Ensino foi exaltado no jornal *O Estado do Maranhão* como uma metodologia eficaz, mas no *Jornal Pequeno* o projeto não foi tão bem visto assim pela comunidade docente, causando muitos conflitos de opiniões na nossa sociedade e demonstrando o oposto do que o Governo discursava. Muitos professores se manifestavam contra o Tele Ensino, produzindo textos e manifestos, como exemplo: “Faz de conta que existe novos tempos” (Prof. Durval Cruz - Universidade Federal do Maranhão), “O telensino: que didática é essa?” (Prof. Idevaldo Bodião – Universidade Federal do Ceará).

3. OS DISCURSOS SOBRE O TELE ENSINO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS *O ESTADO DO MARANHÃO* E *JORNAL PEQUENO*

Como vimos, o projeto Tele Ensino foi adotado no Maranhão como justificativa para o avanço da educação no Estado. O ponto chave para a apresentação do projeto como algo “revolucionário” para a educação maranhense era o combate ao número de alunos que se encontrava em distorção idade/série em relação ao ensino médio.

No presente capítulo abordaremos o discurso dos jornais sobre o Tele Ensino no Estado do Maranhão de forma a analisar o posicionamento de cada jornal em relação ao projeto, porém torna-se importante conhecer primeiro os jornais *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno*.

3.1 Os jornais *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno*

Toda sociedade tem alguém, algum símbolo ou meio que a representa, neste caso nos referimos a um meio, a imprensa, que neste subtítulo será representada por dois jornais: *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno*.

Esses dois impressos possuem uma história, ideologias e representam classes sociais e econômicas que se entrelaçam nas suas páginas, cada um com suas características próprias e lados diferentes, por isso a devida escolha destes jornais e não de outros para refletir sobre a nossa problemática. Afinal, um historiador não escolhe um recorte pelo acaso, há sempre algo que nos chama atenção.

Quando buscamos a imprensa como fonte, procuramos mais do que responder a meras indagações ou comprovação de nossas hipóteses, queremos compreender o contexto em que a nossa pergunta aparece, pode-se assim dizer. Porém, para que nossas problemáticas sejam respondidas com êxito, é preciso que haja uma atenta reflexão do que está por trás de cada página desses impressos.

Para isso, é importante saber qual o discurso disseminado por cada jornal, e, principalmente, à proporção que este conseguiu ganhar. Para Paulo Augusto Emery Sachse Pellegrini, “os discursos jornalísticos são constituídos e constituintes da realidade, atuando como fator de construção social do mundo, não como mero reflexo dos fatos” (2008, p. 269). Em outras palavras, estes discursos não são apenas retratos dessa realidade inserida dentro de um todo chamado de sociedade, mas são processos de construção do real, feitos a partir do breve discurso jornalístico que é proferido pelas mídias.

Segundo Pellegrini:

[...] no âmbito de uma análise interna de sua produção, é necessário ter em conta que existem fatores que agem na construção do discurso informativo da mídia, o que significa dizer que as notícias não nascem ao acaso, mas são geradas a partir de relações entre diversos atores, entre os quais jornalista, fonte e leitor (2008, p. 270).

Neste sentido, é relevante levar em consideração tanto a produção como os seus agentes, uma vez que cada um deles é constituído de diferentes ideias e elas se interagem dentro do ser social e da sua função como agentes de divulgação da informação.

A imprensa, em específico os jornais analisados, possui um simbolismo muito relevante dentro da sociedade, uma vez que, para muitas pessoas ela é vista como verdade absoluta. Por isso, é relevante conhecer a história de cada um desses agentes e qual a sua importância dentro do contexto maranhense.

3.1.1 O Estado do Maranhão: um breve contexto

Para se conhecer a história do jornal *O Estado do Maranhão* é preciso conhecer a história do *Jornal do Dia*, pois este teve uma grande contribuição na fundação do jornal OEM.

Fundado em 8 de março de 1953¹⁸, quando teve seu primeiro número publicado, o *Jornal do Dia*, com subtítulo *Um órgão a serviço da verdade*, era de caráter político e estava sob a direção de Arimathéia Athayde, tendo Renato Carvalho como gerente. Localizado na Rua Joaquim Távola, número 105-B, hoje Rua de Nazaré. Arimathéia Athayde esteve à frente do jornal até 12 de agosto de 1953, neste mesmo ano assume a direção Renato Carvalho e logo um mês depois, o então deputado Raimundo Emerson Bacelar compra o periódico.

¹⁸ Sobre a data da fundação do Jornal do Dia existem controvérsias, sendo que para alguns dá-se início em 1959. Porém, o primeiro periódico foi publicado em 8 de março 1953, o mesmo se encontra na Biblioteca Benedito Leite.

Figura 1: Edição do Jornal do Dia



Fonte: *Jornal do Dia* de 1 de outubro 1953.

Em 1955, o jornal mudou o seu *slogan*, passando assim para *Jornal do Dia - alma e pensamento da cidade*. Neste mesmo ano, Raimundo Bacelar foi retirado da direção do jornal, sendo substituído por José Bento de Neiva e pelo então deputado Eurico Bartolomeu Ribeiro, como diretor responsável pelo periódico, essa substituição ocorreu em 04 de julho daquele ano. Em setembro, a direção do jornal foi assumida pelo deputado Cid Carvalho. (COSTA; CONCEIÇÃO, 2008, p.05.)

A primeira fase do jornal termina no ano de 1958, com o título pertencendo a Alexandre Alves Costa, deixando de circular por mais ou menos um ano¹⁹, quando é adquirido por Alberto Aboud.

No período de 1959 até 1967, o *Jornal do Dia* foi marcado por intensas mudanças no seu quadro, principalmente na direção do jornal. Nomes ligados diretamente a política passam a assumir sua direção jornalística, como o do deputado Clodomir Millet.

O ano de 1959 tem suas particularidades, pois se inicia uma nova fase do *Jornal do Dia*, visto que neste ano grandes investimentos surgiram na área da imprensa como, por

¹⁹ A Biblioteca Pública Benedito Leite só possui as edições do *Jornal do Dia* de 8 de março de 1953 até 30 de setembro de 1958 e de 17 de janeiro de 1960 até 01 de maio de 1973 (quando mudou de nome). O que nos leva a crer que o jornal não circulou entre outubro de 1958 e janeiro de 1960, quando foi relançado com novo dono. (COSTA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 02)

exemplo, a empresa Jaguar LTDA²⁰. O jornal passa a ser propriedade de Alberto Wady Chanes Aboud, da mesma forma como mudou de proprietário, mudou o endereço, passando a funcionar em um casarão na Rua José Augusto Correia, número 199. (COSTA; CONCEIÇÃO, 2008, p.3)

Segundo Ramon Bezerra Costa e Francisco Gonçalves Conceição, o *Jornal do Dia* se organizava da seguinte forma:

O jornal circulava seis vezes por semana (terça a domingo) e trazia no expediente Alberto Aboud como diretor responsável, José Ribamar Teixeira Araújo como diretor-adjunto e Walbert Pinheiro como secretário. Entre os jornalistas que trabalharam no *Jornal do Dia* estão: Ribamar Fonseca, Sebastião Jorge, Edson Vidigal e Carlos Cunha (2008, p. 03).

Essa organização marca a segunda fase do jornal. Na direção de Alberto Aboud, teve sua primeira edição em 17 de janeiro de 1960, trazendo como manchete os problemas entre o PTB e o Governador do Maranhão, Matos de Carvalho.

Figura 2: Primeira edição do *Jornal do Dia* sob a direção de Alberto Aboud



Fonte: *Jornal do Dia*, 17 de janeiro de 1960.

A trajetória de Alberto Aboud descreve muito sobre qual era o objetivo do *Jornal do Dia*: manter uma representação social positiva da camada política então detentora dos

²⁰ Constituída no dia 01 de outubro de 1959, a Empresa Jaguar LTDA foi uma instituição com o objetivo de “explorar o ramo do comércio de serviços gráficos e correlatos, assim como a manutenção de um órgão de imprensa sob a denominação de Jornal do Dia” (COSTA; CONCEIÇÃO, 2008, p.02).

poderes no Estado do Maranhão. Nesse período a imprensa significava muito para o setor político, pois servia como base para a construção social frente a sociedade civil.

Alberto Wady Chane Aboud pertencia a uma família de empresários libaneses que chegaram a São Luís no início do século XX. Ingressou na política filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), elegendo-se a deputado estadual em outubro de 1958 até 1962, quando resolveu filiar-se ao Partido Social Democrático (PSD), conquistando uma cadeira para deputado federal²¹. Para Costa e Conceição, Aboud “entrou no ramo da imprensa por pura conveniência política, pois julgava que para executar um projeto político e alcançar a vida pública precisava de um veículo de comunicação” (2008, p. 05). Apesar da sua primeira candidatura ter acontecido um ano antes da compra do jornal, Aboud tinha em mente o que significava possuir um meio de comunicação, principalmente se tratando da ligação entre política-jornal.

De acordo com Luis F. Miguel (2002), a relação entre política e jornais se dá pelo fato dos meios de comunicação ampliar cada vez mais o acesso de agentes políticos, usado como meio para os seus discursos midiáticos, ficando assim mais exposto aos olhos dos públicos de maneira permanente.

A relação entre política e jornalismo é algo que sempre foi marcante no *Jornal do Dia*. Na década de 1960 essa relação é vista mais claramente, como aborda Manoel Afonso Ferreira Cunha:

Em um cenário de sucesso jornalístico, em consonância com a ascensão política de José Sarney, O Diário, a partir de 1969, sob a direção do então deputado federal Artur Carvalho, se consolida como um dos principais meios de comunicação da época. Essa seria uma etapa em que o jornal publicizaria uma intensa aproximação com Sarney, que posteriormente culminaria na aquisição do jornal por ele (2014, p. 03).

No ano de 1973 ocorreu a transição do *Jornal do Dia* para *O Estado do Maranhão*, tendo como data de fundação inicial o dia 01 de maio daquele ano. Agora tendo como proprietários José Sarney e Bandeira Tribuzzi, o jornal também mudou de endereço passando a funcionar na av. Ana Jansen, no São Francisco, onde está sediado até hoje.

Essas mudanças ocorridas no jornal foram significativas para a imprensa maranhense:

²¹Fonte: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-wadih-chames-aboud-n>.

O editorial inicial, escrito pelo seu fundador, descreve o objetivo do jornal: “Modernizar a imprensa maranhense. Inovar em termos de artes gráficas e renovar em termos de elevá-la, dar-lhe dimensão cultural, estimular vocações novas, semear ideias, discutir problemas. Um simpósio permanente sobre o destino de nossa vida, da vida de nosso Estado, da vida de nossa cidade, reflexo e alma do nosso grande povo” (SECMA, 2007, p.3).

De forma estrutural, o jornal *O Estado do Maranhão* trouxe na sua primeira edição um *layout* completamente diferente do *Jornal do Dia*, a sua capa ganhou mais cores, o seu tamanho foi alterado, passando a ser composto por 20 páginas e sendo vendido a Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos de cruzeiros).

Figura 3: Primeira edição do *O Estado do Maranhão*



Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão*, 01 de maio de 1973.

O jornal *O Estado do Maranhão* trouxe consigo a reforma no setor gráfico e editorial, surgindo a nova fase da imprensa maranhense (CUNHA, 2014, p.3). Este manteria o caráter político e, de forma secundária, dando ênfase a notícias como cultura, esporte, lazer e economia. Era São Luís entrando para o grande setor de produção jornalística regional da época.

O Estado do Maranhão manteve o objetivo do antigo *Jornal do Dia*. Ligado diretamente a questões políticas, isso se tornou ainda mais presente após a mudança do nome. Essa característica política presente nos jornais é algo bem forte encontrada nos periódicos da época.

O jornalista Benedito Buzar afirma que “os jornais da década de 60 e início de 70 eram fundamentados no tripé: política, polícia e esporte, então o que importava era defender o grupo político mantedor do jornal”. Isso é algo que ainda está bem presente nos jornais atuais, pois defendem o que os donos ligados a determinados grupos políticos desejam. (ALMEIDA, 2011, p. 5)

Fracinete Louseiro de Almeida (2011, p. 5) pontua que o jornal *O Estado do Maranhão*, em sua trajetória de modernização foi:

[...] o pioneiro em vários momentos, conviveu com o advento da telefoto, telex, policromia e da informatização chegando a ser o precursor no uso da cor em todo o Norte e Nordeste. Restrita antes apenas à capa das edições de domingo, em meados da década de 1990, o colorido disseminou-se em outras páginas e por todos os dias da semana, o que aumentou o volume de vendas avulsas do jornal.

José Sarney, ao adquirir o jornal, buscou além da modernização do setor jornalístico, possuir um instrumento político. Assim este afirmava em entrevista: “O Jornal não era de empresário, não era um negócio que nós estávamos precisando, era uma inspeção do processo político.” (D’ELBOUX, 2002, p.37). Na afirmativa são perceptíveis os interesses que norteavam o jornal.

O Estado do Maranhão, durante a década de 70, funcionou como porta voz do regime militar, promovendo uma forte relação entre o regime e empreendimentos jornalísticos. Podemos entender esses laços pela citação:

A modernização dos meios de comunicação foi, para os militares, parte de uma estratégia política que estava ligada à ideologia da segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de “integrar” o país fazia parte de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos. Para a concretização desse projeto, os militares estimularam a formação de grandes redes, o que exigiu vultuosos investimentos. Nesse período se formaram os oligopólios de informação, com recursos obtidos junto ao governo (ABREU, 2008, p. 25).

Assim como já abordamos, os jornais funcionavam como ferramentas para divulgar ideias daqueles que eram aliados. Dessa forma, entendemos que o setor

jornalístico se preocupava não somente em colocar em circulação seus periódicos, mas seu foco principal era a dinâmica política local.

3.1.2 O Jornal Pequeno - órgão das multidões

O *Jornal Pequeno* (JP) surgiu, inicialmente, como *O Esporte*, fundado por José Ribamar Bogéa em 21 de julho de 1947. A proposta inicial do jornal era cobrir assuntos desportivos no Maranhão e no Brasil, e muito elogiado pelo trabalho que estava fazendo, ficou conhecido como “o grande jornal do Nordeste” (NETO, 2016, p. 43).

O Esporte ficou reconhecido por trazer notícias, principalmente do interior do Estado, sendo uma novidade trazida pelo presente jornal. Esse reconhecimento não ficou somente no Maranhão, *O Esporte* ganhou destaque nacional e elogios de escritores como Ruy Moraes e Vargas Neto (NETO, 2016, p. 43).

A grande motivação para o surgimento do jornal *O Esporte* ocorreu em um jogo que José Ribamar Bogéa fazia a matéria, este ainda como funcionário do jornal *O Globo*, cobria o jogo entre Moto Clube e Fluminense:

[...] o Moto Clube estava vencendo o jogo tranquilamente por 3x1, no entanto o árbitro Elvio Furtado beneficiou o time carioca que venceu a partida por 6X4. No dia seguinte o então redator Ribamar Bogéa teceu várias críticas ao árbitro que “por ironias do destino” era um oficial do Exército, do Ceará, criticando-o de forma dura. O então diretor do Jornal José Pires Sabóia Filho censurou a matéria e disse as seguintes palavras: “Quando você tiver o seu jornal, poderá escrever o que quiser, por enquanto, não.” Dias depois seria fundado o impresso *O Esporte*, para concorrer com O GLOBO (Revista Especial do Jornal Pequeno, 2011 apud NETO, 2016, p. 44).

José Pires Sabóia deu a inspiração que José Ribamar Bogéa precisava para criar o seu próprio jornal impresso, e assim nasce o jornal *O Esporte*, com a proposta inicial de circulação semanal e com as matérias publicadas aos domingos. Essa situação mudou devido a necessidade de fundos, passando a ter publicações diárias. Em 11 de abril de 1951, *O Esporte* passava a publicar edições vespertinas.

As notícias destinadas ao esporte não eram suficientes para manter as despesas do jornal, era preciso investir em algo mais, e, em 29 de maio de 1951, *O Esporte*, que dedicava pouco mais de 60% de suas publicações para a questão esportiva, dá lugar ao *Jornal Pequeno*, agora dedicando o seu maior percentual para notícias do contexto geral.

O JP funcionava na Rua Afonso Pena - Centro, em um quarto alugado, tendo seu periódico impresso em gráfica alugada. Ganhou esse nome por ter um diferencial no tamanho comparado aos outros jornais em circulação, medindo 29 x 33 cm e quatro páginas, aparecendo nas bancas no mês de maio de 1951. O periódico de papel era simples, feito de forma quase artesanal e sua composição era executada por meio de linotipos²², o autor Ferreira descreve assim o impresso:

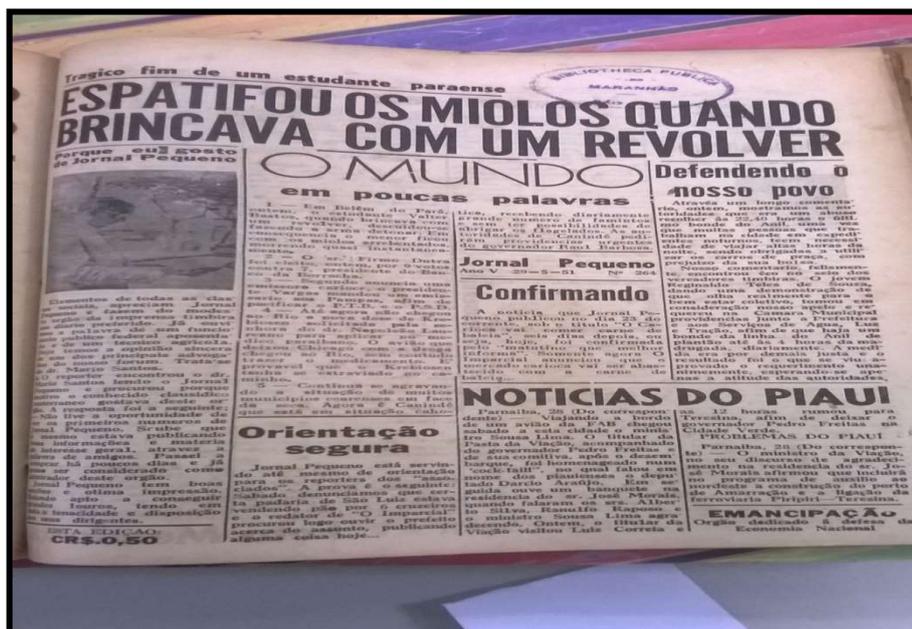
O Pequeno se tornou um dos diários mais populares de 1950, apesar de seu encurtado tamanho e apresentação gráfica um tanto modesta (traçado em caixas de tipo, praticamente feito à mão). Não apresentava, em seus primeiros anos de existência, uma uniformidade em seu projeto gráfico. (FERREIRA, 1998. 55).

Em 1962, o *Jornal Pequeno* inaugurou sua sede na Rua Afonso Pena, dispondo do seu parque gráfico, mesmo que de forma precária (ONTEM, 14 nov. 1970, p. 1 *apud* SOUZA, 2016, p. 77), estando presente até os dias atuais no mesmo local.

Sendo mantido por meio de poucos recursos o JP se apresentou a sociedade como “Jornal Popular”, com uma linguagem de fácil entendimento. Para Wilson Neto (2016), o que diferenciava para o leitor eram os espaços destinados ao humor, como as seções *Dicionário do Povo*, *Língua de Trapo* e *Conversa com cafezinho*, isso distinguia o jornal dos outros impressos, fazendo com que os leitores se aproximassem cada vez mais do jornal.

²² **Linótipo** é uma máquina inventada por Ottmar Mergenthaler em 1886, na Alemanha, que funde em bloco cada linha de caracteres tipográficos, composta de um teclado, como o da máquina de escrever. As matrizes que compõem a linha-bloco descem do *magazine* onde ficam armazenadas e, por ação do distribuidor, a ele voltam, depois de usadas, para aguardar nova utilização. As três partes distintas — composição, fundição e teclado — ficam unidas em uma mesma máquina. Graças à sua praticidade e qualidade técnica, conseguiu se impor ao mercado tipográfico, especialmente para a produção de jornais e livros, considerada uma das mais importantes contribuições para o avanço das artes (fonte: www.revistatecnologiagrafica.com.br)

Figura 4: Primeira edição do Jornal Pequeno



Fonte: *Jornal Pequeno*, 29 de maio de 1951.

Os leitores tinham voz no impresso, eles escreviam em poucas linhas no jornal a importância deste para o contexto social da época. Com base no contexto, o JP afirmava que “elementos de todas as classes sociais, apreciavam o *Jornal Pequeno*, e fez dos moldes um órgão da imprensa timbira um diário preferido” (JORNAL PEQUENO, 1951, p. 01). Dessa maneira, aos poucos o *Jornal Pequeno* foi conquistando o público maranhense e se tornando, na década de 60, o jornal mais lido da capital do Estado (TEIXEIRA, 2009, p. 38).

Um ponto forte do jornal era a oposição que este fazia ao governo da década de 60, em especial a administração de Newton Belo²³, governador do Maranhão. O JP fazia duras críticas ao seu governo, rendendo assim elogios como o do então deputado José Sarney:

Este é apenas a complementação e um abraço de congratulação que tenho o dever de trazer ao *Jornal Pequeno*, no momento em que este *Jornal* inaugura a sua sede própria. Na realidade, você, Ribamar Bogéa, conseguiu ter um jornal, que nesta cidade de São Luís, é um patrimônio da cidade... Tem sido até hoje um jornal do povo, identificado com as causas do povo, e daí o sucesso da sua

²³ Newton de Barros Belo nasceu em São Bento – MA em 12 de julho de 1907, iniciou sua carreira como promotor público nas comarcas de Cururupu, Codó e Rosário. Em 1960, Newton Belo elegeu-se governador do Maranhão, derrotando Clodomir Millet, e, deixando a Câmara dos Deputados, assumiu o cargo em janeiro de 1961. (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/newton-de-barros-belo>).

grande vitória... (Revista Especial do Jornal Pequeno: 60 anos de resistência. São Luís, Maio de 2011. p.5).

Nas próximas páginas, veremos como o JP será um dos grandes opositores ao governo de José Sarney. Apesar do periódico fazer oposição ao Vitorinismo²⁴ e ao governo estadual da época, o *Jornal Pequeno* não era ligado a nenhum grupo político, o mesmo surgiu como sendo o “único órgão de comunicação conceitualmente apartidário, fora de todos os propósitos políticos vigentes”²⁵, era o órgão das multidões.

Na década de 60 essa relação opositora incorporada pelo JP precisou ser feita de forma solitária, pois, segundo Ligia do Nascimento Teixeira (2009, p. 41), houve o fechamento de alguns jornais vinculados à oposição.

O JP, desde as suas primeiras edições, sempre se manteve com marcas fortes para o exercício do jornalismo. Suas principais características são a liberdade e independência diante dos fatos, características mantidas até hoje no JP. José Ribamar Bogéa buscou sempre fazer do jornal uma importante ferramenta a serviço do povo, mantendo-se a parte de grupos políticos que buscavam o seu apoio.

O JP sofreu fortes repressões ao tecer críticas relacionadas aos grupos políticos no Maranhão, como o atentado a redação do Jornal que danificou o maquinário, e agrediram José Ribamar Bogéa, este evento foi supostamente atribuído ao governo Eugênio Barros. Apesar de terem danificado o maquinário, o JP não deixou de circular nenhum dia sequer²⁶.

Nos anos 60, um novo episódio tentou calar o *Jornal Pequeno*, “desta vez a perseguição foi orquestrada pelo então governador José Sarney, irritado com uma matéria do deputado Freitas Diniz sobre atos administrativos do governo. A crítica gerou um

²⁴ “O vitorinismo caracterizou-se pelo o prestígio pessoal de Victorino Freire nas altas esferas administrativas e junto às figurações do país (prestígio que se conservou em alta e efetivo, passando de presidente a presidente, até sua morte e além dela) como uma época de grandes vantagens para o estado, com o carreamento de vultosas verbas, que, se bem aplicadas, teriam dado ao Maranhão um grande progresso. Desviadas, porém, pelos amigos e correligionários, aos quais se garantia todas as imunidades e fornecia meio para aniquilamento dos contrários. Os próprios órgãos federais foram manipulados como instrumentos de vingança política e suborno, os inimigos do governo tendo fechadas todas as portas, suspensos os créditos nos bancos oficiais, contra si todas as pressões da máquina administrativa, enquanto aso apaniguados era dispensado tratamento inverso e especial com todas as facilidades para todo tipo de fraudes e corrupções, desde as eleições até o escândalo da verba aplicada em hipotética ponte, que não passou de três ou quatro sapatas, tão mal assentadas que a maré deslocou. Mas, os esfaimados gatunos tiveram ainda a desfaçatez de pleitear novos recursos para pintar a ponte, instruindo o processo com fotografias da obra. (LIMA, 1981 apud BOTELHO, 2009, p.179).”

²⁵ Edicao.jornalpequeno.com.br/impresso/2016/05/29/sao-luis-29-de-maio-de-1951-nasce-o-jornal-pequeno/

²⁶ Dados coletados do Núcleo Piratinga de comunicação-<http://nucleopiratinga.org.br/200-anos-da-imprensa-no-brasil-50-anos-do-jornal-pequeno/>. Acesso em 14 de julho de 2018.

processo contra Bogéa, revelando a insatisfação do governador que apoiou o golpe militar e deu sustentação à ditadura”²⁷.

Apesar das ameaças sofridas, Bogéa não deixou se abalar e deu continuidade ao seu trabalho. O processo não resultou em nada, dando causa ganha ao dono do *Jornal Pequeno*. (NÚCLEO PIRATINGA, 2000).

As atividades jornalísticas no JP durante os anos de 1960 e 1970 eram realizadas por funcionários que construíram carreira profissional no matutino. Segundo Souza, “muitos deles eram colaboradores (semi) profissionais que aprenderam a desenvolver suas habilidades no próprio dia a dia da redação. A faculdade desses jornalistas era, não raro, o próprio jornal” (2016, p.78).

Pode-se dizer que isso era característico daquele momento, uma vez que a profissão jornalística só ganhou regulamentação a partir de 1969, com o Decreto-lei nº 972²⁸, mas, para aqueles que até o momento estavam exercendo a função, estes poderiam tirar o registro profissional.

Muitos desses profissionais, mesmo sem ter a devida formação, se empenhavam no fazer de sua profissão. Ainda que de forma gratuita, “o JP contava com muitos colaboradores que, às vezes, faziam o serviço voluntariamente, ao municiar o periódico com informações sem gerar despesas salariais, auxiliavam na diminuição dos custos” (SOUZA, 2016, p. 79).

Fato este de muita relevância para um jornal que conseguia se manter com pouquíssimos recursos materiais. Durante muitos anos, o JP teve suas atividades desempenhadas de maneira precária, pois os poucos recursos não possibilitavam uma modernização do mesmo. Tanto suas composições como impressão eram feitos de forma manual em impressoras planas, manuseadas pelo próprio José Ribamar Bogéa, devido a isso o jornal circulou por muito tempo com apenas quatro páginas.

José Ribamar Bogéa, ao completar 60 anos de idade, no dia 18 de setembro de 1981, passa a direção do *Jornal Pequeno* ao seu filho Lourival Marques Bogéa. A mudança na direção do JP possibilitou um salto para a reforma gráfica e editorial, conforme o relato a seguir:

²⁷ Dados coletados do Núcleo Piratinga de comunicação-<http://nucleopiratinga.org.br/200-anos-da-imprensa-no-brasil-50-anos-do-jornal-pequeno/acesso> em 14 de julho de 2018.

²⁸ A lei declara que para o exercício da atividade como jornalista a pessoa deve ter o diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido registrado no Ministério da Educação e Cultura ou em instituição por este credenciada (<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/844543.pdf>).

[...] as oficinas ganharam máquinas impressoras off-set e um sistema de fotocomposição. À sombra das inovações, as antigas linotipos tornaram-se um anacronismo, condenado aos porões. E as paixões que frequentavam a velha Redação cederam lugar à precisão, à objetividade, ao texto conciso e enxuto. (JORNAL PEQUENO ON LINE, 2016, p. 1).

O JP se modernizou tardiamente, considerando os outros jornais da época. Como um dos principais motivos tem a questão financeira, como já abordamos aqui, e que foi o próprio José Ribamar Bogéa que não buscou a modernização do seu parque gráfico, mantendo o caráter mais tradicional para o jornal.

O certo é que a inserção do JP no contexto moderno da indústria gráfica foi a passos lentos, bem diferente do que coletamos na página *online* do presente jornal. Até 1994 o JP continuava contando com as máquinas de linotipo e, apenas em 1995, segundo Ademário Calvalcanti (2011, p. 57), foi que o Jornal “entrou num processo de renovação de seu parque gráfico, substituindo gradativamente as antigas máquinas por computadores e impressoras *offset*²⁹”.

Se considerarmos o contexto nacional relacionado à questão da modernização da imprensa brasileira, que iniciou seu processo em 1950, tendo como pioneiros os jornais: *A Última Hora*³⁰, *o Diário Carioca*³¹ e *o Jornal do Brasil*³², temos que, no Maranhão, “esse processo de modernização, que diz respeito à introdução de maquinários novos e de novas técnicas de comunicação e de produção de notícias nos jornais, aconteceu de modo gradual desde os anos de 1970 e teve como precursor *O Imparcial*”³³ (SOUZA, 2016, p.79).

²⁹ O sistema de impressão em *off-set* surgiu a partir da modernização da litografia e é o método mais utilizado pela indústria gráfica desde a segunda metade do século XX. O nome *offset* significa “fora do lugar”, pois trata-se de um sistema de impressão indireto onde a mensagem é transferida ao substrato por intermédio de cilindros de borracha. (<https://www.printi.com.br/blog/o-processo-e-os-beneficios-da-impressao-offset>)

³⁰ Criado em 12 de junho de 1951, o jornal “Última Hora” foi o marco no jornalismo brasileiro, chamava atenção pelo perfil ousado, era desenhado, tinha cores, com grandes fotos estampadas na capa e nova diagramação. Trouxe inovações até então desconhecidas no Brasil (<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ultima-hora-de-samuel-wainer-um-jornal-inovador-que-nasceu-em-1951-1940w>).

³¹ Fundado em 1928, periódico atuante e inovador em 1951, foi nele que se processou a primeira experiência de modernização do texto jornalístico, com a introdução da fórmula redacional do *lead* americano, adaptado à língua portuguesa (fonte: www.fgv.br/cpdoc/acervo).

³² *Jornal do Brasil*, fundado em 1893, foi, durante muitos anos, tido como um “boletim de anúncios”. Entretanto, no ano de 1956, iniciou sua reforma com a criação do “Suplemento Dominical”, ampliando seu conteúdo. Esta reforma foi aprofundada sob a coordenação de Odylo Costa Filho que trouxe para o periódico outros jornalistas que vinham de experiências inovadoras em outros jornais, como o *Diário Carioca*. Assim o jornal ampliou seu noticiário, sofreu modificações gráficas e a redação foi reestruturada com a instituição das editorias, que se especializaram na cobertura de temas específicos (ABREU, 2002, p. 11)

³³ Fundado em 1926, o *Imparcial* possuía um dos parques gráficos mais arrojados para a época foi o primeiro a introduzir a linotipo no Maranhão, a máquina de escrever na redação, e em 1974, aderiu à impressão *off-set* (PINTO, 2007, p. 04).

O *Jornal Pequeno*, em 1980, pela ausência de editoriais, nem sempre apresentava textos objetivos e claros no seu conteúdo. Outro ponto que vale ressaltar é em relação ao seu padrão tipográfico, que devido as constantes variações no jornal não é tão claro.

O *Jornal Pequeno* sempre teve características bem distintas. Quando analisamos o contexto histórico do matutino, percebemos que não há como escrever apenas sobre o jornal, sem pensar no seu principal personagem e fundador, a figura de Ribamar Bogéa se confunde com a própria imagem do periódico. De acordo com Souza, isso se explica porque Bogéa deu uma “feição pessoal ao JP por meio de colunas que ele mesmo escrevia” (2016, p. 81).

Na década de 60, durante o governo de José Sarney, o JP colocou-se diretamente em oposição ao seu governo, buscando sempre defender o interesse da sociedade e fazendo jus ao *slogan* “órgão das multidões”. Essa oposição continua presente até os dias atuais.

Ao surgir modestamente, em moldes quase que artesanais, sem financiamento estatal e com poucos anúncios, Ribamar Bogéa buscou criar uma identidade para o seu jornal que se contrapusesse às características predominantes dos demais jornais da época. Um jornal que fosse ‘independente’ de grupos políticos e empresariais; um jornal que estivesse ao lado das ‘causas populares’, em favor dos mais pobres, dos esquecidos pelos poderes governamentais (SOUZA, 2016, p.82).

Os jornais deveriam predominar em seus periódicos, a chamada ênfase pela verdade dos fatos, visando sempre atender a sua multidão de leitores. Não é divulgar as notícias por divulgar, mas sim entender a fundo a composição dos fatos que constitui as informações, mantendo compromisso com o leitor e assumindo uma linha editorial independente.

É notório que nenhum jornal consiga se manter objetivo diante dos fatos, mesmo por que sempre buscam defender o que os seus proprietários acreditam e defendem, e para isso independem de estar ligados a grupos políticos. JP é um exemplo disso, quando olhamos para sua história percebemos que o mesmo já apoiou a ditadura militar e, em outro momento, se opôs a ela, antes de se posicionar contra o grupo Sarney, este apoiou a sua candidatura para o Senado.

Diante desses fatos percebemos o quanto o discurso jornalístico trata de um jogo de interesses, em que não é o todo que precisa ser alcançado, mas sim uma parte que deve ser atingida. É importante perceber como essas mudanças no discurso jornalístico se tornaram gradativas com o decorrer dos anos e no JP isso não foi diferente.

Vale ressaltar que os jornais *Jornal do Dia*, *O Estado do Maranhão*, *O Esporte e Jornal Pequeno*, ao passarem por transição, mudanças drásticas ocorreram, uma vez que não mudaram apenas de nome, mas também a linha e o editorial, bem como a sua estrutura.

Se compararmos os dois jornais apresentados aqui, é nítido que cada um buscou defender e representar um determinado lado, seja político ou social. Porém, independente do lado, é certo afirmarmos que todo jornal visa uma representação desse social, e isto só é possível por meio do seu discurso jornalístico.

Podemos, dessa maneira, afirmar que a imprensa tornou-se uma linguagem social, possuindo uma historicidade e especificidade própria. Portanto, se desenvolve uma relação imprensa e sociedade, em que a segunda funcionará como instrumento para a primeira desenvolver projetos no meio cultural e relações de poder dentro do social. Com base no que já foi exposto aqui, sobre os dois jornais em estudo é correto afirmar que a imprensa periódica “é o meio de criação de uma determinada cultura política, que alcança estratos mais amplos da sociedade, transformando a filosofia política num conjunto de conceitos compreensíveis por um contingente mais significativo da sociedade” (BERNSTEIN, 1996, p. 38).

3.2 Jornal O Estado do Maranhão: “aparelho privado de hegemonia”

Com base no editorial do jornal *O Estado do Maranhão*, vamos elencar os principais posicionamentos desse meio de comunicação em relação ao Projeto Tele Ensino, bem como entender a discussão acerca da trajetória, que vai do processo de implantação, a consolidação do Tele Ensino na educação do Estado maranhense. Dessa maneira, o uso da imprensa local é de fundamental importância para o entendimento de todo o processo de implementação dessa nova modalidade de ensino na rede pública de educação, tendo em vista que ocorreu a consolidação do mesmo a partir de inúmeras campanhas midiáticas para defender esse ensino a distância em todo o Estado.

Visando fundamentar a presente análise, tomamos como leitura fundamental a obra de Antonio Gramsci, “*Cadernos do Cárcere*”, na qual buscamos refletir sobre o conceito de imprensa como “aparelho privado de hegemonia”, sendo este muito bem discutido pelo autor.

Partindo das ideias de Antonio Gramsci, um determinado grupo conquista a hegemonia a partir de dois pilares: o primeiro de coação ou dominação; e o segundo através do direcionamento intelectual ou consenso. No Maranhão, a hegemonia conquistada pela família Sarney partiu do segundo pilar, o consenso serviu de base para o projeto da classe dominante.

O jornal *O Estado do Maranhão* foi fundamental para defender a estrutura ideológica e política do governo de Roseana Sarney. Buscou-se consolidar a hegemonia da família Sarney. Para a nossa análise usamos o conceito de *aparelho privado de hegemonia*, no qual a imprensa passa a ser um instrumento que permite nacionalizar os projetos políticos e reproduzir ideias na construção da hegemonia de um grupo. Ainda com base em Gramsci, a política e a ideologia não conseguem a hegemonia sem o conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil, e a imprensa é um exemplo dessa organização.

Para servir de exemplo, no Brasil, a política e a imprensa andam juntas, os grandes meios de comunicações tem como donos políticos que desempenham papel de vereadores, prefeitos, deputados e governadores. Essa ocorrência leva ao conceito do *aparelho privado de hegemonia*, que é usado pela classe dominante para aumentar seu poder e apresentar-se como essencial para sociedade.

Assim, de acordo com Gramsci, a imprensa é “o organismo de participação política, o qual adere voluntariamente e não se caracteriza pelo uso da repressão” (COUTINHO, 1989, p. 76). A imprensa, portanto, age no processo de transformação desse ideário político, usando o seu poder midiático para divulgar a ideia que melhor convém ao grupo dominante.

Segundo Capelato e Prado,

[...] entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesse e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

Refletir sobre o discurso e pensar na representação social que a imprensa traz consigo é entender que o fazer jornalístico pode vir a influenciar significativamente no contexto social, é pensar no poder simbólico que a mídia possui.

Na medida em que a imprensa ganhou grande importância no meio social, isso devido ao potencial do discurso jornalístico de abranger inúmeros temas e do fácil acesso ao seu conteúdo, o poder midiático cresceu significativamente dentro da sociedade, assumindo grandes proporções e sendo até chamado de quarto poder. Assim, podemos dizer que a mídia apoderou-se desse espaço e se colocou como ferramenta de influência nas (para) ações do governo no contexto político-social, tendo como base a sua força econômica, política e ideológica.

Já a opinião pública é construída a partir da ação combinada entre Estado e sociedade civil, considerando que o Estado precisa construir um clima para que a opinião da sociedade seja favorável as suas ações. A imprensa se torna fundamental, principalmente quando essas ações não são favoráveis aos interesses populares (ALMEIDA, 2011, p.126).

Naturalmente, os elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo nas satrapias asiáticas. Mas, a opinião pública, como entendemos hoje, surgiu às vésperas da queda do Estado absoluto, isto é, no período de luta da nova classe burguesa por hegemonia política e conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante. Essa é a razão pela qual existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública: jornais, partidos, parlamentos, de modo a que uma única força modele a opinião e desse modo a vontade política nacional, dispersando os desacordos numa poeira individual e desorganizada (PORTELLI, 1987, p. 20).

Com base na citação percebemos como a imprensa torna-se tão significativa para o poder público, uma vez que este usa do poder midiático para legitimar as suas ações e modelar os discursos de acordo com os seus interesses. Dessa maneira, segundo Almeida o “Estado ampliado, quando pretende começar uma ação que não pode ter aceitação popular, procura criar uma opinião pública mais favorável antecipadamente. Ou seja, atua como organizador e centralizador de certas entidades da sociedade civil” (2011, p. 127). Como exemplo para essa afirmação temos o cenário anterior a implantação do tele ensino no Maranhão.

O Estado, visando legitimar o seu poder e do grupo que o controla, procurou preparar a opinião pública para receber bem os projetos que o governo de Roseana Sarney iria propor buscando diminuir as possíveis oposições a eles. É importante salientar que esse tipo de legitimação pode vir a ocorrer pelas mais distintas ferramentas (Imprensa, Igreja e Escola).

Podemos entender essa legitimação como o exercício da hegemonia, que, segundo Gramsci.

[...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2000, vol. 3, p. 95).

Dessa forma, os jornais têm todo aparato para convencer o público leitor e também privilegiar a classe dominante e seu projeto político. No decorrer da história a imprensa serviu como objeto e sujeito das decisões políticas (DE LUCA; MARTINS, 2008, p. 8).

3.2.1 O Estado do Maranhão: o discurso de qualidade

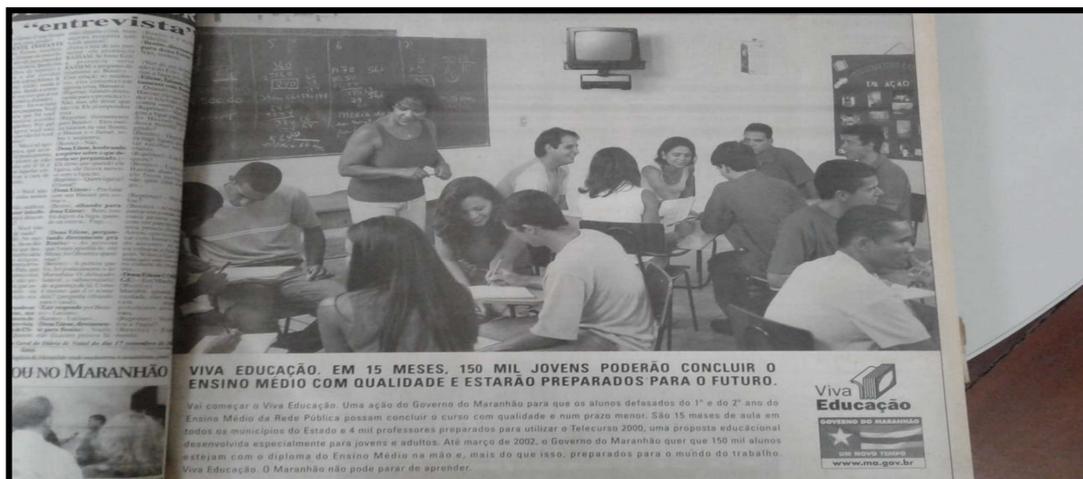
Propomo-nos a partir daqui fazer uma análise do discurso sobre o projeto Tele Ensino, com base nos editoriais do jornal *O Estado do Maranhão*, concomitante aos documentos oficiais que possibilitaram a implantação do Tele Ensino no âmbito educacional maranhense.

O ano de 2001 inicia-se com a promessa de melhorias para o setor educacional em todo o Estado do Maranhão, era a inserção do Tele Ensino anunciado como capaz de resolver as mazelas educacionais, que nos acompanhavam durante anos. O jornal *O Estado do Maranhão*, no dia 12 de fevereiro de 2001, apresentava para toda a sociedade maranhense o início do projeto com o título: “*Viva Educação começa hoje*”.

Começam hoje as aulas do projeto Viva Educação, que vai utilizar a tecnologia do Telecurso 2000 para corrigir a defasagem idade/série de 150 mil alunos do ensino médio no Maranhão. Além de frequentarem as aulas em 250 telessalas instaladas na rede pública de ensino dos 217 municípios do estado, os alunos vão poder concluir seus estudos em um ano e três meses.

Para marcar o início das aulas, a governadora Roseana Sarney gravou uma mensagem vídeo para ser exibida em todas as telessalas do projeto, dando boas-vindas aos alunos. [...] o Governo do Estado e a Fundação Roberto Marinho assinaram convênio para a implantação do Viva Educação no dia 22 de novembro do ano passado. O projeto vai oferecer ensino com a metodologia do Telecurso 2000 para todos os 217 municípios do estado, promovendo uma verdadeira revolução no ensino maranhense. É também a maior iniciativa do gênero em todo país para correção do problema de defasagem idade/série dos alunos do ensino médio (OEM, 12 de fev. de 2001).

Figura 5: Viva educação em 15 dias



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 12/02/2001.

Como referido anteriormente, Roseana Sarney apresentou o Viva Educação³⁴ como a verdadeira revolução no ensino, que visava combater a defasagem idade/série que o Maranhão apresentava. Vale ressaltar que este projeto foi implantado no seu segundo mandato (1999-2003), o que nos leva a questionar por quais motivos anteriormente o governo não investiu em melhores condições?, possibilitando que esses mesmos 150 mil alunos pudessem concluir seus estudos antes.

O Governo do Estado usou do poder midiático que a imprensa possui para convencer a sociedade que estava trazendo o melhor para a educação maranhense e, principalmente, quão boa foi a parceria entre o Governo e a FRM, visando atender e suprir a demanda voltada para o Ensino Médio. Dessa maneira, o governo apresentava a dimensão do atendimento que seria ofertado pelo projeto, conforme o quadro abaixo:

³⁴ No decorrer do trabalho usaremos o termo Tele Ensino para o projeto que foi implantado no Maranhão como Viva Educação.

QUADRO DEMONSTRATIVO

GERÊNCIAS	MATRÍCULAS	TELESSALAS
Açailândia	5.596	145
Bacabal	5.009	196
Balsas	5.235	135
Barra do Corda	3.880	101
Caxias	6.029	156
Chapadinha	4.200	106
Codó	3.424	101
Imperatriz	8.147	285
Itapecuru Mirim	3.929	102
Pedreiras	4.678	151
Pinheiro	6.433	161
Presidente Dutra	4.647	119
Rosário	3.480	88
S. João dos Patos	3.760	125
São Luís	28.560	714
Viana	4.259	165
Zé doca	4.267	112
Total	111.043	3.105

Fonte: O Estado do Maranhão, 13/02/2001.

O quadro demonstrativo acima nos possibilita ver como foi distribuído o projeto Tele Ensino pelos municípios maranhenses, bem como a oferta de distribuição de vagas que ele atenderia. O que nos chama atenção é a quantidade de vagas ofertadas na capital São Luís, mesmo considerando que a população educacional é maior frente às outras regiões do Estado. É notório que o Governo não investiu em construção de escolas para o nível médio, entre 1995-2000, para atender essa demanda. Também de acordo com o quadro, percebemos que, a princípio, o projeto não atenderia a todas as regiões do Estado. No entanto, a aplicabilidade do projeto era entendida pela Gerência de Desenvolvimento Humano como “ação forte e eficiente, sendo o primeiro passo para o resgate social” (OEM, 2001).

No editorial do dia 13 de fevereiro de 2001, “*Aberto o Viva Educação no Maranhão*”, o jornal elencou a questão da metodologia que seria aplicada e deu ênfase a expectativa dos professores em trabalhar com esse novo método de ensino.

[...] Para os professores selecionados a expectativa é grande em trabalhar com uma nova metodologia de ensino. A professora Maria do Perpétuo Socorro de Moraes Leite disse que o telensino torna a aula mais dinâmica. ‘reconhecemos que é um desafio para o professor ter acesso a todas as disciplinas’, disse. Ela informou que a vantagem que ela observa é a possibilidade de realizar na sala de aula a interdisciplinaridade.

[...] De acordo com a Professora Ana Cristina de Algarves Ribeiro tudo o que é novo causa uma grande ansiedade, mas ela informou que a partir do momento em que os professores foram capacitados as dúvidas foram sendo dissipadas. ‘Pelo treinamento, observamos que essa é uma metodologia eficaz e que o professor exerce um papel fundamental, pois a televisão será apenas um veículo de informação para levar o aluno a refletir’, destacou (OEM, 13/02/2001).

No trecho acima fica evidenciado pelas falas das duas professoras que a adoção do projeto Tele Ensino era algo que gerava expectativas para o corpo docente do Estado maranhense. O que nos chama atenção na fala da primeira professora é a questão da “possibilidade de realizar na sala de aula a interdisciplinaridade”, nos dando a entender que a sua prática só seria possível por meio do projeto Tele Ensino. No entanto, compreendemos a interdisciplinaridade no âmbito escolar como o diálogo entre duas ou mais disciplinas, proporcionando uma melhor compreensão das diferentes áreas. Dessa forma, esta “ferramenta” pode ser usada em qualquer momento dentro da sala de aula, basta que o professor tenha um planejamento prévio e compreenda as disciplinas fazendo parte de um todo e não apenas como disciplinas isoladas.

A fala da professora Ana Cristina nos possibilitou entender que apesar do discurso apresentado pelo jornal *O Estado do Maranhão* em querer mostrar a aceitabilidade por parte dos professores em relação ao Tele Ensino, ao mesmo tempo demonstra a desconfiança da classe docente com o novo método de ensino, sendo nítido por meio do relato que “tudo o que é novo causa uma grande ansiedade”, e completa “a partir do momento em que os professores foram capacitados as dúvidas foram sendo dissipadas”. A imprensa buscou passar para sociedade maranhense a ideia que todos os professores estavam de acordo com a nova metodologia de ensino, todavia, como veremos no decorrer deste trabalho, a implantação do Tele Ensino foi marcada por intensos debates e conflitos entre a classe dos professores e o Governo do Estado.

Por outro lado, ignorando o cenário de conflitos e discussões em torno da implantação do projeto Tele Ensino, o jornal *O Estado do Maranhão* sempre o apresenta em suas páginas como um projeto que visava à qualidade da educação maranhense, representando um grande sucesso para o Estado.

O editorial do dia 25 de fevereiro de 2001: “*Viva Educação é um sucesso*”, noticiava como o projeto estava beneficiando a região do Vale Mearim e como a cidadania destes alunos teria sido resgatada:

[...] A implantação do Viva Educação em Bacabal tem resgatado a cidadania de muitas pessoas. Um exemplo é o do comerciante Benedito Sousa Carvalho, 41. Ele diz que há 20 anos não frequenta sala de aula. ‘este é o melhor momento para concluir o segundo grau’, enfatiza. Ele reconhece que terá dificuldade com algumas disciplinas, mas prevê a conclusão do curso em tempo normal.

Figura 6: Viva Educação é um sucesso



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 25/02/2001.

A maneira como jornal apresentava a notícia é interessante, o título está em letras grandes, o editorial ocupada metade de uma página, chamando a atenção do leitor, o que nos leva a refletir sobre a intencionalidade que estes impressos tinham de modificar a forma de agir e pensar das pessoas, ou seja, a maneira como a notícia estava sendo apresentada não era por acaso. O jornal buscava persuadir o público a ler sobre o assunto. Segundo a autora Laura Maciel, a “imprensa e as mídias delimitam em sua atuação espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos” (2004, p. 3).

Dessa forma, a imprensa tem como proposta a assimilação de diferentes projetos de várias classes sociais, tornando-se o principal articulador desses grupos sociais,

influenciando de maneira direta ou indiretamente dentro do contexto social. Nesse caso, veremos a imprensa assimilando uma ideologia de cunho neoliberal, visando influenciar diretamente o contexto social, para que comprem a ideia do moderno, do novo e eficaz “modelo educacional Tele Ensino”.

No intuito de perpassar para sociedade que a parceria com a Fundação Roberto Marinho foi o melhor para a educação e apesar das desconfianças com a nova metodologia, o jornal *O Estado do Maranhão* traz em seu editorial um resgate da história da TV Educativa no Maranhão, com o título “*Telensino há 32 anos*”.

[...] A TV Educativa no Maranhão foi criada em 1969 com a finalidade de amenizar os graves problemas educacionais nas últimas séries do ensino fundamental e aumentar a oferta de vagas nas escolas. A partir dessa data o Maranhão passou a contar como um sistema de ensino por televisão, em recepção organizada.

Destinado a alunos de 5º a 8º séries, com alcance inicial apenas em São Luís, o sistema se expandiu atingindo hoje 33 municípios com 47.977 alunos matriculados em 117 unidades escolares um avanço de quase 100% desde o ano de 1990, quando foram matriculados 25.494 alunos. São 37 escolas na capital, 11 no interior da ilha e 69 nos demais municípios do interior do Estado.

O sistema de ensino da TVE faz uso da televisão, material didático impresso e de um orientador de aprendizagem. A coordenadora de educação da TVE/MA, Sônia Barreto Vieira, explica que a televisão desempenha o papel de veicular conteúdos, aproximando o aluno a realidades desconhecidas, detalhando experiências e vivências variadas (OEM, 11/02/2001).

A experiência com a TV Educativa no Maranhão surgiu da necessidade de corrigir um grande *déficit* sócio educacional no Estado, no ano de 1969. Assim, buscou-se ampliar o sistema educacional da época, o sistema tradicional presencial com a implantação do sistema de televisão escolar, o qual obteve grande sucesso, segundo Almeida (1973) e Passinho (2007). De acordo com a matéria acima, o Governo, com intuito de demonstrar que a escolha pelo Tele Ensino não foi por acaso e que estava certo de suas ações para o sistema educacional, traz também dados quantitativos a respeito do atendimento que a TVE proporcionou para a sociedade escolar maranhense.

A metodologia usada pela TVE é a mesma utilizada pelo Tele Ensino, o uso de material impresso, o professor como orientador de aprendizagem e a TV como a promotora dos conteúdos.

Diante do cenário de incertezas que se encontrava a sociedade por conta da nova metodologia para a educação básica que o Governo adotara, buscando sempre enfatizar a qualidade do Tele Ensino, o editorial do *O Estado do Maranhão* sempre traz matérias que expliquem e tirem as dúvidas em relação ao projeto Tele Ensino e sua qualidade. Danilo

Furtado, que coordenava a Gerência de Desenvolvimento Humano na época, em entrevista ao *O Estado do Maranhão* fala com autoestima frente aos novos desafios.

Os indicadores apontam que 70% dos alunos que se encontram frequentando o ensino médio, apresentam defasagem idade/série acima de dois anos.

A expectativa é extremamente positiva para o início do programa, apesar de algumas acadêmicas e divergências ideológicas sobre a metodologia, declara Danilo. Tenho a convicção de que este é o momento de enfrentar a defasagem idade/série tão elevada no ensino médio maranhense [sic] (OEM, 11/02/2001).

A distorção idade/série contribui para o baixo desempenho dos alunos, mas a expectativa do Governo diante do programa era muito grande. De acordo com o gerente Danilo Furtado, “o programa de correção de fluxo vai permitir a reestruturação do novo Ensino Médio, dirigido especialmente para o adolescente na idade adequada”. Ele ainda completa: “Durante o processo do Tele Ensino, tanto os professores quanto os alunos, vão compreender que o programa é de qualidade e estrategicamente fundamental para os avanços que queremos dar no ensino médio maranhense” (OEM, 11/02/2001).

De acordo com o trecho acima, são perceptíveis as incertezas em torno do projeto, pois a ideia que se refletia na sociedade era a total substituição do ensino regular pelo ensino televisivo (*Jornal Pequeno*. 19/03/2001.). Mas como o sistema de televisão escolar poderia substituir e oferecer qualidade ao mesmo tempo? Para o governo maranhense, o Tele Ensino tanto poderia como seria a revolução necessária e tão esperada pelo sistema educacional.

Com o título “*Defasagem idade/série*”, o editorial apresenta a justificativa dada pelo Governo do Estado para a implantação do projeto Tele Ensino:

[...] Para promover uma política de correção de fluxo de alunos com defasagem idade/série, capaz de produzir impactos, fez com que o Governo do Estado implantasse o programa de teleeducação supletiva, organizada em telessalas, para atendimento das demandas de jovens e adultos e formação continuada de professores.

O projeto foi aprovado depois de ser observado os resultados, do mesmo sistema de telensino, implantado nos estados do Ceará (quatro mil telessalas), Amazonas, Minas Gerais e São Paulo. Entre as características observadas encontram-se os fatores sócio-econômicos, culturais e geográficos dos estados em relação ao Maranhão (OEM, 16/12/2001).

Conforme o editorial, a maneira de corrigir a defasagem dos alunos seria através da tele educação supletiva. Assim, buscando justificar o projeto, o Governo do Estado usa como exemplos os Estados que fizeram uso da mesma metodologia como o caso do Ceará,

São Paulo e Minas Gerais. O Estado do Ceará, em particular, nos chama atenção, visto que o Tele Ensino foi motivo de inúmeras manifestações e rejeições quando foi implantada, a educação inovadora veio acompanhada da precarização do trabalho docente, baixos salários e falta de qualificação para a categoria (MOURA, 2009, p. 75). Apesar do Tele Ensino apresentar toda problemática no Ceará, o Maranhão aderiu ao projeto e ainda cita o estado cearense como referência da aplicabilidade da tele educação como sendo bem sucedida.

O jornal *O Estado do Maranhão* sempre trazia algo em suas edições para ressaltar a qualidade do projeto do Tele Ensino, como no editorial do dia 16 de fevereiro de 2001, de título “*Telecurso 2000 é sucesso*”.

Figura 7: telecurso 2000 é sucesso



Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão*, 16/02/2001.

Sobre o material que foi usado no Tele Ensino maranhense, o Jornal o apresentava da seguinte maneira:

MATERIAL - Todo o material didático do telecurso 2000 foi elaborado por mais de 100 especialistas de diversas universidades brasileiras. A Fundação

Roberto Marinho - executora do programa-possui um cálculo do total de material didático que será utilizado no Maranhão.

Serão 22,5 mil cadernos de exercícios, 2,85 milhões de livros para os alunos, 262 mil fitas de vídeo (70 para cada professor, sendo 60 contendo as disciplinas curriculares e as outras 10 com os temas transversais como educação ambiental, artística e esporte) e 1 milhão 936 mil programas de aulas (516 para cada professor).

As salas são compostas por máximo de 40 alunos, que receberão aulas de um professor/orientador para todas as disciplinas oferecidas por série.

Cada aluno receberá, ao longo do curso, 19 livros para o acompanhamento das aulas, que serão monitoradas com auxílio de vídeo.

Ao todo serão instaladas 3.750 telessalas no Maranhão. O programa vai propiciar a abertura de 1.900 novos empregos, além dos 2.660 contratados já existentes. Os professores serão contratados pela Fundação Roberto Marinho e receberão formação continuada em estilo modular, totalizando 160 horas, durante todo o período de execução do projeto (OEM, 16/01/2001).

O material foi apresentado, como já vimos, como sendo elaborado por especialistas de diversas universidades. Dessa forma, o jornal *O Estado do Maranhão* traz a informação com intuito de mostrar que os livros didáticos possuíam qualidade, o qual ajudaria esses alunos no seu ensino-aprendizagem e acabaria tornando-se uma justificativa para legitimar o alto investimento feito do Governo no programa Tele Ensino. Outro fato que chama atenção é que os professores não seriam contratados pelo Governo do Maranhão, mas sim pela Fundação Roberto Marinho, levando a nos questionar por que o Governo não contratou professores a partir de seletivo? Compreendemos, dessa maneira, que o Estado maranhense transmite todo o seu dever de cuidar da educação pública ao setor privado, terceirizando-a.

Sobre a formação de professores no Tele Ensino:

FORMAÇÃO - Na primeira etapa desse trabalho de treinamento dos professores, todos passaram por capacitação, realizada durante uma semana. Nesse período, os monitores levaram em consideração a formação acadêmica dos docentes, a formação técnica, a experiência pedagógica e o próprio desempenho. Os salários dos professores seguem as mesmas normas do contrato temporário, ou seja, correspondem ao plano de cargos e salários da carreira inicial do magistério no Estado para um regime de 20 horas semanais.

Para os professores que participaram do treinamento, a expectativa é grande em trabalhar com uma nova metodologia de ensino. A professora Luciana Kloster Luz reconhece que a teoria do projeto é extremamente boa, pelo material que foi apresentado, mas que está muito receosa em trabalhar com esse método inovador. “considero o receio um fator positivo, pois estamos lidando com educação”, admite (OEM, 16/01/2001).

Notamos que todos os professores contratados possuíam treinamentos para trabalhar com as videoaulas, entretanto, podemos observar que foi apenas uma semana para uma metodologia que seria inovadora no Estado, tanto que a professora entrevistada

se mostrou receosa com a nova prática de ensino. Entendemos que uma prática inovadora precisaria de mais tempo para os professores se adaptarem, mas devido o alto investimento feito pelo Estado, era preciso mostrar resultados imediatamente, tanto que o projeto entrou em curso no ano seguinte após a assinatura de contrato.

Apesar de o noticiário apontar que os monitores da empresa Fundação Roberto Marinho levaram em consideração a formação acadêmica dos professores, precisamos considerar que os mesmos não iriam conseguir ter o domínio sobre todas as disciplinas oferecidas em cada fita e material, ou seja, um professor seria o responsável por administrar cada módulo do telecurso. Sendo assim, o professor com formação em História teria que orientar os alunos, por exemplo, em física, química, biologia e etc. Evidenciando que o Estado Maranhense vendia um discurso de qualidade, como se alcançaria esta qualidade precarizando o trabalho e ignorando a formação dos docentes?

As informações sobre o Tele Ensino no jornal O Estado do Maranhão se repetem muitas vezes nos editoriais, sempre com intuito de mostrar como a aplicação do projeto é importante e também como este pode ajudar a melhorar os indicadores:

TELEVISÃO - Com a criação da TV educativa, em 1969, foi implantado um sistema de ensino por televisão. Destinado inicialmente a alunos de 5º a 8º série de São Luís, o sistema foi expandindo atingindo, atualmente 47.977 alunos de 177 escolas de 33 municípios. Desse total de 47.977 escolas, 37 são na capital, 11 do interior da ilha de São Luís e 69 dos demais municípios maranhenses. (OEM, 23/03/2001)

Essa mesma abordagem da TV Educativa consta no editorial do dia 11 de fevereiro, se repetindo no dia 23 de março do mesmo ano. Permite-nos perceber como era de extrema importância que determinadas notícias se enraizasse dentro da sociedade maranhense. É a imprensa manipulando os interesses e intervindo na vida social, usando vários fatores na construção do seu discurso. Neste caso, o fator que mais estava sendo usado era a repetição de informações que poderia contribuir para o convencimento e aceitação do novo projeto educacional.

Vale ressaltar que, de acordo com Cruz e Peixoto, a imprensa atua sobre 07 (sete) pontos:

1. No fomento, a adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação;
2. Na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores e comportamentos;
3. Na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social;

4. Pela repetição e naturalização do inusitado cotidiano, produzindo o esquecimento;
5. No alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade;
6. Na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo;
7. Na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção das marcas (2007, p. 259).

Dentre estes pontos destacamos o quatro, que ressalta a “repetição e naturalização do cotidiano, produzindo o esquecimento”. No caso do jornal *O Estado do Maranhão*, a naturalização e repetição da notícia visava produzir a memória do projeto, uma vez que o Governo do Estado precisava que a sociedade compreendesse a mudança e, principalmente, os custos em relação a compra da nova metodologia. Assim, o alto custo do investimento precisava ser naturalizado para não haver manifestações contrárias ao Governo.

Partindo das ideias de Capelato (1980), a imprensa é fundamentalmente decisiva para modelar pensamentos, comportamentos e opiniões, tornando-se uma força política. Isso pode ser observado sobre as edições do Jornal *O Estado do Maranhão*, que disseminou durante os meses de fevereiro a março, sobre a importância do programa “Viva Educação” a partir do Tele Ensino, como um projeto que todos os envolvidos, principalmente alunos e professores aprovaram a metodologia.

Na edição de 19 de março de 2001, o Jornal *O Estado do Maranhão* apresenta a notícia com o título “*O Tele Ensino Tem Aprovação*”, se posicionando com a seguinte argumentação:

Sebastião Santos Araújo Filho, 18, aluno do programa Viva Educação aprova a metodologia pedagógica do tele ensino. “A teleaula propicia uma maior interação entre alunos”, garante o estudante da Unidade Integrada Carmélia Viveiros, em Bacabal. Sebastião relatou que em sua turma todos os alunos participam das aulas, tornando-se mais interessantes. “Com a orientação do professor, debatemos sobre os temas abordados e podemos clarear as nossas dúvidas e a dos colegas”, declarou entusiasmado.

A professora do Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Manoel Beckman, em São Luís, Leila Maria Cavalcante Pedrosa, 40, contou que os alunos no início estavam muito ansiosos e preocupados com a nova metodologia pedagógica, “agora com pouco mais de um mês de aulas, eles trabalham em grupo maravilhosamente bem”.

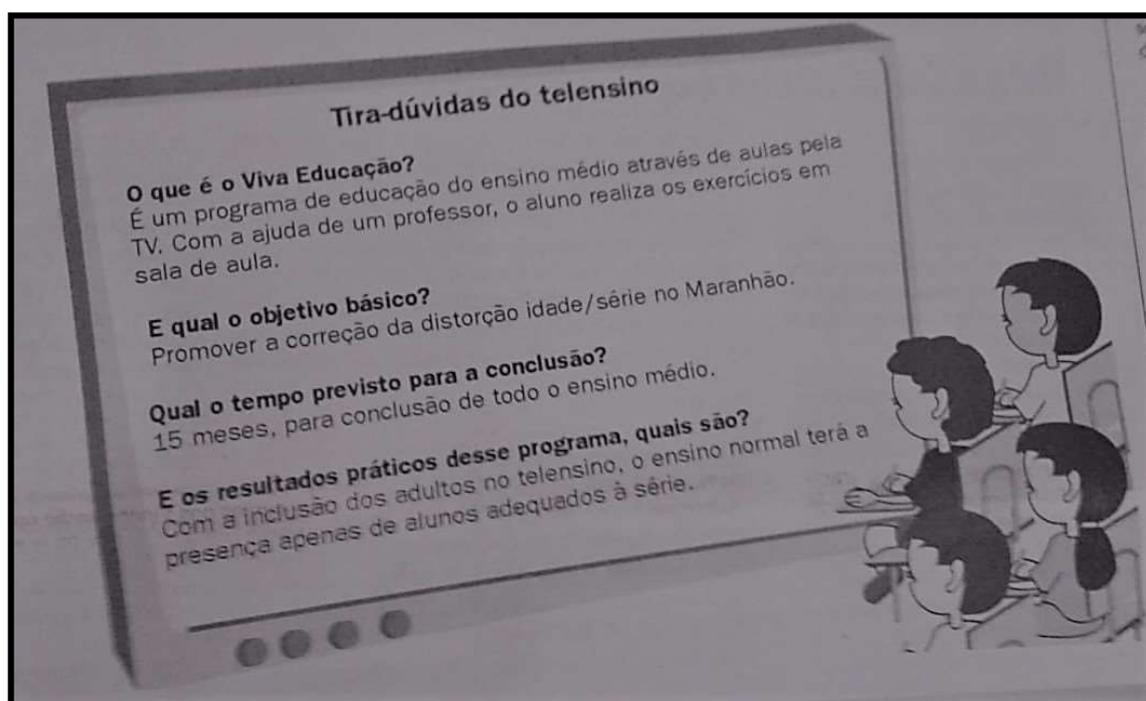
É notório que o jornal *O Estado do Maranhão* tem a premissa de trazer neste noticiário as falas do professor e do aluno como uma forma de engrandecer a metodologia

do Tele Ensino, como uma prática que não está ligada somente a televisão, que existe a criticidade e o debate dos alunos com a orientação do professor.

Outro fato que chama atenção são os discursos apresentados, um aluno do município de Bacabal e a professora da capital São Luís, ou seja, o Jornal vai modelando a opinião para convencer a sociedade civil que, tanto na capital quanto no interior, a metodologia do Tele Ensino está sendo aprovada, não havendo discordância por parte nenhuma em relação ao projeto, apesar de ressaltar que o programa trazia certa preocupação.

O discurso jornalístico trazido pelo jornal *O Estado do Maranhão* vai se moldando a cada matéria apresentada, de maneira a mostrar como o Tele Ensino tem apresentado bons resultados tanto na capital como no interior do Estado. Nota-se que, nos editoriais de fevereiro a março, o jornal *O Estado do Maranhão* não apresenta nenhuma notícia de manifestações contrárias ao projeto Tele Ensino, pelo contrário as notícias assumem dois papéis: um de caráter explicativo e o outro que busca demonstrar a qualidade do projeto.

Figura 8: Tira-dúvidas do telensino



Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão*, 03/05/2001.

As notícias advindas do interior do Estado, sobre o Tele Ensino, apontavam sempre o crescimento e a grande procura pelo projeto, como no editorial do dia 27 de março de 2001, “*Procura por telessalas nos Cocais supera expectativa*”.

CAXIAS - A demanda pelas telessalas superou as expectativas em relação aos números de inscritos na Regional de Caxias. 7.960 alunos estão matriculados nas 201 telessalas instaladas e em funcionamento nos nove municípios da jurisdição. São mais de mil alunos acima da expectativa inicial da matrícula, cuja a previsão era atender cerca 6.800 alunos com idade superior a 18 anos.

O que é bem recorrente nas notícias sobre o Tele Ensino é a questão da quantidade. O Jornal sempre traz os inscritos e matriculados, o que nos faz notar o *déficit* em relação a prestação de serviço por parte do Governo do Estado e nos leva a questionar quanto ao atendimento dado aos alunos, principalmente considerando a estrutura para alocar todos esses matriculados, uma vez que o Estado não tinha escolas suficientes para atender tal demanda, apenas 66 dos 217 municípios tinham escolas de nível médio.

O pedido de licitação feito pelo Governo do Estado apresentado a Comissão Permanente de Licitação-CPL, possuía as seguintes justificativas para o projeto:

Neste processo a gerência de desenvolvimento humano solicita adjudicação direta, por dispensa de licitação, para contratação dos serviços da **Fundação Roberto Marinho**, objetivando a execução do Projeto Viva Educação, a ser desenvolvido nos 217 (duzentos e dezessete) municípios maranhenses, permitindo que cerca de 150.000 (cento e cinquenta mil) alunos conclua o ensino médio em um período de 14 (quatorze) meses, via programa de teleeducação supletiva, que utilizará a metodologia do TELECURSO 2000.

A justificativa do pedido está albergada nos seguintes fatos:

- a) Nos últimos cinco anos o total de alunos matriculados no ensino médio, oferecido pela rede pública, sofreu incremento da ordem de 100, 8%: 1995/86.880 – 2000/174.478.
- b) 69% desse alunado apresenta defasagem série/idade acima de dois anos e 62% frequentam o curso noturno, “cuja clientela constitui-se tipicamente de alunos adultos”.
- c) Esta clientela diferenciada compartilha “os mesmos espaços de ensino-aprendizagem com jovens de 15 a 17 anos”, o que conduz a baixa produtividade do sistema de ensino médio, que acaba por não atender as necessidades nem dos que apresentam distorção série/idade.
- d) As pesquisas educacionais apontavam referida situação como “um dos principais fatores responsáveis pelo fracasso escolar”.
- e) A correção do problema série/idade se dará através “de intervenção – de amplo alcance, de eficiência comprovada em contextos sociais variados...”
- f) A aplicação da metodologia do TELECURSO 2000, via modalidade supletiva, vem sendo desenvolvida, com sucesso, em Estados que guardam características sócio/econômicas/cultural/geográfica com o Maranhão, como o Ceará e o Rio Grande do Norte.
- g) O Estado, com a implantação do projeto Viva Educação, “passa assumir inteiramente o Ensino Médio, conforme determina a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9.394/96...” criando “3.750 novas salas completamente equipadas com Kit tecnológico e uso de fitas cassetes que viabilizam, a aluno e professor, o acesso aos programas, de modo socializando e

particulizando, respeitando os níveis e ritmos diferenciados de ensino e aprendizagem”.³⁵

O processo de licitação apresentava que tanto o crescimento do alunado para o Ensino Médio quanto a defasagem série/idade eram grandes problemas a serem enfrentados na educação maranhense. Visando combatê-los, a aplicação da metodologia do Telecurso 2000 era assim justificada pelo Governo.

A apresentação do documento mostra que apesar dos 4 anos anteriores, o Governo ainda não tinha conseguido evoluir na diminuição da defasagem idade/série, e a problemática aumentava, segundo a descrição de que os alunos “diferenciados” frequentam o mesmo ensino regular dos discente de idade/série normal. Mas o que chama atenção, é que o Estado atribuía como fator principal o fracasso da qualidade do ensino médio, a presença dos alunados que estavam em idade/série distorcida.

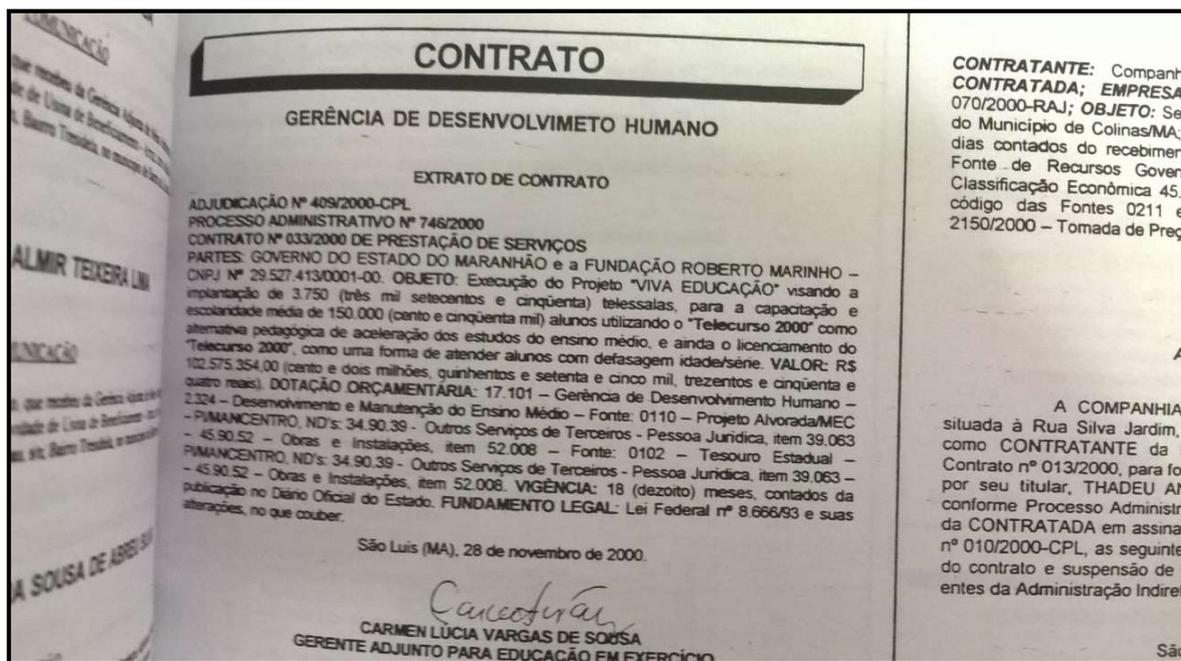
O Governo procura, também, de outra forma apresentar por que era necessário ter um programa como Telecurso 2000 no Maranhão, a partir dos exemplos em outros Estados, que segundo o documento tiveram êxito ao utilizar o projeto, como Ceará e Rio Grande do Norte.

O que mais chama atenção entre os motivos elencados para obtenção da aprovação do Telecurso 2000 da Fundação Roberto Marinho é a afirmação de que somente através do programa Viva Educação o Estado Maranhense assumiria o seu papel de cuidar do Ensino Médio público. A partir disso observamos que, nos anos anteriores, não havia preocupação do Estado em investir tanto na educação Maranhense. Outro fato é que o Governo assumiria todo o papel de preparar os professores, entretanto, como já foi exposto aqui, a contratação dos docentes seria feita pela Fundação Roberto Marinho.

Mesmo com tanta contradição nos elementos elencados, o governo maranhense conseguiu aprovar a licitação que colocava a Fundação Roberto Marinho como organizadora do projeto Tele Ensino no Maranhão. No dia 20 de novembro de 2000, o presidente da CPL, Francisco de Sales Baptista Marinho, autorizou o contrato.

Figura 9: Extrato do contrato entre o Governo do Estado do Maranhão e a Fundação Roberto Marinho

³⁵ O Processo nº 7416/2000 foi transcrito da dissertação de Agripino Alves Luz Júnior (2007, p. 153), devido à impossibilidade de acesso na íntegra do presente documento, uma vez que buscamos todos os meios possíveis para termos contato com o mesmo.



Fonte: Diário Oficial do Maranhão, 2000.

Conforme a imagem acima, o contrato firmado entre o Governo do Estado e a Fundação Roberto Marinho foi assinado no dia 28 de novembro de 2000, com o objetivo de execução do projeto Viva Educação. Destacamos como principal ponto: o valor do contrato de **102.575.354,00** (cento e dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais), esse valor era justificado pela quantidade de material a ser comprado, fitas de vídeo, apostilas, capacitação de professores, aparelhos de Tvs e aparelhos de vídeo que atendesse as 3.750 teles salas. O valor do contrato para tal investimento foi muito alto, uma vez que este mesmo valor poderia ser aplicado na construção de novas escolas e melhorar a estrutura das que existiam, não sendo muitas no período.

Apesar de todo discurso justificando o investimento no projeto Tele Ensino em prol de uma educação de qualidade, o Governo do Estado buscava diminuir despesas com a educação, uma vez que para manter o ensino regular requeria mais gastos.

Com efeito, será necessário ampliar mais salas de aula, construir mais escolas e contratar mais professores e outros profissionais para o sistema. E isso, naturalmente gera acréscimos significativos e uma série de despesas, decorrentes das despesas correntes e da capital realizadas, tais como energia elétrica, vigilância de escolas, xerox, material de consumos, material de limpeza, serviços

diversos relacionados ao custeio administrativo e pagamento de pessoal. (JUSTIFICATIVA DE PREÇO, 2000, p. 196)³⁶.

É notório que para o Governo do Estado a qualidade na educação significava não investir no ambiente escolar. Entendemos que o ensino de qualidade deve estar diretamente ligado com todas as partes integradas no ensino, como professores capacitados, estrutura adequada, corpo administrativo sempre pronto a atendê-los, e, para que tudo isso funcionasse era preciso investimento do Estado.

O Governo do Estado naquele momento passou sua responsabilidade para a Fundação Roberto Marinho a qual ficou como principal responsável em administrar o Tele Ensino no Maranhão, ou seja, o ensino médio ficou a cargo da FRM e não do governo.

O jornal *O Estado do Maranhão* continuou a publicar notícias do Tele Ensino, sempre dando ênfase aos resultados, matrículas atendidas e qualidade da metodologia. Em junho, a primeira etapa do Tele Ensino foi concluída e o jornal *O Estado do Maranhão* trazia as informações da conclusão em cada município.

A primeira etapa do Tele Ensino foi concluída nos municípios de Caxias e Santa Inês.

Figura 10: Estudantes concluem primeira etapa



Fonte: *O Estado do Maranhão*, 29/06/2001.

³⁶ Transcrito da dissertação PROJETO VIVA EDUCAÇÃO: entre a promessa de autonomia e emancipação e a realidade das classes do Telensino de escolas públicas estaduais do Maranhão de Agripino Alves Luz Júnior (2007, p. 196).

Figura 11: Alunos do Telensino concluem primeira etapa



Fonte: O Estado do Maranhão, 28/06/2001.

Como resultados do programa, o Jornal do dia 24 de outubro 2001 publica um artigo intitulado: “Alunos do Viva Educação expõem obras em galeria”. Para o projeto Tele Ensino era muito importante essa visibilidade das atividades desenvolvidas pelos próprios alunos, pois entendemos isso como uma maneira do Governo querer demonstrar que o projeto estava dando frutos.

Figura 12: Alunos do Viva Educação expõem obras em galeria



Fonte: O Estado do Maranhão, 24/10/2001.

O discurso do jornal *O Estado do Maranhão* voltado para o tele ensino sempre deu ênfase à qualidade do projeto e que a sua aplicabilidade foi pensada para melhorar a educação maranhense. A ideia que este aparelho de imprensa buscou passar para a sociedade era que a revolução na educação estava acontecendo de fato, sendo acompanhada pelo crescimento e distribuição de matrículas em todos os municípios.

Vale ressaltar que um dos papéis da imprensa era o de se manter imparcial frente às notícias e que esta deveria sempre mostrar os dois lados da história, no caso do Jornal *O Estado do Maranhão*, este se manteve sempre de um lado, o lado dos seus donos. Como já abordamos, nos editoriais que foram vistos dentro do período proposto pela pesquisa, as notícias sempre eram apresentadas do mesmo ângulo, ou seja, o Tele Ensino sempre aparecia sendo o projeto de sucesso em todos os municípios que aderiram, tendo aceitação por professores e alunos.

3.3 Jornal Pequeno: críticas ao projeto Tele Ensino

O fazer jornalístico tem uma representatividade social e esta se divide em duas linhas, a primeira está associada a valores como razão, progresso, a educação e o caráter político; a segunda é alinhada ao segmento popular, prioriza o drama humano, cinema e esporte (PREVEDELLO, 2008, p.72). A representação social dentro da imprensa está relacionada a maneira como os jornais se posicionam frente as notícias e a qual lado este busca representar, uma vez que, como já exposto, a imprensa deve apresentar os fatos de ambos os ângulos e se manter imparcial frente a eles.

Assim, o jornal tem como finalidade transmitir pensamentos, ideias e opiniões. Dentro desse contexto, o *Jornal Pequeno* se propôs a trazer uma opinião crítica em relação ao projeto Viva Educação. Ao contrário do jornal *O Estado do Maranhão*, o *Jornal Pequeno* buscou trazer em suas edições o lado positivo e negativo da implantação do projeto, no intuito de demonstrar que o mesmo não era o “grande sucesso” como alardeava o Governo do Estado.

3.3.1 Críticas ao projeto Tele Ensino

No editorial do dia 20 de novembro de 2000, “*Projeto Viva Educação: ensino médio para todos via TV*”, o jornal dizia o seguinte:

Em novembro de 2000 o governo do Estado do Maranhão e a Fundação Roberto Marinho firmaram um convênio milionário (os números variam entre 102 e 114 milhões de reais por ano!!) para a implantação do Projeto Viva Educação, que pretende atingir, em dois anos, mais de 150.000 mil alunos, oferecendo ensino de nível médio na modalidade a distância, com materiais do Telecurso 2000 da FRM e montagem de mais de 3.000 telessalas. As justificativas para tal investimento referem-se à necessidade de expansão rápida e com qualidade do ensino médio no estado, visando a incluir aqueles milhares de jovens que não tiveram acesso ou que estão atrasados em sua escolaridade.

A governadora admite, após seis longos anos no poder (e quantos mais de influência de sua família), que o governo do estado mantém escolas de ensino médio em apenas 60 dos 217 municípios do estado! O Projeto Viva Educação viria agora, via televisão, melhorar os índices de oferta de educação pública, e possibilitar a melhoria da qualidade do ensino ofertado. De fato, a proposta significa substituir a oferta de ensino regular em nível médio por um ensino supletivo utilizando materiais do Telecurso 2000 e, o que é o pior problema desta proposta, substituindo os professores especializados, formados pelas universidades, por monitores formados pelo próprio projeto (JORNAL PEQUENO, 20/11/2000).

O *Jornal Pequeno* aborda a questão da qualidade tanto defendida pelo Governo do Estado, que somente após os seis anos de governo, sem considerar os anos que a família Sarney esteve no poder, buscaram zelar pela qualidade do ensino da rede pública. Para o JP, a proposta do Tele Ensino era substituir o ensino regular pelo ensino a distância e destacava como o pior aspecto da proposta a substituição do professor especializado e formado pela universidade, por monitores formados pelo próprio projeto. Ainda segundo o JP, tudo não passava de um jogo de interesses:

O governo busca legitimar tal escolha por meio de um discurso modernizante e tecnocrático que afirma a primazia da técnica, erigida em estratégia salvadora. Na prática, porém, a política de educação da governadora Sarney está atrelada e é resultado do jogo de interesses políticos vinculados à sucessão presidencial de 2001: ao mesmo tempo que garante a amizade e a boa vontade midiática da Rede Globo, Roseana Sarney precariza as condições de trabalho dos educadores maranhenses, fragilizando uma possível fonte de oposição, inclusive nas universidades formadoras de professores, que estão completamente à margem deste processo (JORNAL PEQUENO, 20/11/2000).

Mirando as futuras eleições para a Presidência da República, a governadora Roseana Sarney trazia, segundo o jornal, o Tele Ensino como medida salvadora, defendendo que era de fundamental importância aumentar os indicadores educacionais do

Maranhão, principalmente para apresentar os dados como cabo eleitoral, mesmo se isso significasse precarizar ainda mais o sistema educacional e ignorar as condições de trabalho dos principais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, os professores.

O Governo do Estado ignorava o contexto social da educação maranhense e defendia que os indicadores seriam melhores com o projeto Tele Ensino, o que nos faz refletir sobre a condição em que o próprio Estado se colocou para defender os seus interesses. Um exemplo disso é que no ano em que o Governo assinou o contrato com a Fundação Roberto Marinho foi ignorado mais uma vez a necessidade de se realizar concursos para professores do Estado. Em outras palavras, ao invés de investimentos no setor educacional, como o concurso para o cargo de professores, o Governo assinou um contrato milionário comprando o pacote da Rede Globo.

Antes da implantação do projeto, as ideias contrárias ao Tele Ensino já apareciam,

Os educadores maranhenses protestam apontando para as evidentes falhas da proposta, não só no que se refere à qualidade do ensino oferecido, que pretende substituir o ensino médio regular de três anos por um curso supletivo de 15 meses, mas também no que isto significa em termos de política de pessoal no setor educacional: o governo deixou de realizar um concurso público previsto para recrutar professores para o ensino fundamental e médio para investir neste projeto mirabolante de ensino a distância (JORNAL PEQUENO, 20/11/2000).

É notório que nem todos estavam entusiasmados com a nova metodologia de ensino. De acordo com o trecho acima, alguns educadores buscaram protestar contra a política que defendia a implantação da educação a distância na rede pública de ensino.

O editorial do dia 14 de janeiro de 2001: *“Governo do Maranhão financia a criação de centenas de emprego no Rio de Janeiro”*, traz uma crítica ao Projeto Tele Ensino oferecido pelo Governo do Estado em parceria com a Fundação Roberto Marinho:

No apagar das luzes do século XX o Governo do Maranhão assinou contrato de 102 milhões de reais com a Fundação Roberto Marinho, para a implantação de 3.750 telessalas para a capacitação e escolarização em regime de aceleração, de 150.000 alunos do ensino médio. O projeto, tem um pacote tecnológico baseado no programa telecurso 2000, da Rede Globo, não passou por nenhuma discussão com os que fazem a educação no Maranhão, como o sindicato dos professores, os pesquisadores, as universidades, a comunidade escolar e outras instituições com interesse na área.

A compra do pacote tecnológico, produzido com tecnologia de outras praças, além de constituir-se numa prática questionável em qualquer sociedade de regime democrático, implica na transferência de recursos públicos para uma instituição privada, bem como na criação de centenas de empregos na área de produção dos programas, envolvendo profissionais das áreas da comunicação, imagens e dramaturgia, no Rio de Janeiro, sede da Rede Globo, “Se o programa

telensino fosse produzido em São Luís, a partir da experiência da TVE-MA, seriam criados cerca de 2000 empregos diretos, na produção das aulas, envolvendo diretor de programação, apresentador, cenógrafo, operador de áudio e muitas outras funções”, avalia um ex-funcionário da TVE Maranhão (JORNAL PEQUENO, 14/01/2001).

O título do editorial já chamava a atenção para o fato do Governo do Maranhão financiar empregos em outro Estado. Com a compra do pacote tecnológico da Fundação Roberto Marinho, todos os recursos públicos foram destinados a uma instituição privada, o que implicou em geração de empregos na área de produção de programas. De acordo com o JP, se o projeto fosse implantado pela TVE, que já tinha grande experiência nessa modalidade de ensino a distância, seriam criados 2000 mil empregos diretos na capital, mas o Governo do Estado preferiu ignorar os profissionais dessa área, como também a geração de emprego e renda que contribuiria para sua própria economia:

Murilo Santos, profissional da área do cinema e vídeo, avalia que o Governo do Estado, com a compra do pacote tecnológico, deixou de investir na produção e nos valores locais. “Poderia ocorrer a contratação ou a parceria com os profissionais da área de produção, desenvolvendo não só a educação, mas a produção audiovisual, resultando na formação de novos profissionais e na expansão do setor”, analisa (JORNAL PEQUENO, 14/01/2001).

O *Jornal Pequeno* traz todo o contexto no qual o projeto Tele Ensino está sendo implantado, trazendo indagações as quais teriam respostas óbvias. A matéria aqui descrita foi publicada no primeiro mês do ano de 2001, um mês antes da implantação do Tele Ensino na rede de ensino regular maranhense. Porém, não conseguiu impedir a sua realização.

Fora dos bastidores, podemos dizer que o Tele Ensino enfrentou várias resistências, sendo a principal a do Sindicato dos Professores do Ensino Médio do Estado do Maranhão (SIMPROESSEMA), que entrou na justiça com uma ação contra o Governo do Estado. O editorial do dia 14 de janeiro de 2001 trazia uma nota especial com o título “*Contrato com a Fundação Roberto Marinho é um negócio das arábias para o Globo*”.

O projeto do programa, bem como o contrato assinado pela governadora Roseana Sarney, no final de novembro/2000, somente foram entregues ao SIMPROESEMA no início de janeiro. O sindicato, a partir do documento, encomendou um parecer jurídico sobre a legalidade do programa. O advogado Luiz Henrique Falcão Teixeira indicou uma ilegalidade apenas na proposta de contratação de cooperativa de trabalhadores para a aplicação do convênio. Luiz Henrique afirma, no parecer, que “não se admite a contratação de cooperativa de trabalhadores” por que as cooperativas “apenas burlam a legislação trabalhista,

com o fito de fugir às responsabilidades do pacto laboral”, ou seja, as cooperativas não cumprem a legislação e violam os direitos dos trabalhadores.

Quando colocado pelo Governo, o projeto Tele Ensino seria um acordo entre o Governo do Maranhão e a Fundação Roberto Marinho, no qual os professores contratados seriam de responsabilidade do Estado. Como exposto, a contratação dos docentes acabou ficando sob a responsabilidade da FRM e, para piorar, o *Jornal Pequeno* denunciou que o contrato de trabalho seria de forma de cooperativas³⁷, o que de acordo com o JP seria uma ilegalidade para a contratação dos professores.

A contratação de orientadores de aprendizagem (professores) e a capacitação ficaram a cargo da FRM, o Governo do Estado passou a total responsabilidade do projeto para as mãos da instituição privada, sendo esta uma das cláusulas do contrato entre as partes: “Gerenciar os recursos humanos na prestação de serviços, incluindo a seleção, contratação e remuneração dos professores que atuarão no projeto”³⁸.

O parecer, feito pelo advogado Luís Henrique Falcão Teixeira, contribuiu para o SIMPROESEMA questionar na justiça a legalidade do projeto Tele Ensino e também exigir, por meios legais, a contratação de professores, segundo as normas da CLT e do Estatuto do Magistério.

A contratação dos professores feita por meio da Fundação Roberto Marinho seguia os seguintes critérios:

5. O candidato-orientador de aprendizagem ao posto de trabalho, para uma nova proposta de carga hora/aula em local de sua conveniência, anexará o currículo que se enquadre no perfil exigido para o projeto. Os critérios de seleção serão radicalmente objetivos e transparentes.
6. O candidato firmará também previamente o termo de adesão e subscrição de cota-capital a cooperativa de trabalho³⁹.

A contratação dos professores para trabalhar no projeto Tele Ensino era feita por meio da análise de currículo, o candidato era selecionado de acordo com o seu perfil, uma

³⁷ Cooperativas: De acordo com a lei 12.690/2012, as cooperativas de trabalho podem atuar em diversos segmentos de atividades econômicas, reunindo profissionais da mesma categoria sempre visando melhores condições de trabalho com a força coletiva desse modelo de organização. Simplificando, uma classe de profissionais – por exemplo, profissionais da área da saúde, ou de logística, ou administrativos – se unem para oferecer seus serviços para o mercado visando o proveito comum, melhor qualificação, renda e condições de trabalho. A empresa decorrente dessa união é de propriedade coletiva e gerida democraticamente. (<https://empresasecooperativas.com.br/cooperativa-de-trabalho/>) acesso em: 21/01/2019.

³⁸ CONTRATO N° 033/2000 de prestação de serviços entre o Governo do Estado do Maranhão celebrado com a Fundação Roberto Marinho.

³⁹ Modelo de gestão do corpo de orientadores de aprendizagem do projeto “Viva Educação”.

vez que este deveria preencher os requisitos da Fundação Roberto Marinho. O ponto seis do contrato chama atenção, pois, uma vez selecionado, este deveria firmar previamente adesão a cota-capital da cooperativa de trabalho. Entendemos como cota-capital o investimento de capital integralizado pelo sócio ao aderir ao quadro da cooperativa, ou seja, cada professor ao participar do projeto investiria um determinado valor na cooperativa que poderia ser resgatado pelo associado de forma estatutária. Todo valor era passado para a própria Fundação Roberto Marinho, pois a cooperativa foi criada pela mesma.

Dessa forma, o maior beneficiado seria a própria FRM. Quanto ao salário dos professores do projeto, seria de base direta e indireta calculada por hora/aula ministradas, conforme o relatório semanal do projeto, alcançando os R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais) líquidos por mês.

3.3.2 Reação dos professores contra o Tele Ensino da Rede Globo

Para os professores da rede de ensino estadual, o Tele Ensino representava ainda mais redução da qualidade do ensino e precarização das condições de trabalho da categoria. A preocupação só cresceu quando foi anunciado pelo Governo do Estado o repasse para a Fundação Roberto Marinho das relações trabalhistas com os professores. Estes reagiram encaminhando a Gerência de Desenvolvimento Humano suas reivindicações. Eram seis pautas:

1. Definição da data do concurso público para professores do ensino médio, a ser realizado ainda em 2001;
2. Contratação de professores segundo a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), com garantia de todos os direitos. O Estado anunciou que as contratações eram através de cooperativas;
3. Definição da jornada semanal de trabalho em 20 horas, conforme estabelece o Estatuto do Magistério do Estado;
4. Estabelecimento do valor e data de pagamento dos salários dos contratados;
5. Contratação dos monitores por disciplina. O Estado pretende contratar somente um por sala;
6. Não remover ou colocar a disponibilidade os atuais professores nomeados (JORNAL PEQUENO, 12/01/2001).

Os professores apresentaram algumas reivindicações quanto a contratação dos profissionais que atuavam no Tele Ensino, o que nos chama atenção para algumas pautas. A primeira pauta se refere a questão da jornada de trabalho definida em 20 horas, pois o contrato definia que seriam trabalhadas 4 horas por dia, nos dando a entender que o dia

para planejamento, como define o estatuto, não seria respeitado. O segundo ponto era a respeito do pagamento dos professores, que seriam pagos por hora aula, e, na atividade do magistério no setor público, o pagamento é feito por carga horária, ou seja, 20hs semanais.

É notório que, nas reivindicações feitas pelo sindicato SIMPROESEMA, não foi pedida, em nenhum momento, a retirada do projeto Tele Ensino do sistema educacional maranhense, mas sim que este realizasse modificações no seu funcionamento e no processo contratual. Entretanto, as opiniões entre os sindicatos dos professores se dividiam, de um lado o SIMPROESEMA queria as alterações já abordadas, do outro o SINTEP/UPAON AÇU⁴⁰ lutava contra o Tele Ensino de forma a querer o fim do projeto em todo o Estado do Maranhão.

Assim, as opiniões entre os sindicatos se desencontravam em relação ao destino do projeto Tele Ensino. Para muitos professores a aplicação do mesmo, da maneira como estava acontecendo, significava ferir o seu Estatuto e também ignorar a sua formação, o que nos leva a refletir sobre os dizeres de Belloni,

[...] A estratégia desse tipo de experiência, ocorridas em vários países do terceiro mundo nos anos 70, baseia-se no uso intensivo de um meio tecnológico (no caso a televisão), que possibilitaria substituir rápida e efetivamente, não a função pedagógica do professor (muitas vezes entendida como simplesmente disciplinar), mas sua formação especializada (2002, p. 131).

Com a aplicação do projeto Tele Ensino, houve o que os professores vieram a chamar de desvalorização da sua profissão e, em decorrência disso, aconteceram inúmeros protestos, tanto por parte dos professores como dos próprios estudantes. No dia 13 de fevereiro, dois dias após a implantação do Tele Ensino no Maranhão, os professores manifestaram-se mais uma vez contra o projeto:

O sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Estado-Simproesema, instala hoje (12) a partir das 9 horas, uma barraca na Praça Deodoro com o objetivo de mobilizar a população contra a forma como está sendo implantado o tele ensino. À tarde, será realizada uma passeata e um ato público. É esperado agora pela manhã a expedição pela justiça de uma preliminar de Ação Civil Pública impetrada na sexta-feira, dia 9.

Os professores questionam a qualidade de ensino a ser ministrado em 15 meses, a compulsoriedade do tele-ensino e a precarização das relações trabalhistas.

Os diretores do Sinproesemma denunciam que alunos de 14 e 15 anos, estão sendo matriculados no tele-ensino, quando o anunciado oficialmente é de que o projeto seria para correção de defasagem série/idade. “todos que estudam a noite

⁴⁰ Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública da Região Metropolitana dos municípios de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís.

já estão, compulsoriamente, sendo inscritos no tele-ensino” afirma o tesoureiro do Sindicato, professor Júlio Guterres.

Outra denúncia feita por Júlio Guterres é de que muitos professores que passaram pelo treinamento não estão sendo contratados. “Os critérios para as contratações não são públicas. São apresentados os currículos e uma comissão avalia”, diz Júlio. “Eles tentam dar uma aparência de qualidade que não existe”, conclui (JORNAL PEQUENO, 13/02/2001).

De acordo com trecho acima, percebemos que nem todos os professores estavam a favor da maneira como estava sendo implantado o Tele Ensino. Pelo contrário, questionavam a qualidade do ensino e denunciavam a precarização das relações trabalhistas que estavam sendo burladas com a contratação por meio de cooperativas. Os direitos dos professores eram questionados, pois a Fundação Roberto Marinho deixou a cargo de outra empresa os contratos, a empresa *Cooperativa Global Coop*, que também pertencia ao grupo Rede Globo. A adoção da cooperativa, segundo os professores que eram contrários ao projeto, servia como artifício para burlar as leis trabalhistas e impossibilitar a reivindicação de qualquer direito que estes poderiam obter caso deixassem seus cargos:

[...] A Fundação Roberto Marinho, ao contratar a cooperativa Global Coop, criou um artifício para fugir de suas obrigações trabalhistas e sociais e não contribuir como empregador para a Previdência Social. Os professores pertencem à Global Coop na condição de sócios e prestam à Fundação Roberto Marinho, Sócios de cooperativas não se enquadram como empregadores na Previdência Social. É como se fossem patrões, portanto, Fundação Roberto Marinho e a cooperativa ficam desobrigadas das obrigações sociais exigidas por lei. Os professores-monitores ficam sem direito a férias, 13º e não se habilitam a nenhuma espécie de licença remunerada, inclusive a maternidade (JORNAL PEQUENO, 13/02/2001).

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública realizou quatro assembleias para debater as condições do Tele Ensino. Os professores protestaram nas ruas e na justiça, como forma de boicote ao Tele Ensino, no mesmo dia em que se iniciou o projeto. Os professores paralisaram as suas atividades defendendo o concurso público de imediato e também o fim da contratação por meio da cooperativa (JORNAL PEQUENO, 13/03/2001).

O *Jornal Pequeno* trazia em sua edição, do dia 13 de fevereiro de 2001, o artigo intitulado: “*Professores aguardam na Deodoro liminar da justiça sobre o tele-ensino*”.

Figura 13: Professores aguardam na Deodoro liminar da justiça sobre o tele-ensino



Fonte: *Jornal Pequeno*, 13/02/2001.

A oposição que o projeto tele ensino trouxe para a educação maranhense foi tão grande que conseguiu unir os dois sindicatos representantes da categoria de professores do Maranhão, sendo um fato inédito. Os sindicatos se uniram tendo em vista que o Tele Ensino, uma vez substituindo o ensino regular noturno, significava a demissão de centenas de professores.

Contrapondo o *Jornal Pequeno*, o jornal *O Estado do Maranhão* defendia o quanto o programa do Tele Ensino foi de fundamental importância para diminuir os números negativos da educação maranhense e o quanto professores e estudantes estavam satisfeitos com o projeto:

Maria da Paz, 29, diretora da escola Camélia Viveiros, assinalou que os recursos pedagógicos disponíveis propiciaram aos professores “ministrarem aulas mais dinâmicas, mais participativas e com bom índice de aprendizagem” (O ESTADO DO MARANHÃO, 07/02/2001).

Na mesma medida que o *Jornal Pequeno* fazia oposição ao Governo do Maranhão e seu projeto, o jornal *O Estado do Maranhão* publicava como o Tele Ensino estava sendo recepcionado por professores e alunos, com intuito de mostrar a qualidade do projeto e tentar contornar os fatos.

Entretanto, o *Jornal Pequeno* vai demonstrar, em sua edição no dia 19 de março de 2001, a contradição do discurso elaborado pelo jornal *O Estado do Maranhão*, segundo o qual o programa foi aceito muito bem por alunos e professores. Nessa edição, o *Jornal Pequeno* trouxe a seguinte notícia:

Na última semana, várias manifestações foram realizadas na porta de escolas e em frente poderes públicos, havendo até onde a revolta provocou a queima de livros fornecido pelo governo do Estado. Uma das principais questões ligadas ao Tele Ensino é a questão pedagógica. Os estudantes que organizam os protestos, juntamente com sindicalistas e deputados da oposição, insistem em dizer que o tele ensino será prejudicial para os alunos e que tem como objetivo principal maquiar índices sociais do governo ao invés de garantir que os alunos realmente aprenderam a matéria dada no segundo grau.

3.3.3 Estudantes se colocam contra o Tele Ensino

Figura 14: Tele-ensino gera polêmica e estudantes fazem manifestações



Fonte: *Jornal Pequeno*. 19/03/2001.

A partir desse contexto, podemos compreender que o Tele Ensino não representou uma unanimidade para os alunos como uma metodologia nova e atraente. Vimos que os estudantes não sentiam uma confiabilidade nesse sistema, pois muitos viram o projeto apenas como uma necessidade do Governo diminuir os números negativos em relação ao seu sistema educacional. Para esses estudantes, que fizeram a manifestação, o projeto Viva Educação possuía uma pedagogia que não os ajudaria na aprendizagem de matérias essenciais para conhecimento do segundo grau.

Dessa forma, o Governo Maranhense, apesar dos índices negativos do setor educacional, apostou em uma proposta de programa que serviu apenas para diminuir os indicadores negativos, e não levou em consideração que educação não é apenas quantidade, e sim que é preciso qualidade para um pleno desenvolvimento educacional. Entretanto, tudo isso faz parte de uma política neoliberal que concentra sua lógica em ter bons resultados e em pessoas com condição de entrar em mercado de trabalho, e não em formar cidadão social crítico e atuantes.

Percebe-se que professores, estudantes e a sociedade, representada pelos políticos de oposição e os sindicatos, viram o projeto Viva Educação apenas como propaganda do estado maranhense. Era preciso melhorar os índices, pois a então governadora Roseana Sarney tinha como projeto ser pré-candidata as eleições a Presidência da República no ano de 2002.

Podemos enfatizar que o projeto Tele Ensino, para muitos alunos, foi um grande engodo. Isso pode ser observado na edição do *Jornal Pequeno* no dia 20 de junho de 2001, que trouxe a seguinte notícia:

O estudante Norvak Mendes, que cursa o supletivo no Centro de Ensino Médio Gonçalves Dias, procurou o *Jornal Pequeno* para protestar contra o sistema do tele ensino, adotado pelo governo do estado. Segundo Norvak, a maioria dos alunos da sua classe não está gostando do novo método. “Em primeiro lugar, o supletivo, o que antes era de três anos, foi reduzido para 15 meses o que já é um absurdo. Em segundo lugar, o modo como as disciplinas são ensinadas é totalmente falho. Dessa forma, fica evidente que eles estão querendo nos dar logo um diploma, mesmo sem termos o conhecimento necessário. A maioria da minha turma já percebeu isso”, diz. Atualmente, na Escola Gonçalves Dias, os alunos assistem às aulas sob o comando de um televisor e uma orientadora. Na sala do supletivo, a professora é formada em Biologia e tem que ministrar todas as demais disciplinas. “Tenho até pena dela. Às vezes ela fica desorientada, sem saber como explicar algumas coisas para a gente. Mas isso não é o pior. A minha revolta maior é que foram excluídas disciplinas como Filosofia, História do Maranhão e Geografia. Só quem sai prejudicado somos nós”, revolta-se o estudante Norvak Mendes.

Com base nesses depoimentos, observamos que realmente o Estado estava preocupado em apenas diminuir os índices negativos da educação. Por exemplo, o período do supletivo foi diminuído de três anos para 15 meses, uma clara demonstração que aquelas informações passadas pelo jornal *O Estado do Maranhão* sobre o sucesso do programa era apenas promover a propaganda do Governo maranhense. Outro fato apresentado na notícia é a forma como ocorrem a ministração das aulas, usou do exemplo da professora formada em Biologia, que deveria orientar sobre outras disciplinas, para as quais não possuía habilitação, gerando vários constrangimentos entre professor e aluno.

A partir desse contexto, compreendemos que o Estado acreditava que, mesmo um supletivo tão rápido e sem nenhuma qualidade, ajudaria esses alunos a saírem da escola aptos a enfrentar o mercado de trabalho. Isso é acentuado na fala do então gerente de Desenvolvimento Humano do Estado, Danilo Furtado:

Hoje no Maranhão, 74% dos alunos da rede pública estadual estão fora da idade escolar. São pessoas que estão no segundo grau e tem a cima de 18 anos”, diz

Danilo. De acordo com ele, o tele ensino é mais estimulante para alunos desta idade, que terão aprendizagem melhor do que se estivesse cursando normalmente. Ao contrário do que disse o especialista em pedagogia, o gerente argumenta que pela idade e pelo perfil psicológico desses jovens que estudam a noite o aprendizado será melhor durante um ano de tele ensino do que três anos normais. (JORNAL PEQUENO, 19/03/2001).

Para o gerente da Gerência de Desenvolvimento Humano do Estado, devido a idade e ao perfil psicológico dos alunos, era necessário diminuir o tempo do supletivo. Entretanto, devemos considerar que os alunos cursariam assuntos dos três anos do segundo grau em um 1 ano e 5 meses, ou seja, a forma metodológica do programa não implicaria em levar a qualidade da educação, mas sim buscar resultados quantitativos. Podemos dizer que o projeto Tele Ensino, para muitos alunos, não contribui de maneira significativa como esperado, pois não permitiu efetivamente que eles tivessem as condições mínimas para um estudo de qualidade e com toda cidadania que o Estado tanto zelava. Podemos dizer, ainda, que o ensino supletivo dado pelo projeto foi visto como uma segunda categoria de diplomados, que contribuiu para alimentar um exército de reserva em potencial.

3.4 Alto custo por pouco resultado

Como já abordamos, o projeto Tele Ensino ficou longe ser a revolução na educação que o Governo do Estado tanto defendia, a nova metodologia ficou conhecida como a fábrica de diplomas para alunos despreparados. Ficou nitidamente claro que professores, alunos e sociedade não estavam satisfeitos com as mudanças no âmbito educacional, afinal o Tele Ensino estava servindo apenas para a propaganda do Governo.

A quantidade de inscritos e frequentes nas telessalas diminuiu cada vez mais, apresentando um *déficit* no projeto e contribuindo para a sociedade questionar cada vez mais a eficácia do mesmo, o que refletiu até no valor do contrato entre o Governo do Estado e a Fundação Roberto Marinho.

No editorial do dia 24 de agosto de 2001, “*Cai valor de acordo do telensino MA*”.

O governo do Maranhão e a Fundação Roberto Marinho rebaixaram em R\$ 10.767.150,00 o valor do contrato para a implantação no Estado do tele-ensino 2000, um programa de supletivo do ensino médio. A diminuição, contudo, é proporcionalmente inferior a diferença entre os resultados do projeto e aqueles previstos em compromisso celebrado no dia 22 de novembro do ano passado. Há 17% menos salas de aula do que o acordo determinava. O número de alunos é 21% mais baixo. O valor do pagamento que o Estado está fazendo a fundação caiu apenas 10%. O Maranhão se comprometeu a pagar R\$ 102.575.354,00 pela instalação de 3.650 telessalas (salas de aula em que a lição é apresentada em

vídeos) do Telecurso 2000. Haveria 150 mil alunos do ensino médio, o antigo segundo grau, a serem atendidos dessa forma só foram implantados 3.094 telessalas (17 % a menos). Do total de alunos previstos, inscreveram-se 119.090 (menos 21%) (JORNAL PEQUENO, 24/08/2001).

De acordo com o trecho acima, o Governo do Estado diminuiu o valor do contrato alegando os resultados apresentados pelo Tele Ensino, que variavam desde a não instalação de todos os equipamentos a diminuição do total de alunos previstos. Pela diminuição do contrato, por parte do Governo do Maranhão, podemos dizer que se confirmou todas as dúvidas levantadas em relação a qualidade da metodologia do Tele Ensino.

Em resposta a decisão do Governo do Estado, a consultora da Fundação Roberto Marinho responsabilizou o Governo do Maranhão pelo não cumprimento do objetivo de número de alunos e de salas de aulas na aplicação do Telecurso 2000:

A responsabilidade de buscar os alunos, localizar onde estão os alunos que não se formaram no tempo certo é do governo”, disse.
De acordo com ela, em abril e maio a fundação informou o governo maranhense sobre a instalação de menos salas e a inscrição de menos alunos do que o previsto. “A partir daí, o governo passou a recalcular o valor do contrato previamente assinado”, disse Andrea Gouvêa (JORNAL PEQUENO, 24/08/2001).

De acordo com a declaração da consultora Andrea Gouvêa, era de total responsabilidade do Governo do Maranhão atrair alunos para o projeto. Outro ponto a se considerar é o fato de que, com quatro meses de funcionamento, a fundação alertou o governo sobre a baixa procura e inscrições destinadas ao Tele Ensino. Porém, durante esses meses, o jornal *O Estado do Maranhão* publicava matérias a todo tempo mencionando “a grande procura pelo tele ensino”, “o tele ensino é um sucesso”, levando os seus leitores a crerem que o Estado estava certo no investimento que fizera para a educação, quando na verdade não se passou de mera propaganda política.

A revisão do contrato ficou a cargo do Ministério Público, que instaurou inquérito civil para investigar os repasses contratuais:

O procurador José Henrique Marques Moreira, que conduz a apuração, buscou um termo de ajuste de conduta entre as partes para reformular os valores. Avisado sobre a mudança do contrato, o procurador começou os cálculos para saber se os gastos da fundação Roberto Marinho justificam o recebimento da remuneração agora redefinida (JORNAL PEQUENO, 24/08/2001).

O Ministério Público abriu inquérito por suspeita de superfaturamento no contrato de R\$ 102,5 milhões, assinado pelo Governo do Estado e a Fundação Roberto Marinho, diante da diminuição do valor do contrato o Ministério Público buscou apurar se o valor recebido pela fundação era condizente com a prestação de serviços. O que chama a atenção é que somente após seis meses da implantação do projeto que a justiça maranhense resolveu dar atenção as denúncias.

As denúncias de superfaturamento no contrato foram feitas desde o início do projeto Tele Ensino, como já exposto pelos Sindicatos que levaram a causa para a justiça, alegando o valor exorbitante do contrato, a falta de licitação e a desregulamentação dos professores por conta da nova metodologia.

Figura 15: Promotoria suspeita de desvio de recursos no Estado do Maranhão



Fonte: *JORNAL PEQUENO*, 08/06/2001.

O *Jornal Pequeno* trazia na edição do mês julho a denúncia de suspeita de desvio de recursos no Estado Maranhão, sendo está apresentada quando o Tele Ensino havia concluído a primeira etapa do projeto. Os problemas apresentados pela implantação do projeto e continuidade do mesmo significaram *déficits* significativos para o contexto maranhense, o Governo do Estado ignorou os problemas apresentados pela Fundação

Roberto Marinho sobre o tele ensino, da mesma maneira como vinha ignorando durante anos os problemas apresentados pela educação maranhense.

Muitos se posicionaram contra as medidas adotadas pelo governo do Estado de implantar e dar prosseguimento ao tele ensino. Um exemplo foi o deputado Aderson Lago (PSDB), que também entrou com uma ação no Ministério Público contra o governo maranhense. Uma série de ações foi encaminhada ao MP do Maranhão visando acabar com a política educacional adotada pelo Estado por meio do tele ensino.

Apesar de todas as ações e denúncias feitas por Sindicatos, professores, alunos e opositores ao Governo, o editorial do dia 09 de setembro de 2001 trazia como título “*Caso telensino é arquivado com o parecer incompleto do Ministério Público Estadual*”:

O Ministério Público Estadual, que tem a função institucional de defender os interesses sociais e individuais, jogou contra a torcida e aplicou uma pá de cal nas esperanças de estudantes, professores, pais de alunos e das organizações sociais que se sentem prejudicadas com o funcionamento do Viva educação-sistema do Governo do Estado conhecido como telensino, operado no Maranhão pela Fundação Roberto Marinho, utilizando o sistema telecurso 2000.

O Ministério Público Estadual divulgou o relatório final do inquérito civil que investiga o Projeto Viva Educação, onde solicita o arquivamento da denúncia. O documento será submetido à análise do Conselho Superior do Ministério público, a quem cabe o parecer final. As organizações sociais envolvidas, como Sindicato dos Professores da Ilha de São Luís (SINTEP), prometem recorrer contra o arquivamento, junto ao conselho do Ministério Público.

O relatório leva a assinatura do procurador de Justiça, José Henrique Marques Moreira, assessor especial da Procuradoria Geral de Justiça, o responsável pela investigação do inquérito (JORNAL PEQUENO, 09/09/2001).

Figura 16: Caso telensino é arquivado com parecer incompleto do MPE



Fonte: JORNAL PEQUENO, 09/09/2001.

Dentro desse contexto, o Ministério Público do Estado do Maranhão se absteve de continuar a denúncia contra o Governo maranhense e a Fundação Roberto Marinho. A

partir do noticiário, podemos interpretar duas linhas que nos levam a refletir sobre o arquivamento do inquérito: a primeira linha é a omissão de dados e informações que o governo e FRM negaram-se a apresentar, entretanto o MP poderia entrar com meios legais para conseguir o repasse de informações corretamente. A segunda, o MP preferiu ignorar todas as ações apesar das apresentações de dados por parte do sindicato, estudantes e professores.

O arquivamento do inquérito repercutiu negativamente no setor jurídico e, principalmente, no meio educacional, professores e estudantes ficaram frustrados com a decisão.

“Nós esperávamos um posicionamento diferente do Ministério Público”, afirma uma diretora da escola. Houve quem manifestasse tristeza e desânimo, dada a quantidade de palestras, encontros e denúncias realizadas contra o programa telensino (JORNAL PEQUENO, 09/09/2001).

É notório que a justiça e o Governo do Estado ignoraram as manifestações contra o projeto Tele Ensino, acarretando no arquivamento das denúncias. O que nos chama atenção é que diante de todas as manifestações da sociedade escolar e civil contra o Tele Ensino, ele teve prosseguimento até o ano de 2005.

A análise que nos propusemos a fazer dos jornais foi até o ano de 2003. A partir do ano de 2002, o Tele Ensino já não aparecia como notícia nos editoriais, apenas raras notas sobre ganho de processo por parte dos professores que lutaram por seus direitos trabalhistas na justiça.

Podemos dizer que a prioridade no Estado do Maranhão não foi a oferta de uma educação de qualidade, apesar dos discursos do Governo serem baseados na qualidade do ensino ofertado, porém o que se viu foi a precarização do ensino, desrespeito a classe trabalhadora dos professores e a total falta de preocupação com os principais atingidos nesse contexto, os estudantes. O Tele Ensino foi implantado com o objetivo de combater a distorção idade/série e acarretou em outro problema para a educação maranhense, a evasão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões trazidas nesta pesquisa tiveram como objetivo principal analisar o projeto Viva Maranhão, que propunha o Tele Ensino para o Ensino Médio, implantado no governo de Roseana Sarney, durante o seu segundo mandato (1998-2002) no Estado do Maranhão, por meio dos discursos jornalísticos apresentados nos Jornais: *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno*, com o intuito de compreender o posicionamento da imprensa maranhense sobre esta temática.

Antes da análise dos jornais, fizemos um levantamento histórico da educação no estado do Maranhão, sendo de fundamental importância para a compreensão do contexto que possibilitou a implantação deste projeto na sociedade maranhense. Assim, de acordo com os dados levantados, foi possível ver que a educação maranhense apresentava altos índices de reprovação, distorção idade/série, analfabetismo e ausência de escolas para atender a demanda escolar.

Diante deste cenário, o Governo do Estado implementou o projeto Viva Educação, que funcionou como estratégia de política educacional que tinha como objetivo corrigir, num período de quinze meses, o fluxo de jovens e adultos que se encontravam em distorção idade/série em todos os municípios do Estado. Isso se daria por meio do Tele Ensino, em parceria com a Fundação Roberto Marinho.

Este projeto se enquadrava dentro das diretrizes neoliberais adotadas pelo governo, buscando diminuir os gastos do Estado e formar mão de obra mais qualificada. Além disso, implementava uma parceria público-privada e usava os meios de comunicação para assegurar o apoio da opinião pública. A metodologia pedagógica adotada pelo sistema Tele Ensino era tecnicista, em que os alunos eram preparados para o mercado de trabalho.

O jornal *O Estado do Maranhão* defendeu o projeto do governo. Vale ressaltar que esse jornal tinha como seus proprietários o grupo político dominante nesse período, ou seja, a família Sarney. Nas suas edições de janeiro a março de 2001, o Jornal buscou destacar a eficácia do projeto Tele Ensino e sua aprovação por parte dos alunos e professores. Dessa forma, podemos afirmar que o estado maranhense procurou garantir um consenso para a política educacional do Governo. No seu entender, ao passar toda a responsabilidade para o setor privado, estavam garantindo melhor qualidade educacional para os alunos maranhenses.

Na contramão do jornal *O Estado do Maranhão*, o *Jornal Pequeno* trouxe, em suas edições, severas críticas ao projeto Tele Ensino. Nas suas edições de janeiro a setembro de 2001, o periódico noticiava a partir de entrevistas com professores e alunos que a metodologia do projeto não garantia aos alunos maranhenses um ensino de qualidade.

Dentro desse contexto, foram sendo divulgadas várias notícias que mostravam claramente que o governo maranhense apenas queria diminuir, melhorar os índices negativos da educação no Estado, tanto que o contrato foi assinado com a Fundação Roberto Marinho no final do ano 2000, e no mês de fevereiro de 2001 entrou em ação nas escolas, sem ter mesmo um planejamento adequado.

Portanto, o *Jornal Pequeno* quis mostrar aos seus leitores que o Governo não estava preocupado com a educação de qualidade no Estado, mas sim alinhar as políticas estaduais àquelas do Governo Federal e divulgar o nome da governadora Roseana Sarney, que nesse período era cotada para disputar as eleições presidenciais no Brasil.

Com base no estudo realizado, ficou claro que o Tele Ensino não funcionou somente como ensino de caráter supletivo, como era o projeto inicial, mas acabou substituindo o ensino regular público. Esta medida foi considerada polêmica e foi muito discutida no ambiente escolar.

A princípio, o projeto deveria atender apenas aos alunos que estavam em estado de defasagem escolar, mais o que se viu foi a ampliação do número de matrículas para aqueles alunos que queriam concluir o Ensino Médio em um curto espaço de tempo. Outro fator é que em alguns municípios o Tele Ensino se mostrou como única alternativa de ensino para alunos de 15 a 17 anos concluírem o nível médio. No entanto, a falta de estrutura e a ineficiência na aplicação do Tele Ensino no Estado do Maranhão apenas serviu como “maquiagem” para o governo maranhense, que tinha como objetivo diminuir os números negativos da educação.

O Tele Ensino, como exposto, teve suas atividades iniciadas em 2001 e encerradas no ano de 2003. Nesses três anos de implantação do projeto, o número de matrículas diminuiu consideravelmente, o número de tele salas que, a princípio, eram de 3.500 passou para 121. Os indicadores negativos educacionais não melhoraram, o Tele Ensino contribuiu para que estes aumentassem, como a taxa de abandono escolar que foi expressiva, pois muitos alunos abandonaram o Ensino Médio por conta da metodologia adotada. Outro fator foi a precarização do trabalho docente, que nesse período o Governo

do Estado não investiu em concursos, mas sim em seletivos para contratação de professores.

Em relação aos jornais, apesar de trazerem pontos de vista discordantes, não eram imparciais, como o discurso jornalístico prega ser. Apenas modelavam os seus pensamentos e ideias para defender os interesses de determinados grupos políticos, sociais e econômicos. *O Estado do Maranhão* era aliado à família Sarney, enquanto o *Jornal Pequeno* estava da parte da oposição à governadora Roseana Sarney.

Pelos resultados dos nossos estudos, ficou nítida como a imprensa pode interferir em todo um contexto social, modelando a opinião pública e a percepção das pessoas sobre um assunto. É a imprensa usando do seu poder simbólico para representar seus interesses, uma vez que este é legitimado pela própria sociedade.

Diante de tal realidade, podemos afirmar que os jornais são responsáveis pela construção da representação social, pois quando pensamos no papel da imprensa na história, devemos considerar que seus discursos jornalísticos estão cheios de ideologias e que cada discurso deve ser visto no seu tempo histórico. A imprensa é capaz de construir o real, fundamentado nas suas próprias verdades, por isso é notável termos em mente que o fazer jornalístico constrói a realidade da qual lhe interessa por meio da imagem que lhe convém.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

- Jornal do Dia, São Luís, 01 de outubro 1953.
- Jornal do Dia, São Luís, 17 de janeiro de 1960.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 01 de maio de 1973.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 07 de fevereiro de 2001.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 12 de fevereiro de 2001.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 13 de fevereiro de 2001.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 25 de fevereiro de 2001.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 11 de fevereiro de 2001.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 16 de fevereiro de 2001.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 23 de março de 2001.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 19 de março de 2001.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 03 de maio de 2001.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 27 de março de 2001.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 29 de junho de 2001.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 28 de junho de 2001.
- O Estado do Maranhão, São Luís, 24 de outubro de 2001.
- Jornal Pequeno, São Luís, 20 de novembro de 2000.
- Jornal Pequeno, São Luís, 14 de janeiro de 2001.
- Jornal Pequeno, São Luís, 12 de janeiro de 2001.
- Jornal Pequeno, São Luís, 13 de fevereiro de 2001.
- Jornal Pequeno, São Luís, 19 de março de 2001.
- Jornal Pequeno, São Luís, 20 de junho de 2001.
- Jornal Pequeno, São Luís, 24 de agosto de 2001.
- Jornal Pequeno, São Luís, 08 de junho de 2001.
- Jornal Pequeno, São Luís, 09 de setembro de 2001.

Obras gerais

ABREU, Alzira Alves de. *As mudanças na imprensa brasileira: 1950-1970*. In LUSTOSA, Isabel (org). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

ALMEIDA, Francinete Louseiro de. *Política no Maranhão e o jornal O Estado do Maranhão*. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Maceió, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br>> Acesso em: 14 de Julho de 2018.

ALMEIDA, Jorge. *A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci*. Revista Compolítica, n. 1, vol. 1, ed. março-abril, ano 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/revista/index.php/revista/article/download/6/6>> acesso em: 7 de janeiro de 2019.

ALVES, Lucineia. *Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo*. Revista científica online. v.10, 2011. Disponível em:<<http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista-pdf-doc/artigo>> Acesso em: 20 de junho de 2018.

AOYAMA, Ana Lucia Ferreira; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva; PERRUDE, Marleide Rodrigues da Silva. *Políticas para a Educação a partir da década de 1990: Forma De Superação Da Questão Social?* In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 20, 2009, p. 1- 11.

BARROS, Valdeny. *Transformações do Estado e a Lei de responsabilidade fiscal: a experiência do Maranhão de 2000 a 2005*. Dissertação (Mestrado em políticas públicas)-UFMA. P.121,2009.

BASTOS, James Dean Brito. *Reforma administrativa do Estado do Maranhão: expressões do neoliberalismo na política educacional no período de 1995 a 2002*. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Federal do Maranhão, 2012.

BELLONI, Maria Luiza. *Ensino sobre a Educação a Distância no Brasil*. In: Educação e sociedade, ano XXIII, nº 78, abril. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-733020020002000008&script=sci_abstract&tlng=pt>

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiros e quarto ciclos de Ensino Fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF. 1998.

- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm> Acesso em 18 de julho de 2018.
- BERNARDO, V. *Educação a distância: fundamentos*. Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP. Disponível em: <<http://www.virtual.epm.br/material/tis/enf/apostila.htm#INTRODUÇÃO>>. Acesso em: 6 de maio de 2018.
- Boletim- Salto do Futuro/ MEC, 2002, p.101.
- BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto; DIAS, Ana Iório. *Imagens distorcidas: atualizando o discurso sobre o telensino no Ceará*, Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.
- CAMPOS, Gerardo José. *Televisão objeto de ensino para uma educação de sujeitos*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará 1983.
- CAVALCANTE, Maria Mariana Dias (orgs). Um professor chamado orientador de aprendizagem. In: FARIAS, Isabel Maria Sabino de; NUNES, João Batista Carvalho. *Telensino: percursos e polêmicas*. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, UECE, 2001.
- CAVALCANTI, Ademário. *Jornal Pequeno é fundado na rebeldia da ilha*. In: CARNEIRO, Alberico (org). *Revista Comemorativa do Jornal Pequeno: 60 anos de resistência*. São Luís: M. M. Boga e Cia, JP, p. 55-57, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história - 1988 do Brasil* (PDF) - editora: Contexto - São Paulo.
- _____; PRADO, Maria L. *O Bravo matutino*. São Paulo: editora Alfa- Romeu, 1980.
- CARREIRO, Felix Barbosa. *A gestão escolar e a qualidade da educação no Estado do Maranhão*, 2012.
- COSTA, Ramon Bezerra; CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da. *As origens do jornal O Estado do Maranhão*. In: X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – São Luís, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br>> Acesso em: 14 de Julho de 2018.
- COSTA, Rosângela Mendes. *A política educacional para o Maranhão: uma (re) visão nas diretrizes estratégicas para reestruturação do ensino médio*. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em educação, Belém, 2013.

COSTA, Wagner Cabral da. Maranhão Novo e Novo Tempo: *A Trajetória da Oligarquia Sarney no Maranhão*. São Luís. Artigo 1997.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria de Rosário da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br> > acesso em: 10 de Abril de 2018.

CRUZ, Rosana Evangelista. *Banco Mundial e a política educacional: O Projeto nordeste para a educação básica e seus desdobramentos no Piauí*. (1994-1998).

CUNHA, Manoel Afonso Ferreira. *IMPRENSA e HISTÓRIA: os jornais maranhenses em foco*. 2014. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488796469_ARQUIVO_artigoanpuhbsb2017.pdf> Acesso: 27 de dezembro de 2018.

D'ELBOUX, Paulo César. "*A trajetória comunicacional de José Sarney*". I Encontro Nacional da Rede Alfredo, s/d, s/r. Disponível em:<<http://www.jornalismo.ufso.br>> acesso em: 12 de maio de 2017.

DAMBROS, Marlei; MUSSIO, Bruna Roniza. *Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações*. In: X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.xanpedsul.faed.udesc.br>> Acesso em: 6 de Maio de 2018.

DECRETO n° 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2000. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.

FALCÃO, J; SOUSA, M. S de. *Plano de Reforma e Expansão do Ensino Médio: síntese*. 2000, p. 21-12.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. *Docência no Telensino: saberes e práticas*. Sp. Annableme, 2000.

FOGAÇA, Azuete. *Educação e qualificação profissional nos anos 90: o discurso e o fato*. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; Duarte, Marisa R. (orgs). *Política e trabalho na escola: administradores sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autentica, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. *Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado*. Educ. Soc. Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril, 2003.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira; COLARES, Maria Lília Imbiriba. *A educação em tempos de neoliberalismo: dilemas e possibilidades*. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 34, n. 2, p. 281-290, Jul -Dez. 2012.

GONZÁLEZ, Mathias. *Fundamentos da tutoria em educação a distância*. São Paulo: Avercamp, 2005.

GRAMSCI, Antônio. *Caderno do Cárcere*, vol 3, Estado Moderno, 2000.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. *Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia*. Artigo (1996). Disponível: <<http://www.repositorio.ufma.br>>. Acesso: 20 de setembro 2018.

GUIMIERO, Rafael Gonçalves; ZAMBELO. *Educação como eixo da modernização do Brasil nos anos de 1930: a disputa de ideias entre nacionalistas, Igreja Católica e Escola Nova*. Revista Em Tese. V. 14, n. 1, jan /jun. 2017.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS E CARTOGRAFICOS. Indicadores de conjuntura econômica do Maranhão. São Luís, 2008.

KRAWCZYK, Nora. Introdução. *A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina*. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS Maria. M; HADDAD, Sérgio (orgs). O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate. Campinas, São Paulo: autores associados, 2000. p. 1- 11.

KUENZER, Acácia Zeneida; CALAZANS, M. Julieta; GARCIA, Walter. *Planejamento e educação no Brasil*. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LAUGLO, Jon. *Críticas as prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.100, p.15-39. Março de 1997. Disponível: <<http://www.publicações.fec.or.br/ojs/index.php/ep/article>>. Acesso: 15 de agosto 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola. 1999.

LOPES, Alice Casemiro. *O ensino médio em questão*. In: Espaço aberto, n. 7. Maio 1998. Disponível em: <<http://qnesc.Sbq.Org.br/online/qnesc07/espaco.Pdf>> Acesso em: 4 de junho de 2018.

LUCA, Tânia Regia. *História dos, nos e por meio de periódicos*. In: PINSKSY, Carla Bassanesi (org). Fontes Históricas. São Paulo: contexto. 2008.

LUZ JUNIOR, Agripino Alves. *Projeto Viva Educação: entre a promessa de autonomia e emancipação e a realidade das classes do Telensino de escolas públicas estaduais do*

Maranhão. Tese (doutorado em engenharia de produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARTINS, Karine. A importância da Educação a Distância na Sociedade Atual. Artigo Faculdade Dom Bosco. 2016.

MACIEL, Laura Antunes. *Produzindo Notícias e Histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e Imprensa-1880-1920*. In. FENELON, Déa et al. Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'água; 2004.

MARANHÃO. Gerência de Desenvolvimento Humano. Diretrizes e estratégias para política educacional do Estado do Maranhão. 1999-2002 Gerencia de Desenvolvimento Humano: SEPLAN, 1999.

_____. Lei nº 7356 de 1998: dispõe sobre a reforma e reorganização administrativa do Estado e dá outras providências. Maranhão: SEPLAN, 1998.

_____. Referências curriculares de ensino médio do Estado Maranhão. Gerencia de desenvolvimento humano. São Luís, 2003.

_____. Diretrizes e Estratégias para a Política Educacional do Estado do Maranhão 1999-2002.

MEC- Ministério da Educação e Cultura. Brasil. *Boletim Salto para o Futuro*. Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br/](http://portal.mec.gov.br/). Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. *Os meios de comunicação e prática política*. Lua Nova 2002, n. 55-56.

MIRANDA, Marília Gouveia de. *Novo paradigma de conhecimento e políticas educacionais na América Latina*. Caderno de pesquisa, n. 100, p. 49-56, março 1997.

MOTA, Willian Pessoa da; MAEÚS, Olgaíses Cabral. *O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras*. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre. V. 39, n. 4. P. 11-37. 2014. Disponível em: < [http:// www. ufrgs.br/ edu-realidade7](http://www.ufrgs.br/edu-realidade7). Acesso em: 20 de setembro de 2018.

MOREIRA, João Flávio de Castro. *OS TELECURSOS DA REDE GLOBO: a mídia televisiva no sistema de educação a distância (1978-1998)*. Dissertação (mestrado em história social). Programa de Pós-graduação em História- Universidade de Brasília, 2006.

MOURA, Ingrid Loubark. *A automatização da educação: o telensino e a precarização do trabalho docente*. Dissertação (mestrado em educação). Programa de Pós-graduação em Educação brasileira- Universidade Federal do Ceará, 2009.

NETO, José Barone Mercadante. *TELECURSO 2000: a semiformação na educação de jovens e adultos*. Dissertação (mestrado)- Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

NETO, Wilson Pinheiro Araujo. *O JORNAL PEQUENO E A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NO MARANHÃO: A perspectiva política do Jornal Pequeno após o ato de 6 de abril*. Monografia- Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista em serviço social*. São Paulo: cortez, 2001.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. *As orientações do Banco Mundial e as políticas educacionais atuais: a construção do consenso em torno da centralidade da educação básica*. In: Angela Maria; SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli (Org.). *Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90*. HIDALGO, Londrina: Ed. UEL, 2001.

NOMA, Amélia K. *Unesco e Educação no Brasil a partir da década de 1990: percurso de uma pesquisa coletiva*. Pensamento educacional, Curitiba, v. 5, n. 11, p.54-73, 2011.

NUCLEO PIRATINGA, 2000. Disponível em: <<http://www.nucleopiratinga.org.br>> acesso em: 23 de junho de 2018.

OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de. *A educação pelas antenas de TV: narrativa histórica da implantação do telensino no Ceará (1973-1979)*, 2014.

PASQUINI, Adriana Miranda; PAULA, Roberta. *As bases teóricas e legais da gestão democrática da escola pública no Brasil pós-1990*. Disponível: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/pdf/2-46.pdf> Acesso: 12 de outubro de 2019.

PASSINHO Sandra Regina de O. M. *Educação “fora do ar”*: Uma análise da TVE Maranhense nas reminiscências dos seus participantes. 2007, 5º encontro de educação e tecnologia de informação e comunicação.

PELLEGRINI, Paulo Augusto. *A atuação das fontes na construção do discurso jornalístico*. 2008. On line REVISTA CAMBIASSU- Publicação Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA - São Luís - MA, Ano XVIII, Nº 4 - Janeiro a Dezembro de 2008, p. 269- 288. Disponível em: < <http://www.cambiassu.ufma.br>> acesso em: 20. Jan. 2018.

PEREIRA, André da Silva. *Uma análise do capital humano e crescimento econômico brasileiro no período de 1970-2001*. Tese (doutorado em economia) - Programa de Pós -

graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PEREIRA, André da Silva. *Uma análise do capital humano e crescimento econômico brasileiro no período de 1970-2001*. 2004. Tese (doutorado em Economia) - Programa de pós- graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PINTO, Pâmela Araujo. *Jornal O imparcial: o embrião do fotojornalismo maranhense*. Revista Cambiassu. Ufma, São Luís, v.17, n.3, p. 78-93, 2007. Disponível em: <http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2007//pamela.Pdf> Acesso em: 21 de setembro de 2017.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

PRETI, O. *Educação a Distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada*. Cuiabá: Nead/UFMT.1996.

ROSAR, Maria de Fatima Felix; CABRAL, Maria Regina Martins (org). *Ensino médio profissional no Maranhão: delineando o perfil e ressignificando os cursos com a participação dos jovens*. São Luís: Central dos livros, 2004.

_____. *A Municipalização como estratégia e de desconstrução do sistema educacional brasileiro: o binômio descentralização e globalização como parte do neoliberalismo* p. 105-140. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos/ Dalila Andrade Oliveira (org)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

RODRIGUES, Cleydiane Cristina dos Santos. *O Projeto Tele Ensino: e o discurso de uma educação de qualidade no Maranhão (1998-2002)*. Monografia. São Luís: UEMA, 2016.

SANTOS, Sebastião Luiz Oliveira dos. *As políticas educacionais e a reforma do estado no Brasil*.122 p. Dissertação (mestrado em ciências sociais)- Universidade Federal Fluminense, Niterói- Rio de Janeiro, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 37. Ed. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2005.

SECMA. *Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007*. São Luís: Edições SECMA, 2007.

SETUBAL, Maria Alice (coord). *Educação básica no Brasil nos anos 90: políticas governamentais e ações da sociedade civil*. São Paulo: Cenpec, 2001. Disponível em: <<http://www.cenpec.org.br/memoria>> acesso em: 25 de julho de 2018.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. *O que você precisa saber sobre política educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

- _____. Política Educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 4ªed., 2011.
- SILVA, Ilse Gomes. *Poder político e reforma do estado no contexto do neoliberalismo: análise de reforma do aparelho de estado do Maranhão nos anos 1990*. In: Revista de Políticas Públicas. São Luís, v. 10, n. 2, p. 45-59, jul/dez. 2006.
- SILVA, Ilse Gomes. *Transnacionalização e poder político no Maranhão no final do século XX*. 2005. Disponível: <<http://www.joinpp.ufma.br>>. Acesso: 21 de setembro de 2018.
- SILVA, Mônica Ribeiro da; ABREU, Cláudia Barcelos de Moura. *Reformas para quê? As políticas educacionais nos anos de 1990, o “novo projeto de formação” e os resultados das avaliações nacionais*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 26, n. 2, 523-550, jul./dez. 2008.
- SILVA, Maria do Socorro Moura da. *A escola e a comunidade: um estudo das relações*, São Luís, EDUFMA, 1987.
- SILVEIRA, et.al. *Uma Breve revisão histórica do papel das vídeo aulas na EaD no Brasil*. Work, pap, linguist, n° 2: 53-66.2010. Disponível: <<http://www.periodicos.ufsc.br>>. Acesso: 20 de setembro 2018.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. *O ritmo de queda na desigualdade no Brasil é adequado?: Evidencias do Contexto histórico e internacional*. Brasília: IPEA, 2008. Disponível: <<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?action=com:>> acesso: 12 julho de 2018.
- SOUSA, Moisés Matias Ferreira de. *Os outros segredos do Maranhão*. São Luís: Ed. Estação gráfica, 2002.
- SOUZA, Leina Fernanda de Oliveira. *VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985): representações do periódico maranhense Jornal Pequeno*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Maranhão, 2016.
- TEIXEIRA, Lígia do Nascimento. *Os donos da opinião: jornalistas políticos e público leitor em São Luís (1950-1973)*. Monografia - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.
- TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida – a dívida externa do terceiro mundo: as finanças contra os povos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- UNESCO, *Declaração Mundial De Educação Para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*: JONTIEM, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em: 12 de julho de 2018.

VAZ, Carolina Dalenogare. *Educação no Brasil na década de 1990*. Monografia – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

WILHELM, Vandiana Borba. *A Reforma Educacional Dos Anos De 1990 e a Inclusão Educacional de Pessoas Com Deficiência: problematizando o debate*. In: II Simpósio Nacional de Educação. Paraná, 2010. Acesso em: 15 de julho de 2018.

ZIBAS, Dagmar M. *A função social do ensino médio na América Latina: é sempre possível o consenso?* In: Caderno de pesquisa, Rio de Janeiro, p. 26-32, n. 85, maio, 1993.